



Universidade de Brasília
Centro de Excelência em Turismo
Mestrado Profissional em Turismo

**CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA PREVENÇÃO DA
EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO TURISMO**

Juliana Viégas Pinto Vaz dos Santos

Brasília - DF
2013



Universidade de Brasília
Centro de Excelência em Turismo
Mestrado Profissional em Turismo

CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA PREVENÇÃO DA EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO TURISMO

Juliana Viégas Pinto Vaz dos Santos

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade de Brasília, como requisito à obtenção do grau de mestre profissional em Turismo.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a: Iara Lúcia Gomes Brasileiro.

Brasília - DF
2013

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de
Brasília. Acervo 1010292.

S237c Santos, Juliana Viégas Pinto Vaz dos.
Contribuições da educação profissional na prevenção
da exploração sexual de crianças e adolescentes no
turismo / Juliana Viégas Pinto Vaz dos Santos. -- 2013.
xv, 111 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília,
Centro de Excelência em Turismo, Programa de Pós Graduação
em Turismo, 2013.
Inclui bibliografia.
Orientação: Iara Lúcia Gomes Brasileiro.

1. Turismo sexual. 2. Crianças. 3. Adolescentes.
4. Ensino profissional. I. Brasileiro, Iara Lúcia Gomes.
II. Título.

CDU 338.482.2



Universidade de Brasília
Centro de Excelência em Turismo
Mestrado Profissional em Turismo

**CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA PREVENÇÃO DA
EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO TURISMO**

Juliana Viégas Pinto Vaz dos Santos

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Iara Lucia Gomes Brasileiro
CET/ UnB (orientadora)

Prof. Dr. Marley Garcia da Silva
Instituto Federal de Brasília (examinador externo)

Prof. Dr. Luiz Carlos Spiller Pena
CET/ UnB (examinador interno)

Prof. Neio Lúcio de Oliveira Campos
CET/ UnB (suplente)

Brasília, 19 de julho de 2013.

Dedico essa pesquisa aos meus filhos Cauê Viégas Vaz e João Augusto Viégas Vaz, a razão de todas as minhas alegrias e esforços na vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus e Meishu Sama.

A minha orientadora Dra. Iara Brasileiro que carinhosamente e generosamente me recebeu como orientanda e amiga.

Ao meu esposo Carlos Augusto e filhos Cauê e João Augusto que compreensivamente entenderam a importância do mestrado em minha vida pessoal e profissional.

A minha mãe Conceição Viégas que com seu exemplo me incentiva a estudar e evoluir sempre.

A minha avó Maria José Corrêa Viégas, a primeira professora que conheci.

A todos os professores que passaram pela minha vida e deixaram em mim o desejo de seguir essa profissão.

Aos amigos e amigas que sempre demonstraram confiança de que tudo iria dar certo.

*Daquilo que eu sei
Nem tudo me deu clareza
Nem tudo foi permitido
Nem tudo me deu certeza...*

*Daquilo que eu sei
Nem tudo foi proibido
Nem tudo me foi possível
Nem tudo foi concebido...*

*Não fechei os olhos
Não tapei os ouvidos
Cheirei, toquei, provei
Ah Eu!
Usei todos os sentidos
Só não lavei as mãos
E é por isso que eu me sinto
Cada vez mais limpo!
Cada vez mais limpo!
Cada vez mais limpo!*

(Daquilo que eu Sei - Ivan Lins)

RESUMO

Esta dissertação pesquisa o tema exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo sob a ótica da educação profissional ofertada pela Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, nos cursos técnicos do eixo tecnológico Turismo, hospitalidade e lazer. Contextualiza a atividade turística, apresenta a educação profissional, a Rede Federal de Educação e a missão dos Institutos no processo de formação e desenvolvimento do cidadão, refletindo sobre as formas de contribuição da educação profissional na prevenção desse tipo de exploração e sobre quais são as iniciativas no processo de prevenção e proteção desta problemática. Entende que os profissionais que atuam diretamente junto a turistas nacionais e estrangeiros necessitam de uma formação ética e cidadã, inclusive no que se refere aos direitos das crianças e dos adolescentes, em especial, as que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Esta pesquisa fornece ainda informações relativas ao fenômeno da exploração sexual contra a criança e o adolescente, e sua interface com a educação e o turismo. Na reflexão foi utilizado o método dialético como quadro interpretativo utilizando a técnica de pesquisa da triangulação, para analisar os documentos norteadores da educação profissional como também as práticas pedagógicas e formas de abordagem do tema nos cursos pesquisados. Como resultados da pesquisa, constatou-se que o tema em questão não é trabalhado pela maioria dos docentes dentro ou fora da sala de aula, apesar de todos afirmarem que consideram importante o desenvolvimento do assunto no âmbito da educação profissional em especial nos cursos de Turismo, hospitalidade e lazer. Acredita-se que a revisão do catálogo nacional de cursos técnicos, sugerindo o tema exploração sexual de crianças e adolescentes como prioritário para a formação integral do futuro profissional da área, será um fator impulsionador para a inclusão desta discussão no ambiente escolar da Rede Federal de Educação Profissional.

Palavras-chave: Turismo. Educação Profissional. Exploração Sexual.

ABSTRACT

This essay research children and adolescents sexual abuse on tourism by the point of view from a professional educator offered by the Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, at the technical course from the technology axis of tourism, hospitality and leisure. Contextualize the tourism, presents the professional education, the Rede Federal de Educação and the institute mission on the shaping and developing procedure from the citizen, reflecting about the ways of contribution from the professional education on preventing this kind of exploitation and about which are the initiatives on the prevention procedure and the protection of these problematic. Understands that professionals who are directly with the national and international tourists require an ethical and civic formation, including on what regards the children's and the adolescent's rights, in special the ones who finds themselves on situation of social vulnerability. This essay even offers relatives informations of the phenomenon on sexual abuse against children and adolescents, and its interface with the education and tourism. For the reflection, the dialectic method was used as the interpretative board using the research technic of triangulation, to analyze guiding documents from the professional education as also the pedagogical practices and ways of the subject approach on the researched courses. As the survey results, it was found that the subject in question is not being worked by the majority of the teachers inside and outside the classroom, even if most of them consider the importance of the subject development on the professional education environment, in special the Tourism, hospitality and leisure courses. It is believed that the revision of the discussion catalog at the school environment from the Rede Federal de Educação Profissional.

Keywords: Tourism. Professional Education. Sexual Exploitation

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Fluxo de abertura de cursos	26
Figura 2: Triangulação da pesquisa	66

LISTA DE QUADROS

Quadro 1:	Eixo Tecnológico – Turismo, Hospitalidade e Lazer	27
Quadro 2:	Dados de casos de exploração no Brasil	49
Quadro 3:	Técnica da triangulação	66
Quadro 4:	Região Norte	71
Quadro 5:	Região Nordeste	72
Quadro 6:	Região Sul	72
Quadro 7:	Região Sudeste.....	72
Quadro 8:	Região Centro-Oeste	73

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1:	Cursos ofertados pelo <i>Campus</i>	75
Gráfico 2:	Modalidade dos cursos técnicos	76
Gráfico 3:	Tempo de implantação do curso técnico	77
Gráfico 4:	Componentes ofertados no curso	78
Gráfico 5:	Inserção do tema exploração sexual de crianças e adolescentes nos componentes do curso	80
Gráfico 6:	Componentes curriculares específicos para o tema	81
Gráfico 7:	Registro do tema no plano de ensino	83
Gráfico 8:	Formas de abordagem do tema pela instituição de ensino	84
Gráfico 9:	Exemplos de abordagens	85
Gráfico 10:	Frequência da abordagem	86
Gráfico 11:	Público-alvo das ações	87
Gráfico 12:	Parcerias envolvidas nas ações	88
Gráfico 13:	Avaliação das ações pelo público-alvo	89
Gráfico 14:	Relevância do tema	90
Gráfico 15:	Relevância do tema no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos	93

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABAV	Associação Brasileira das Agências de Viagens
ABBTUR	Associação Brasileira dos Bacharéis em Turismo
ABEOC	Associação Brasileira de Empresas de Eventos
CECRIA	Centro de Referência, Estudos e Ações sobre a Criança e o Adolescente
CEFET	Centros Federais de Educação
CNTC	Catálogo Nacional de Cursos Técnicos
CONAC	Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos
CPMI	Comissão Parlamentar Mista de Inquérito
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
IF	Instituto Federal
IFB	Instituto Federal de Brasília
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação
MTur	Ministério do Turismo
OMT	Organização Mundial do Turismo
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PPC	Projetos Pedagógicos dos Cursos
SDH	Secretaria de Direitos Humanos
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E A CENTENÁRIA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA	18
1.1 CURRÍCULOS E EIXOS TECNOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL.....	23
1.2 UMA REFLEXÃO SOBRE A EDUCAÇÃO NO CAMPO DO TURISMO	29
1.2.1 Educação, Turismo e Transdisciplinaridade	32
2 VIOLÊNCIA, EXPLORAÇÃO SEXUAL E TURISMO	36
2.1 POLÍTICAS DE ENFRENTAMENTO E PROTEÇÃO LEGAL	40
2.2 TURISMO E MOTIVAÇÃO SEXUAL	45
3 A DIMENSÃO SOCIAL DO TURISMO	55
3.1 ÉTICA E FORMAÇÃO CIDADÃ	57
3.2 A ÉTICA NO TURISMO	60
4 METODOLOGIA DA PESQUISA	64
4.1 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA	64
4.2 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	67
4.2.1 Situando o universo da pesquisa	70
4.2.2 Definição da Amostra	71
4.3 INSTRUMENTOS	72
5 EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO TURISMO: UMA QUESTÃO DE TODOS	74
5.1 RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS OBTIDOS	77
CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONTRIBUIÇÕES	99
REFERÊNCIAS	101
APÊNDICE A: Questionário	108

INTRODUÇÃO

Esta dissertação destaca-se pelo olhar educativo e social a respeito de um tema que incomoda a sociedade e que acontece de forma organizada inclusive na atividade turística: a exploração sexual de crianças e adolescentes. Tal exploração ocorre no âmbito do turismo nacional e internacional e vem acompanhada de problemas como o tráfico de drogas, o tráfico de pessoas e a rede de prostituição.

Na pesquisa desenvolve-se reflexão sobre o papel da educação brasileira no turismo, considerando a educação profissional e a rede federal de educação. Discute-se o papel dos Institutos no processo de formação do cidadão, assim como contextualiza-se a problemática da exploração sexual de crianças e adolescentes e sua relação com o turismo e com a educação profissional.

O turismo é uma atividade que acompanha o ser humano desde a Antiguidade. O entendimento da importância deste fenômeno, na contemporaneidade ocidental leva a considerações mais abrangentes, que extrapolam o campo econômico, uma vez que a atividade, muitas vezes, é associada a simples trocas comerciais baseadas em transporte, alimentação, recreação e alojamento. Assim, interseções entre diferentes áreas e formas de análise permitem uma visão holística de seus fundamentos e consequências.

Diferentes autores explicam a atividade turística através do deslocamento, permanência e consumo, desde que não seja no local de origem do turista, ou seja, uma visão mercadológica. Talvez o melhor fosse entendê-lo como um processo social que lida com sonhos e fantasias de pessoas em relação aos lugares, observando que a atividade turística pode ser considerada um desejo humano de conhecer pessoas e lugares.

Segundo a Organização Mundial do Turismo – OMT (2003), existe uma tendência de que um número crescente de turistas procure mais informações sobre a história, a cultura e o ambiente natural das áreas visitadas. Além disto, destaca o aumento no número de turistas que se interessam em visitar lugares bem planejados e preparados para receber, informar e ofertar produtos turísticos que satisfaçam as necessidades e desejos do público-alvo.

A definição de turismo passa também pela compreensão de quem explora a atividade e de quem a pratica, ou seja, os gestores e o público-alvo. Nota-se que o

turismo faz parte do setor de serviços e este é o setor que mais tem crescido nas economias industrializadas. Assim, o turismo constitui um objetivo para o turista, como também para a região que deseja atraí-lo.

Essa abordagem corrobora com a visão de Beni (2003, p. 96), quando o autor explica a relação entre o turista e a localidade visitada como:

[...] migração temporária acompanhada de transferência de renda envolvendo a procura, que é o conjunto de pessoas com renda disponível para viajar e de outro, a oferta, que pode ser entendida como uma destinação turística dotada de infraestrutura, equipamentos, bens e serviços, pressupondo-se a existência de um mercado turístico.

Ainda no que se refere à organização do turismo Andrade (1995, p. 46) afirma que:

O turismo organizado da atualidade, pode ser entendido como o complexo de atividades e serviços relacionados aos deslocamentos, transportes, alojamentos, alimentação, circulação de produtos típicos, atividades relacionadas aos movimentos culturais, visitas, lazer e entretenimento, voltados ao atendimento e à satisfação dos turistas e viajantes em geral, ou ainda, como o conjunto de empresas, equipamentos, serviços e produtos que têm por objetivo o planejamento e a execução de viagens, a recepção, a hospedagem e o atendimento aos turistas e viajantes, além de outros serviços complementares, nos núcleos emissores e receptores.

No entanto, é necessário ressaltar que os serviços turísticos e serviços complementares são caracterizadas as atividades lícitas e éticas, que por vezes não ocorrem na atividade turística, como é o caso da exploração sexual de crianças e adolescentes. Fato que, lamentavelmente, se apresenta como atividade, por vezes organizada por representantes da cadeia produtiva do turismo.

No entanto, percebe-se que os motivos que levam o envolvimento de meninas, meninos e famílias com o mundo da exploração sexual são vários. Entre eles estão: a exclusão social, a pobreza, a falta de oportunidades de trabalho, problemas no âmbito familiar, como a violência física e/ou psicológica e o abuso sexual; além disso, a falta de educação, a própria globalização, o capitalismo, enfim, todos estes aspectos podem levar um indivíduo a buscar alternativas para a sobrevivência, sendo uma delas a venda do corpo para turistas.

Dessa forma, torna-se necessário o desenvolvimento de pesquisas que discutam o tema, assim como, de políticas públicas direcionadas a cada setor,

objetivando proteger crianças e adolescentes deste problema e outros que o acompanham.

Outra questão importante a se considerar nesta pesquisa é o fato de que este problema social só tem sido estudado e abordado pelas políticas públicas há cerca de duas décadas, portanto, pode ser considerada uma discussão pioneira no âmbito político, social e acadêmico. A incipiência de pesquisas e materiais relacionados ao tema pesquisado demonstra o pioneirismo desta pesquisa.

Em relação à educação profissional urge investigar de que forma esta pode colaborar para a prevenção deste tipo de exploração, apresentando assim a relevância desta dissertação, pois que está direcionada ao estudo dos cursos técnicos da área de turismo, hospitalidade e lazer da rede federal de educação profissional e tecnológica. Além de possíveis iniciativas destas instituições públicas de ensino na prevenção, proteção e combate a esta problemática.

É sabido que a exploração sexual no Brasil é um problema a que o poder público vem se contrapondo. Nesse sentido, se faz necessária a contribuição de diversas instituições no enfrentamento deste fato, em especial, no caso desta pesquisa, as instituições de ensino profissional na área de turismo e hospitalidade que qualificam o estudante para atuar como profissional nos seguimentos hoteleiro, de agências de viagens, como guia de turismo, como organizadores de eventos, entre outras funções específicas da atividade turística.

Neste sentido, a pesquisa justifica-se pelo papel fundamental que os profissionais que atuam no *trade* turístico nacional têm no enfrentamento da exploração sexual no turismo, uma vez que esses profissionais atuam diretamente junto a turistas brasileiros e estrangeiros que também devem ser informados/educados sobre os direitos das crianças e dos adolescentes brasileiros, independente de esses visitantes serem ou não abusadores sexuais.

Na presente pesquisa, a exploração sexual não será tratada como um segmento do turismo, visto que, entende-se o turismo como uma atividade que gera divisas para o país promovendo a melhoria da qualidade de vida da sociedade. Desta forma, não se pode aceitar o turismo sexual como segmento de mercado.

De acordo com o Código Mundial de Ética do Turismo (OMT),

[...] a exploração dos seres humanos, sob todas as formas nomeadamente sexual e especialmente no caso de crianças e adolescentes, vai contra os

objetivos fundamentais do turismo e constitui a sua própria negação (PTSI, 2008).

A partir desta contextualização define-se como problema central de pesquisa a seguinte questão: de que forma a Educação Profissional ofertada pelos Institutos Federais de Educação contribui em suas práticas pedagógicas para a prevenção da exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo?

Emergindo deste contexto a pesquisa proposta apresenta os seguintes objetivos:

Geral:

- Investigar a organização dos cursos de nível técnico da rede federal de educação, com vistas a identificar de que forma os cursos da área de turismo, hospitalidade e lazer têm tratado o tema exploração sexual de crianças e adolescentes na formação de seus estudantes.

Específicos:

- Investigar se o tema exploração sexual é abordado nos cursos técnicos dos institutos federais de educação;
- Identificar a existência de projetos e/ou ações relacionados ao tema pesquisado;
- Analisar nos documentos norteadores da educação profissional o tratamento do tema exploração sexual de crianças e adolescentes.

A produção desta dissertação está estruturada em cinco capítulos sendo o primeiro uma busca teórica e histórica sobre a educação profissional, a rede federal de educação profissional, científica e tecnológica, sua inserção e expansão no país. Uma análise dos documentos curriculares norteadores do eixo tecnológico, turismo, hospitalidade e lazer, e a relação transdisciplinar do tema pesquisado com o ensino do turismo.

No segundo capítulo é trabalhado o objeto central deste estudo: a violência e a exploração sexual no turismo, os instrumentos de proteção legal de crianças e adolescentes vítimas, e o estereótipo da mulher brasileira, fator de influência da motivação sexual na atividade turística no país.

No terceiro capítulo buscou-se analisar a dimensão social do turismo, ou seja, a responsabilidade do turista, dos profissionais do setor, como também, de quem os forma, destacando a importância do ensino da ética no turismo e dos códigos que regem a atividade e seus profissionais.

No quarto capítulo estão expostos os métodos utilizados para alcançar os objetivos propostos; a estratégia metodológica e de coleta de dados, situando o universo da pesquisa e da amostra, bem como os instrumentos utilizados (análise documental, questionário), e, por fim, a análise dos dados.

No quinto capítulo são apresentados os dados estatísticos referentes às denúncias oficializadas pelo telefone “disque 100”, onde foi possível verificar os estados com maior índice de denúncias de violência sexual e exploração sexual no turismo nos anos de 2011 e 2012. Ressalta-se que essas informações colaboram com a análise dos resultados da pesquisa, através dos questionários respondidos pelas coordenações de cursos técnicos do eixo tecnológico turismo, hospitalidade e lazer dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia.

Finalmente são apresentadas as conclusões concernentes ao desenvolvimento do estudo, bem como contribuições para procedimentos futuros relativos ao tema.

1 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E A CENTENÁRIA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

Para entender a relação entre o mundo do trabalho e a educação profissional, é necessário se fazer conhecer o início da institucionalização do sistema público educacional brasileiro. Como afirma Manfredi (2002, p. 74) "as primeiras instituições públicas fundadas no Brasil foram as de ensino superior, destinadas a formar as pessoas para exercerem funções qualificadas no Exército e na administração do Estado".

A autora acima entende que a prioridade do ensino brasileiro iniciou pelo topo, ao passo que os demais níveis de ensino – o primário e o secundário – serviam como cursos preparatórios para a universidade.

No que se refere às primeiras iniciativas para a constituição da educação profissional no Brasil, Manfredi (2002) apresenta os liceus de artes e ofícios, nascidos da iniciativa de entidades da sociedade civil, em 1858, com recursos de sócios ou doações.

Sócios e benfeitores eram membros da burocracia do estado, nobres, fazendeiros e comerciantes. O entrecruzamento dos quadros de sócios com os quadros da burocracia estatal permitia a essas sociedades se beneficiarem de doações governamentais. [...] de modo geral, o acesso aos cursos era livre, exceto para os escravos. As matérias que constituíam os cursos eram divididas em dois grupos, o de ciências aplicadas e o de artes. Quanto aos cursos profissionais, eram um número equivalente a cada uma das matérias do grupo de artes (MANFREDI, 2002, p.77).

A autora conclui que:

[...] ideologicamente e politicamente, tais iniciativas constituíam mecanismos de disciplinamento dos setores populares, no sentido de conter ações insurrecionais contra a ordem vigente e legitimar a estrutura social excludente herdada do período colonial (MANFREDI, 2002, p.78).

Durante o período da chamada Primeira República, que vai da proclamação da República até os anos 30, o sistema educacional escolar e a Educação Profissional ganharam uma nova configuração. O surgimento de novos empreendimentos industriais e de grandes centros, segundo Manfredi (2002, p.79), "estimularam o incremento de serviços de infra estrutura urbana de transportes e

edificações, gerando novas necessidades de qualificação profissional e novas iniciativas, no campo da instrução básica e profissional popular”.

Esses fatos levaram ao surgimento das verdadeiras redes de escolas, por iniciativa de governos estaduais e do governo federal, sendo que os destinatários não eram apenas os pobres e os "desafortunados", mas, sim, os futuros trabalhadores assalariados. Desta forma, como ressalta Moraes (2001 apud MANFREDI, 2002) a montagem e a organização do sistema de ensino profissional iriam constituir um processo institucionalizado de qualificação e disciplinamento dos trabalhadores livres dos setores urbanos.

Portanto, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica é em grande parte originária dos liceus de artes e ofícios. Tais escolas foram instituídas por um decreto presidencial de 1909, durante o governo do presidente Nilo Peçanha, que, ao assumir o governo, emitiu o Decreto 7.566, de 23 de setembro, criando 19 escolas, uma em cada unidade da Federação, exceto no Distrito Federal e no Rio Grande do Sul. Essas escolas posteriormente foram transformadas em escolas técnicas e depois em Centros Federais de Educação, os CEFET, equiparando-se, no âmbito da educação superior, aos centros universitários.

Essas escolas formavam, desde a sua criação, todo um sistema escolar, pois estavam submetidas a uma legislação que as distinguiu das demais instituições de ensino profissional mantidas por particulares (fossem congregações religiosas ou sociedades laicas), por governos estaduais, e diferenciavam-se até mesmo de instituições mantidas pelo próprio governo federal. Em suma, as escolas de aprendizes artífices tinham prédios próprios, currículos e metodologias próprios, alunos, condições de ingresso e destinação esperada dos egressos que as distinguiam das demais instituições de ensino elementar. (CUNHA, 2000 apud MANFREDI, 2002, p. 83).

Inicialmente subordinadas ao Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, tinham como principal finalidade a formação de operários e de contramestres, por meio do ensino prático e de conhecimentos técnicos. Cada escola deveria contar com até cinco oficinas de trabalho manual ou de mecânica. A definição da área a ser ensinada deveria estar de acordo com as especialidades das indústrias locais, sendo que o propósito industrial e a vinculação com o trabalho fabril ocorreu somente em São Paulo; os demais Estados tinham como ofertas os

ofícios de marcenaria, alfaiataria, sapataria, ou seja, mais artesanais do que manufatureiros (CUNHA, 2000d apud MANFREDI, 2002, p. 84).

Manfredi (2002) conclui que a primeira república se caracterizou como um período de grandes transformações e de grande ebulição social, no qual se gestaram novas práticas e concepções de Educação Profissional, concepções, antes exclusivamente empíricas e espontâneas das práticas de aprendizagem, foram adquirindo uma racionalidade técnica.

No final dos anos de 1990, o governo federal proíbe a construção de novas escolas federais. Ao mesmo tempo, uma série de atos normativos direcionaram essas instituições para a oferta predominante de cursos superiores e, contraditoriamente, ensino médio regular, remetendo a oferta de cursos técnicos à responsabilidade dos estados e da iniciativa privada (BRASIL, 2008, p. 7).

Porém em 2004, inicia-se a reorientação das políticas federais para a educação profissional e tecnológica, primeiro com a retomada da possibilidade da oferta de cursos técnicos integrados com o ensino médio seguida, em 2005, da alteração na lei que vedava a expansão da rede federal (SILVA, 2009, p. 7).

Um rápido processo de expansão está ocorrendo na rede federal de educação profissional. Segundo dados do Ministério da Educação (MEC) a rede passará de 140 unidades de ensino em 120 municípios em 2002 para 540 *campi* em 520 municípios em 2014. Este processo é responsável pela interiorização da oferta pública de educação profissional e pela renovação do quadro funcional com o ingresso de trabalhadores em educação – docentes e técnicos administrativos – mais jovens. Entretanto, ele também apresenta contingências imprevisíveis. Para ilustrar o processo de rápida renovação do corpo dos trabalhadores da educação, toma-se como exemplo o quadro funcional de 2002 com 8.999 docentes, chegar-se-á ao final da consolidação da expansão em 2014 a 24.306 docentes.

Observa-se que o crescimento não foi somente quantitativo, mas também qualitativo, pois a nova institucionalidade da Educação Profissional e Tecnológica trouxe em seu bojo discussões que abarcam questões sobre a formação integral do indivíduo. Desta forma, a educação passa a ser entendida como instrumento de transformação "capaz de modificar a vida social e atribuir maior sentido e alcance ao conjunto da experiência humana" (SILVA, 2009, p.10).

A Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, em seu artigo 2º determina que:

Os Institutos Federais são instituições de ensino superior, básica e profissional, pluricurriculares e *multicampi*, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas (BRASIL, 2010, p.18).

O que a caracteriza como uma instituição que pode atuar em mais de um nível de ensino representando uma oferta de ensino diversificada, porém sem perder de vista a formação profissional. Por esta razão, sua proposta pedagógica tem sua organização fundada na compreensão do trabalho.

Os institutos federais possuem como foco a promoção da justiça social, da equidade, do desenvolvimento sustentável com vistas à inclusão social, bem como a busca de soluções técnicas e geração de novas tecnologias. "Essas instituições devem responder de forma rápida e eficaz, às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e de suporte aos arranjos produtivos locais" (BRASIL, 2010, p. 3).

A atenção especial no que se refere aos arranjos produtivos locais promove um estreito relacionamento entre a concepção de um *campus* com a comunidade onde está inserido, corroborando com a construção da cidadania. Essa ação permite uma visão mais "criteriosa em busca de soluções para a realidade de exclusão [...] no que se refere ao direito aos bens sociais e, em especial, à educação" (BRASIL, 2010, p. 20-21).

Os Institutos Federais constituem um espaço fundamental na construção dos caminhos com vistas ao desenvolvimento local e regional. Para tanto, devem ir além da compreensão da educação profissional e tecnológica como mera instrumentalizadora de pessoas para o trabalho determinado por um mercado que impõe seus objetivos. É imprescindível situá-los como potencializadores de uma educação que possibilita ao indivíduo o desenvolvimento de sua capacidade de gerar conhecimentos a partir de uma prática interativa com a realidade. Ao mergulhar em sua própria realidade, esses sujeitos devem extrair e problematizar o conhecido, investigar o desconhecido para poder compreendê-lo e influenciar a trajetória dos destinos de seu lócus de forma a tornar-se credenciados a ter uma presença substantiva a favor do desenvolvimento local e regional. (BRASIL, 2010, p. 22).

Os institutos podem atuar em todos os níveis e modalidades da educação profissional com estreito compromisso com o desenvolvimento integral do cidadão trabalhador, devendo articular, com experiência institucional inovadora, todos os princípios fundamentais do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE (BRASIL, 2010, p. 18).

A Lei de Diretrizes e Bases – LDB "situa a educação profissional e tecnológica na confluência de dois direitos fundamentais do cidadão: o direito à educação e o direito ao trabalho que, no artigo 247 da Constituição, está consignado como direito à educação".

Além de serem caracterizadas como um direito, a educação e o trabalho possuem estreita relação. Saviani (2007) expõe os fundamentos ontológicos e históricos dessa relação como atividades especificamente humanas pensando o homem como animal racional. Afirma:

[...] o atributo essencial é dado pela racionalidade, consoante o significado clássico de definição estabelecido por Aristóteles: uma definição dá-se pelo gênero próximo e pela diferença específica. Pelo gênero próximo indica-se aquilo que o objeto definido tem em comum com outros seres de espécies diferentes (no caso em tela o gênero animal); pela diferença específica indica-se a espécie, isto é, o que distingue determinado ser dos demais que pertencem ao mesmo gênero (no caso do homem a racionalidade). Consequentemente sendo o homem definido pela racionalidade é esta que assume o caráter de atributo essencial do ser humano. (SAVIANI, 2007, p. 153).

O autor entende que o homem diferencia-se do animal por agir e transformar a natureza de acordo com sua necessidade. Reforçando essa teoria, explica que o homem para formar-se como tal deve aprender a produzir sua própria existência. A educação faz parte deste contexto, pois a origem da educação coincide com a origem do homem, portanto existe uma relação de identidade entre educação e trabalho.

Neste sentido, é sabido que a educação também possui um papel importante na formação ética do cidadão. Sua ação, em conjunto com a família, representa em grande parte o que será a sociedade e como estará fundamentada em seus preceitos éticos e humanos assim caracterizando a responsabilidade das ações e falas no contexto escolar e familiar.

Nesta perspectiva, os Institutos Federais de Educação se propagam com o esforço para formar profissionais que atuem em diferentes setores da economia, buscando a técnica por excelência, porém sem perder de vista todos os fundamentos éticos em que estão embasadas as profissões. Contudo, os currículos desenvolvidos pelos diversos *campi* da rede federal são baseados em documentos norteadores elaborados pelo MEC, ou seja, os projetos pedagógicos dos cursos

refletem o que o Ministério sugere como conteúdo fundamental para os cursos que serão ofertados.

1.1 CURRÍCULOS E EIXOS TECNOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

O currículo da educação profissional deve ser assumido como um meio estratégico para que o cidadão possa desenvolver competências profissionais que lhe possibilitem mobilizar, articular e praticar habilidades e valores, adquirindo autonomia intelectual em relação ao objeto do saber e ao próprio trabalho que desenvolve (SILVA, 2009).

Para uma melhor compreensão do conceito de competência observam-se as colocações de Kuenser (2002) quando analisa o termo como sendo "[...] o domínio do conhecimento articulado ao desenvolvimento das capacidades cognitivas complexas, ou seja, das competências relativas ao domínio teórico" (KUENSER, 2002, p. 3).

Zarifian (2003, p. 139) em seu estudo *Modelo de Competência* sugere nova definição ao conceito e analisa a questão da responsabilidade identificando-a como pertencente "[...] a uma ética profissional e não a uma moral".

[...] é a tomada de iniciativa e o assumir de responsabilidade do indivíduo sobre problemas e eventos que ele enfrenta em situações profissionais. [...] é assumir a plenitude de sua ação em face dos outros, mas também em face de si mesmo. [...] respondendo por seu alcance, por seus efeitos e por suas consequências, tomar plenamente consciência e conta de orientação de suas ações (ZARIFIAN, 2003, p. 139-140).

No que se refere à concepção de currículo o parecer CNE/CEB nº 7/2010, ao tratar das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, entende que:

[...] toda política curricular é uma política cultural pois o currículo é fruto de uma seleção e produção de saberes: campo conflituoso de produção de cultura, de embate entre pessoas concretas, concepções de conhecimento e aprendizagem, formas de imaginar e perceber o mundo. Assim as políticas curriculares não se resumem apenas a propostas e práticas enquanto desconstruídos em múltiplos espaços e por múltiplas singularidades no corpo social da educação (BRASIL, 2010a, p. 12).

Observando o que aponta esse parecer os conteúdos curriculares da Educação Básica seguem as seguintes diretrizes:

[...] a difusão de valores fundamentais ao interesse social, os direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e a ordem democrática; consideração das condições de escolaridade em cada estabelecimento; orientação para o trabalho; promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais. Desse modo, os valores sociais bem como os direitos e deveres dos cidadãos, relacionam-se com o bem comum e com a ordem democrática (BRASIL, 2010a, p. 12).

Tais conceitos devem ser observados pela comunidade escolar para fins de organização curricular, inclusive no que se refere à educação profissional. O processo de planejamento coletivo e multidisciplinar no momento da concepção dos projetos pedagógicos dos cursos facilita e propicia o atendimento a determinados conceitos fundamentais em cursos técnicos profissionais.

A estruturação da oferta educativa passa pelo processo de observação e identificação de diversas características básicas do curso que formam a linha central que sustenta a organização curricular e a identidade do curso, imprimindo a direção a ser seguida pelos projetos pedagógicos. Durante a construção do projeto pedagógico alguns questionamentos devem se fazer presentes, para que o curso gestado esteja em consonância com a realidade local e com as especificidades do mundo do trabalho em que está inserido o segmento estudado. Neste sentido ressalta-se a importância das seguintes perguntas:

[...] que profissional deseja-se formar; qual será o seu perfil; onde atuará – em que lugar e em que momento do processo produtivo; que conhecimentos tecnológicos e científicos são necessários a esse profissional; quais valores éticos e estéticos orientam a conduta da sociedade de que esse profissional faz parte? (SILVA, 2009, p. 23).

Os projetos pedagógicos dos cursos são elaborados em âmbito local, ou seja, no instituto em que serão ofertados, nesse sentido, tais escolas necessitam de um norte para balizarem seus cursos. Esse documento norteador é o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos – CNCT, lançado em 2008 pelo Ministério da Educação como programa da política de desenvolvimento e valorização da educação profissional e tecnológica de nível médio do Governo Federal. Tal catálogo teve como objetivos organizar e orientar a oferta nacional dos cursos técnicos de nível médio, promover o processo nacional de avaliação da educação

profissional técnica, previsto no artigo 15 da Resolução CNE/CEB nº 4/99 e depois aprovado na Portaria nº 870, de 16 de julho de 2008 considerando:

[...] a necessidade de estabelecer um referencial comum às denominações dos cursos técnicos de nível médio; [...] a necessidade de consolidação desses cursos pela afirmação de sua identidade e caracterização de sua alteridade em relação as demais ofertas educativas; [...] a necessidade de fomento a qualidade por meio da apresentação de infraestrutura recomendável com o escopo de atender as especificidades desses cursos (BRASIL, 2008, p. 1).

As denominações apresentadas no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos que deverão ser adotadas nacionalmente para cada perfil de formação – quando de sua vigência – não impedirão, entretanto, o atendimento às peculiaridades regionais, possibilitando currículos com diferentes linhas formativas (BRASIL, 2008a, p. 2).

No período de 2009 a 2011, o Ministério da Educação – MEC, por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC, organizou solicitações de atualização do CNCT. Tais solicitações foram provenientes de diversos setores e sistemas de ensino envolvidos com a oferta de cursos técnicos de nível médio. Foi criada uma Comissão Executiva Nacional de Avaliação do Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos – CONAC. As atualizações e alterações foram submetidas ao CNE que emitiu o Parecer nº 3 de 26 de janeiro de 2012, o que possibilitou, enfim, a publicação da Resolução CNE/CEB nº 4 de 06 de junho de 2012, que trata da atualização do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (BRASIL, 2012, p. 4).

A nova versão do documento conta com a inclusão de 35 novos cursos e três alterações relacionadas aos eixos tecnológicos. Uma delas refere-se à inclusão do nome "Turismo" no título do então eixo "Hospitalidade e Lazer". Essa inclusão foi realizada "[...] a fim de trazer maior clareza ao público em geral sobre as tecnologias que envolvem os cursos abarcados por este eixo" (BRASIL, 2012, p. 4).

O Catálogo Nacional é subdividido em eixos tecnológicos que são definidos pela SETEC como “uma linha central definida por matrizes tecnológicas, que perpassa transversalmente e sustenta a organização curricular e a identidade dos cursos, imprimindo a direção dos seus projetos pedagógicos” (SETEC, 2008). Os eixos tecnológicos abordam o viés técnico dos cursos, porém não se restringe a técnica, haja vista as abordagens social, econômica, humanística e artística que também estão presentes e sugeridas pelo documento como temas possíveis de serem trabalhados nos cursos técnicos.

Neste contexto a organização curricular baseada no catálogo estabelece alguns critérios para o planejamento, a estruturação, a organização de cursos, assim como a carga horária e a infraestrutura mínima exigida para a sua abertura. Essas diretrizes devem ser observadas e consideradas no momento da elaboração dos projetos pedagógicos dos cursos – PPC.

O embasamento para oferta dos cursos deve respeitar determinados pré-requisitos que vão além do que está definido no catálogo e são anteriores à elaboração de Projetos de Cursos conforme ilustra o fluxograma apresentado na figura 1.

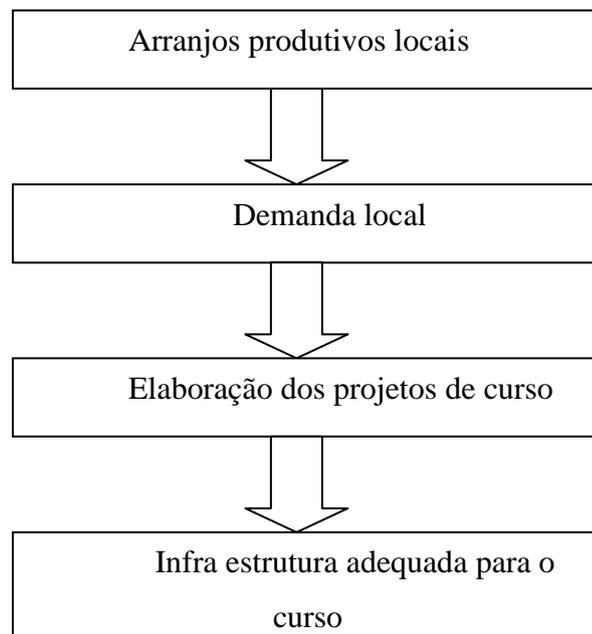


Figura 1: Fluxo de abertura de cursos.
Fonte: Elaboração da autora.

De acordo com o fluxograma, é necessário observar a demanda da comunidade local no que se refere aos eixos tecnológicos e cursos que a define como prioritários a serem ofertados pelo instituto naquela região. Outra questão que deve ser analisada é o cruzamento do que a comunidade demanda com os arranjos produtivos locais, a fim de identificar se os mesmos possuem coerência. Somente após a realização dessas ações é que será iniciada a etapa de elaboração dos projetos de curso, assim como a infraestrutura necessária.

A Resolução CNE/CEB nº 4/2010, ao definir as Diretrizes Curriculares Gerais para a Educação Básica, caracteriza a Educação Profissional Técnica de nível médio no seu artigo 30:

A Educação Profissional e Tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e as dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia, e articula-se com o ensino regular e com outras modalidades educacionais: Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial e Educação a Distância" (BRASIL, 2010, p. 13).

No que se refere às modalidades de ensino da Educação Básica, a Educação Profissional e Tecnológica ocorre como especificado no Parecer CNE/CEB nº 4/2010

[...] cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional e nos de Educação profissional técnica de nível médio, sendo que a última pode ser distribuídas articuladas com o ensino médio sob duas formas [...] integrada na mesma instituição ou concomitante, na mesma ou em instituições diferente. [...] subsequente, em cursos destinados a quem já tenha concluído o ensino médio (BRASIL, 2010, p. 13).

A área pesquisada no presente trabalho pertence ao eixo tecnológico Turismo, Hospitalidade e Lazer, segundo o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. As atividades compreendidas neste eixo referem-se, “[...] ao lazer, relações sociais, turismo, eventos, gastronomia, integradas ao contexto das relações humanas em diferentes espaços geográficos e dimensões socioculturais, econômicas e ambientais” (BRASIL, 2012, p. 141).

Para além desses conteúdos esse documento norteador:

[...] incentiva a pesquisa, a disseminação e consolidação da cultura, a ética, as relações interpessoais, o domínio de línguas estrangeiras, a prospecção mercadológica, o *marketing*, a habilidade de coordenar equipes, a pró atividade, a sociabilidade e criatividade são elementos comuns deste eixo. (BRASIL, 2012, p. 141)

No quadro a seguir pode-se observar os cursos técnicos pertencentes ao eixo tecnológico de Turismo, Hospitalidade e Lazer, as possibilidades de temas, sugeridos pelo Ministério da Educação para serem abordados e a carga horária total dos cursos.

Cursos	Possibilidade de temas a serem abordados na formação	Carga horária total
Técnico em Agenciamento de Viagem	Geografia. História. Artes. Comunicação. Legislação. Mercados Turísticos. Técnicas de Negociação e Vendas. Procedimentos de Agenciamento de Viagens. Cultura, turismo e hospitalidade.	800h
Técnico em Cozinha	Técnicas de cozinha. Organização da cozinha e da matéria-prima. Nutrição. Higiene e manipulação de alimentos. Armazenagem de gêneros alimentícios. Infraestrutura e equipamentos de cozinha.	800h
Técnico em Eventos	Eventos. Protocolo, cerimonial e etiqueta social. Processos comerciais. Higiene e manipulação de alimentos. Ornamentos e Decoração. Logística de eventos.	800h
Técnico em Guia de Turismo	Geografia. Cartografia. Legislação. História e museologia. Sistemas de informação. Artes e cultura. Transporte e hospedagem. Guiamento no contexto regional e nacional.	800h
Técnico em Hospedagem	Meios de hospedagem. Fluxos operacionais de reserva, recepção e governança. Turismo e estrutura local. Comunicação. Língua estrangeira.	800h
Técnico em Lazer	Técnicas de animação socioculturais. Sociologia do lazer, jogos, recreação, brinquedos e brincadeiras. Linguagens artísticas, cultura lúdica, educação ambiental. Primeiros socorros e desenvolvimento interpessoal.	800h
Técnico em Serviços de Restaurante e Bar	Higiene e manipulação dos alimentos. Comunicação, relações interpessoais e etiqueta. Tipos de serviços a mesa, bares e similares. Coquetelaria.	800h

Quadro 1 - Eixo Tecnológico - Turismo, Hospitalidade e Lazer

Fonte: BRASIL, 2012

Conhecendo o documento norteador para a elaboração dos projetos pedagógicos dos cursos técnicos da área de Turismo, Hospitalidade e Lazer, destaca-se que os cursos citados são idealizados e projetados com objetivo de preparar o futuro profissional que irá atuar em diferentes setores da atividade turística, abraçando desse modo a cadeia produtiva do turismo e se integrando em diferentes níveis desde o operacional até o gerencial. Ou seja, o profissional que irá atuar nas agências de viagens, o cozinheiro, o organizador de eventos, o guia de turismo, o técnico em hospedagem, o recreador, o especialista em serviços de restaurante e bar.

Observa-se que o tema exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo não está explícito como conteúdo sugerido no processo de formação dos técnicos do eixo Turismo, Hospitalidade e Lazer, apesar de presente no segmento do turismo e entendido como um problema frequente especialmente em regiões com sérios problemas sociais.

Portanto, a prevenção da exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo, parece não perpassar obrigatoriamente pela formação dos profissionais que estão diretamente envolvidos com a prestação de serviço na atividade turística.

1.2 UMA REFLEXÃO SOBRE A EDUCAÇÃO NO CAMPO DO TURISMO

Para iniciar a discussão sobre a educação no turismo, e como está inserida na relação ética com o fenômeno turístico, faz-se necessário compreender a questão da educação e seus desdobramentos.

Barreto (2004) explica que a partir do século XIX, instala-se no Brasil a "cultura do bacharelismo", pela qual obter um diploma universitário passa a ser o caminho para a distinção social. Destaca que a procura por cursos superiores aumentou a partir de 1940 e que o fato de ingressar na universidade passa a ser ilusoriamente uma forma de pertencer a classes sociais em destaque na sociedade da época.

No Brasil a formação em Turismo começou na década de 1970. Ruschmann (2002) cita que o início dos cursos de nível superior em Turismo no Brasil ocorreu em São Paulo em 1971 e somente na década de 1990 conseguiu se expandir e articular os setores público e privado.

Analisando a recente história brasileira de formação no campo do Turismo entende-se determinadas dificuldades no que se refere à teorização do fenômeno turístico, assim como à aproximação com outras áreas do conhecimento.

Esse fator faz com que a formação em Turismo perpassasse por todas as áreas do conhecimento como explica Moesch (2002) quando afirma que é uma atividade que funciona como um subsistema produtivo e, enquanto objeto do conhecimento, necessita ser estudada "[...] sob a vigilância das outras ciências, enquanto derivações de seus campos produtivos." Quando analisa a responsabilidade pela construção do fazer-saber no turismo, afirma:

Revisitar a teoria do turismo a partir das novas práticas sociais desse fenômeno não é compromisso exclusivo dos pesquisadores e educadores nos mais de trezentos cursos da área no Brasil: essa preocupação epistemológica deve recair, também, sobre consultores e políticos que atuam no setor, no país e no exterior, cujos discursos eufemísticos apontam números grandiosos, sem se ater ao papel dos sujeitos consumidores e produtores envolvidos (MOESCH, 2002, p. 25).

A autora explica que a educação para o Turismo envolve cuidados teóricos, haja vista, a atividade turística ser considerada uma prática social complexa que é desenvolvida, de forma subjetiva, reproduzindo as experiências dos sujeitos que as

praticam. O fenômeno turístico envolve e mobiliza toda comunidade residente aproximando-se dos problemas sociais presentes nessas localidades.

Neste sentido, observa-se que o ambiente escolar deve se esforçar para apresentar ao estudante a realidade vigente no mundo, afinando dessa forma, a formação educacional com uma visão geral e crítica da realidade posta.

Carvalho (2003) explica a configuração da nova estrutura ocupacional, citando Tedesco (1998) que estabelece uma analogia entre o desenvolvimento das capacidades dos trabalhadores e a atuação da escola:

[...] assim, em vez de educar para a criatividade e a curiosidade, que estimulariam a capacidade de abstração, a escola impõe modelos e soluções pré-fabricadas e estimula a obediência e a memorização. Da mesma forma, em vez de desenvolver o pensamento sistêmico, a escola pensa a realidade de forma compartimentada, ao estabelecer enfoques disciplinares que dividem a realidade [...] (TEDESCO, 1998 apud CARVALHO, 2003, p. 73).

Moesch (2002) aponta que na educação não caberia apenas justapor conhecimentos, mas integrá-los num sentido único, na complexidade do fenômeno estudado. Reconstruir uma compreensão do real: “[...] o real é uma totalidade transdisciplinar, e só é apreendido em retotalizações.” (MOESCH, 2002, p. 31).

O turismo, fenômeno social total, segundo o conceito de MAUSS (2000d, apud BARRETTO, 2004, p. 48) "não somente aceita, mas precisa do concurso de várias ciências para seu estudo e seu manejo".

Morin (2000, p. 115) reforça essa teoria afirmando que “é preciso ecologizar as disciplinas, isto é, levar em conta o que lhes é contextual, inclusive as condições culturais e sociais, ou seja, ver em que meio nascem, levantam problemas, ficam esclerosadas e transformam-se”.

Posicionamentos semelhantes são defendidos por diversos autores no que se refere à importância da atualização do que deve ser estudado. A contextualização com a realidade local e o respeito às especificidades das áreas de estudo evitando assim o esfacelamento do conhecimento e de suas práticas pedagógicas.

No caso específico do Turismo, recomenda-se levantar as especificidades de cada região em que estão se formando profissionais da área. O conhecimento da realidade local possibilita a construção de projetos pedagógicos adequados e contextualizados com o fenômeno turístico vigente na localidade favorece, através

de embasamentos éticos, técnicos entre outros, a formação de estudantes atentos ao que se passa ao seu redor.

Morin (2000) lança o desafio de se repensar a educação do futuro e quais os saberes necessários neste processo, lembrando que:

O ser humano é, a um só tempo, físico, biológico, psíquico, cultural, social e histórico. Esta unidade complexa da natureza humana é totalmente desintegrada na educação por meio das disciplinas, tendo-se tornado impossível aprender o que significa ser humano. (MORIN, 2000, p. 63).

Ainda no âmbito da educação e emancipação do humano através do conhecimento, Freire (2011) se empenha na busca do homem sujeito que implica em uma sociedade sujeito, contrariando todo o esforço de classes dominantes pela alienação da sociedade. “Assim, a educação libertadora tem como suas principais tarefas a humanização e libertação do homem e da sociedade brasileira” (FREIRE, 2011, p. 12).

Desse modo, entende-se a importância do ensino para o conhecimento e a consciência da condição humana como objeto essencial. “Para que o homem entenda a sua complexidade, o que se tem de identidade complexa e identidade comum para então perceber o elo indissolúvel entre a unidade e a diversidade de tudo que é humano” (MORIN, 2000, p. 16).

Barreto (2004, p. 37) indaga:

[...] se o turismo é uma atividade ou um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário de pessoas do seu local de residência para outro onde passam um tempo, por diversos motivos alheios ao trabalho, desencadeando uma série de serviços e atividades comerciais para satisfazer suas necessidades, é possível pensar num "profissional" dessa atividade? E quais as consequências disso?.

A autora mostra que a dimensão e diversificação de fenômenos sociais que são desencadeados a partir da atividade turística tornam difícil pensar em "um profissional" capaz de abarcar uma diversidade de atributos, habilidades e competências, necessários para o desempenho completo da atividade.

A Organização Mundial do Turismo – OMT também tem atestado que:

[...] o turismo apresenta uma grande diversidade e heterogeneidade de atividades que dificultam o tratamento conjunto [...]. Isso também repercute no aspecto formativo. As ações devem ramificar-se de forma a marcar as

diferenças entre essas atividades, embora a partir de uma ideia conjunta e coesa do setor. (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO, 1995, p.46).

É nesse sentido que se configura a importância de se pensar a formação profissional de forma holística, focando na importância do egresso de um curso de Turismo, que, nesse caso, pode ser um curso técnico ou superior, como um profissional consciente dos impactos gerados pela atividade turística em sua região de atuação.

1.2.1 Educação, Turismo e Transdisciplinaridade

Para encaminhar a questão levantada neste tópico, faz-se necessário reforçar que o Turismo é conceituado e definido como fenômeno e caracterizado pela complexidade, ao ser interpretado como objeto de estudo na academia, exige a contribuição de todas as ciências sociais para dar conta da sua compreensão.

Daí a importância de se trabalhar a educação baseada nos conceitos inter, multi e transdisciplinar. Mendonça (2003, p. 52) afirma que:

[...] a multidisciplinaridade envolve várias disciplinas, intervindo no estudo do mesmo objeto mas sem interações; a interdisciplinaridade além de justapor, provoca a colaboração entre as disciplinas plurais no estudo de um objeto, de um campo do saber ou em um objetivo, e há transferência de métodos de uma disciplina para outra; e a transdisciplinaridade atravessa o conteúdo comum e o que está além das disciplinas, tentando extrair da colaboração entre disciplinas um fio condutor, uma filosofia epistemológica.

Para a autora a interdisciplinaridade apesar de significar um avanço no que se refere à divisão disciplinar, não possui representação significativa para uma visão abrangente do aluno sobre os temas estudados.

Ainda segundo Mendonça (2003, p. 52) "é por meio da visão transdisciplinar que reconhecemos a existência de diferentes níveis de realidade" permitindo inclusive o questionamento de uma única realidade, possibilitando as interpretações, a partir do leque de conhecimentos adquiridos pelo aluno, permitindo o pensamento e compreensão do mundo de forma mais complexa.

Dessa forma, o ideal é que a estrutura curricular seja compreendida como uma estrutura aberta ao inesperado, ao imprevisto e à mudança, algo que está

sempre em processo de negociação e renegociação, em função das necessidades dos alunos, dos professores, das realidades e instâncias administrativas e de suas experiências profissionais. O currículo deve ser flexível, vivo, sempre em processo, contribuindo dessa forma para a formação acadêmica, cidadã.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN (1998) preveem, como temas transversais, a ética, a orientação sexual, a saúde, o trabalho e o consumo, a pluralidade cultural e o meio ambiente. Tais temas contribuem para uma educação embasada em um valor social e não apenas tecnicista.

No que se refere às recomendações dos PCN, relativos aos temas transversais, Santos ressalta que:

[...] Os temas transversais, tendo em vista um tema social, transgridem as fronteiras epistemológicas de cada disciplina, possibilitando uma visão mais significativa do conhecimento e da vida. Na medida do viável, os temas transversais resgatam as relações existentes entre os conhecimentos.

[...] o conhecimento transdisciplinar associa-se à dinâmica da multiplicidade das dimensões da realidade e apoia-se no próprio conhecimento disciplinar. Isso quer dizer que a pesquisa transdisciplinar pressupõe a pesquisa disciplinar, no entanto, deve ser enfocada a partir da articulação de referências diversas. Desse modo, os conhecimentos disciplinares e transdisciplinares não se antagonizam, mas se complementam. (SANTOS, 2008, p. 75)

Para o autor "[...] esse novo olhar da transdisciplinaridade traz ainda um desafio maior: o de transitar pela diversidade dos conhecimentos".

Em virtude da formação de tipo disciplinar, os professores que enfrentam o desafio da transdisciplinaridade estão sujeitos a ambiguidades e contradições que vão sendo corrigidas e adequadas na medida do aprofundamento conceitual e, principalmente, da autocrítica entre os pares. Essa mudança atitudinal condiciona-se à mudança epistemológica: mudar um determinado conceito exige, por sua vez, mudanças de outros correlacionados, dando lugar a uma rede de conceitos (sistema). (SANTOS, 2008, p. 76)

Nicolescu (2002) nos ensina que a transdisciplinaridade é também um princípio epistemológico constitutivo dos processos de construção do conhecimento e que nos ajuda a superar as barreiras disciplinares na tentativa de compreender o que está mais além dos limites estabelecidos ou das fronteiras conhecidas. Um princípio que requer que nosso pensamento vá além dos aspectos cognitivos, baseados no desenvolvimento de competências e habilidades, para que o processo

educacional possa verdadeiramente ecoar na subjetividade de cada sujeito. Posto isso, o autor afirma que:

A educação atual privilegia a inteligência do homem, em detrimento de sua sensibilidade e de seu corpo, o que certamente foi necessário em determinada época, para permitir a explosão do saber. Todavia, esta preferência, se continuar, vai nos arrastar para a lógica louca da eficácia, que só pode desembocar em nossa autodestruição". (NICOLESCU, 2002, p. 105).

Ainda, a transdisciplinaridade requer segundo Moraes (2010):

[...] clareza epistemológica para que possamos incentivar diálogos mais competentes entre sujeito e objeto, entre ciência, cultura e sociedade, entre indivíduo e contexto, educador e educando, ser humano e natureza e para a construção de uma base conceitual mais sólida para o desenvolvimento de conversações e de novos estilos de negociação de significados, a partir da maneira como observamos a realidade e construímos o mundo ao nosso redor. Daí toda nossa preocupação anterior em relação à necessária abertura de nossas gaiolas epistemológicas, para que possamos transcender a lógica binária, superar os dualismos e perceber a complementaridade dos processos envolvidos.

Pressupõe-se que todo ato educacional deve ser pensado e desenvolvido, sempre que possível, a partir de diferentes dimensões humanas, de diversos olhares. Isso nos leva a sugerir a participação de sujeitos de diferentes áreas do conhecimento no diálogo em busca de soluções a determinados problemas, já que a realidade, como um sistema vivo e mutante, sempre nos escapa em algo. Daí a necessidade do apoio de outros especialistas, de outros olhares, para uma melhor compreensão do fenômeno estudado.

Pesquisas diversas apontam que hoje os turistas são mais experientes, com valores e estilos de vida distintos, férias mais curtas e mais frequentes, e uma vida mais ativa e sadia. Também são mais flexíveis e independentes. Por outro lado, há mudanças demográficas nas sociedades modernas como o envelhecimento da população, com o aumento da expectativa de vida, a redução do tamanho da família e o aumento do poder aquisitivo que se refletem no comportamento dos turistas.

Embora as variáveis e métodos de análise do turismo sejam tomadas de empréstimo de outras ciências já consolidadas, seu objeto de estudo é próprio, além de situar-se de forma abrangente e interativa.

Essa busca de variáveis explicativas e métodos de análise próprios caracterizam a multi e a interdisciplinaridade. Por sua vez, a incorporação e a

transformação dessas variáveis permite aplicações interativas e operacionais, traduzindo-se na transdisciplinaridade.

Assim, recomenda-se o desenvolvimento de estratégias didáticas na educação para o Turismo que privilegiem diferentes tipos de linguagens que estimulem desafios, vivências, curiosidades, provoquem iniciativas, enfim, estratégias que colaborem para o desenvolvimento da autonomia.

Nesta perspectiva a corresponsabilidade, cooperação e solidariedade passam a ser atitudes básicas que necessitam ser cultivadas em ambientes educacionais, em todos os níveis e etapas processuais. Daí a necessidade de maior ênfase nas estratégias cooperativas de aprendizagem, nas colaborações mútuas e na valorização de propostas coletivas, além de um maior cuidado com as questões éticas.

A transdisciplinaridade, nutrida pela complexidade, exige de cada docente a criação de ambientes e contextos de aprendizagem mais dinâmicos e flexíveis, mais cooperativos e solidários, a criação de ecossistemas educacionais nos quais prevaleçam a solidariedade, a parceria, a ética, a generosidade, o companheirismo, o diálogo na busca constante de soluções aos conflitos emergentes, bem como o respeito às diferenças e o reconhecimento da diversidade cultural, da existência de diferentes estilos de aprendizagem que tanto enriquecem as experiências individuais e coletivas. Ela implica no desenvolvimento de práticas educativas que ampliem a capacidade de reflexão de nossos alunos, que desenvolvam o autoconhecimento, a capacidade de interiorização e harmonização, bem como facilitem processos de construção de conhecimento voltados para o desenvolvimento humano.

É nessa perspectiva que se pode avaliar a importância de se trabalhar de forma transversal temas como a exploração sexual de crianças e adolescentes, promovendo discussões e projetos que façam parte da formação técnica e cidadã do aluno. Inserindo a questão nas práticas escolares estimula-se um olhar mais globalizante e questionador que conduz à reflexão.

2 VIOLÊNCIA, EXPLORAÇÃO SEXUAL E TURISMO

O foco deste trabalho são as contribuições que a educação profissional pode ofertar para abolir ou ao menos minimizar a exploração sexual de crianças e adolescentes na atividade turística. Para tanto, torna-se necessário conhecer quais os estudos e avanços já realizados na difícil tarefa de enfrentar essa realidade no âmbito da sociedade.

Neste capítulo são analisados o fenômeno da violência, seus diferentes tipos e como está contextualizada na atividade turística.

Segundo Leal (2001, p. 19):

A violência é um fenômeno antigo, produto de relações sociais construídas de forma desigual e geralmente materializada contra aquela pessoa que se encontra em alguma desvantagem física, emocional e social. Historicamente, a violência tem sido denunciada no ambiente doméstico/familiar contra mulheres, meninos, meninas e adolescentes de ambos os sexos.

A Agenda de Ação de Estocolmo (1996 apud LEAL, 2001 p. 22):

Define que a exploração sexual comercial infantil é todo tipo de atividade em que as redes, usuários e pessoas usam o corpo do(a) menino(a) e do adolescente para tirar vantagem ou proveito de caráter sexual com base numa relação de exploração comercial e poder e declara que a exploração sexual comercial de meninos, meninas e de adolescentes é um crime contra a humanidade.

Flores (1998, p. 39) afirma que a nossa cultura foi capaz de ignorar, por séculos, a existência de fenômenos como o abuso e a violência sexuais contra crianças e adolescentes.

Faleiros (1997) ressalta que, no Brasil, as questões de abuso sexual intra familiar e da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes vêm se tornando objeto da mídia, com reportagens e entrevistas, mas ainda não assumiram o lugar que ocupam na Europa, no espaço televisivo com entrevistas a vitimizados e abusadores.

Posicionamentos semelhantes são defendidos por Hazeu e Fonseca (1998, p. 57) que acrescentam que:

[...] o tema requer uma abordagem histórica da questão, oriunda de toda uma estrutura desigual da sociedade brasileira, pautada não só pela dominação de classes como também pelas relações de autoritarismo estabelecidas entre adulto e criança.

Para os autores citados a violência contra a criança e o adolescente é um processo que está ganhando visibilidade no conjunto da sociedade, assim como nos trabalhos científicos e técnicos. Porém, Faleiros (1997) afirma que não só as pesquisas e reportagens têm contribuído para dar visibilidade à questão da violência, mas também o movimento da sociedade e do Estado na construção dos direitos da criança e do adolescente, através de discussões, fóruns, debates e mais fundamentalmente pela aprovação de leis de proteção como é o caso do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Faleiros (1997, p. 13) reforça essa teoria explicando que:

Os sistemas culturais, imaginários e simbólicos são processos históricos, produto das relações sociais vigentes num período determinado das relações de classe e interclasses sociais. A construção da infância se inscreve nesses sistemas. Nem sempre a infância foi vista como uma fase específica e própria da vida, e nem a criança sempre foi considerada um sujeito de direitos. Até recentemente, no limiar deste século, ela foi definida, inclusive juridicamente, como fase da incapacidade, da tutela, da menoridade, com as obrigações de obediência e submissão.

Dentro dessa perspectiva de produção de relações desiguais, assim como de produção de significados, identidades e de construção de direitos é que se torna necessário o conhecimento de como essa violência se manifesta concretamente. Fato este que está presente tanto na esfera familiar e doméstica como em diferentes contextos institucionais de poder (escola, polícia, comércio, mídia, igreja).

No que se refere às diferenças entre os tipos de exploração sexual comercial de crianças e adolescentes Leal (2001, p. 23) ressalta que:

A exploração sexual se define como uma violência contra crianças e adolescentes, que se contextualiza em função da cultura (do uso do corpo), do padrão ético e legal, do trabalho e do mercado. Operacionalmente, a exploração sexual se traduz em múltiplas e variadas situações que permitem visualizar as relações nelas imbricadas e as dimensões que as contextualizam. A exploração sexual de crianças e adolescentes é uma relação de poder e de sexualidade, mercantilizada, que visa a obtenção de proveitos por adultos que causa danos bio-psico-sociais aos explorados que são pessoas em processo de desenvolvimento.

Azevedo e Guerra (2007) complementam dizendo que uma das expressões da violência sexual contra crianças e adolescentes é a exploração sexual comercial que é definida como um tipo de violência que “ocorre nas relações de produto e mercado por meio de venda dos serviços sexuais de crianças e adolescentes pelas redes de comercialização do sexo pelos pais ou não” (AZEVEDO; GUERRA, 2007, p. 9).

No “I Congresso Mundial Contra a Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes” realizado em Estocolmo em 1996, foi definido que exploração é o abuso sexual cometido por adulto com remuneração à criança e ao adolescente, onde estes são tratados como objeto sexual, como mercadoria.

Para uma melhor compreensão da exploração sexual comercial, Leal (2001) divide-a em quatro modalidades distintas: Prostituição Infantil, Pornografia, Tráfico e Turismo Sexual.

A prostituição infantil é caracterizada por:

Uma forma de exploração sexual comercial, ainda que seja uma opção voluntária da pessoa que está nessa situação. A prostituição feminina, no mundo adulto, abre um campo para o debate sobre a sua natureza, onde intervêm diversas disciplinas (Filosofia, Ética, Psicologia, Sociologia e aspectos jurídicos) (CEDECA/BA 1995 apud LEAL, 2001, p.24).

A segunda modalidade é a pornografia infantil definida por Leal (2001, p. 27) como: "todo material áudio visual utilizando crianças em um contexto sexual", ou segundo a Interpol (apud Leal, 2001) como "toda representação visual da exploração sexual de uma criança, concentrada na atividade sexual e nas partes genitais dessa criança".

A terceira modalidade é conhecida como tráfico que de acordo com o Código Penal Brasileiro, "é a promoção da saída ou entrada de meninos, meninas/adolescentes do Território Nacional para fins de prostituição" (CP 231, ECA, 83, 84, 85, 251 apud Leal, 2001, p. 28).

A quarta modalidade, e também o foco da presente pesquisa, é o "turismo sexual", considerado como:

A exploração de meninos e meninas e adolescentes por visitantes, em geral, procedentes de países desenvolvidos ou mesmo turistas do próprio país, envolvendo a cumplicidade, por ação direta ou omissão de agências de viagens e guias turísticos, hotéis, bares, lanchonetes, restaurantes e barracas de praia, garçons e porteiros, postos de gasolina, caminhoneiros e

taxistas, prostíbulos e casas de massagens, além da tradicional cafetinagem (CECRIA, 1996 apud Leal, 2001, p. 27).

A violência sexual contra a criança e o adolescente é um fenômeno social mundial e “democrático” uma vez que atinge crianças e adolescentes pertencentes aos diversos segmentos sociais, etnias e culturas (AZEVEDO; GUERRA, 2007 p. 11).

Neste sentido entende-se que a exploração sexual consiste na utilização de crianças e adolescentes em atividades sexuais remuneradas, como a exploração no comércio do sexo, a pornografia infantil ou a exibição em espetáculos sexuais públicos ou privados. Não é somente quando ocorre o ato sexual propriamente que se caracteriza a exploração sexual. Inclui também qualquer outra forma de relação sexual ou atividade erótica que implique proximidade físico-sexual entre a vítima e o explorador. Tal ação também pode ser organizada por membros de redes de exploração sexual comercial de crianças e adolescentes que são formadas por diversos atores sociais, quais sejam: aliciadores, aliciadoras, taxistas, caminhoneiros, cafetões, cafetinas, empresários e profissionais do ramo hoteleiro, agentes de viagens, guias de turismo e, por fim, os usuários.

Tal fenômeno é um problema social grave, pois compromete o desenvolvimento físico e emocional saudável de meninos e meninas provocando-lhes dor e sofrimento.

Crianças e adolescentes vítimas de exploração sexual sofrem consequências tanto físicas como psicológicas, ocasionando-lhes dificuldades como: doenças sexualmente transmissíveis, agressões físicas, gravidez precoce e abortos, são algumas das consequências físicas apresentadas pelas vítimas. No que se refere às consequências psicológicas podem-se destacar a depressão, fobias, perda da integridade moral, perda da dignidade, baixa auto-estima, falta de confiança nas pessoas, dificuldade de relacionamento, dificuldade de aprendizado, tristeza, fuga da realidade, sentimento de culpa, agressividade, transtornos psicológicos, tentativa de suicídio, dentre outros traumas.

Essas e outras consequências permanecem por muitos anos ou até mesmo pela vida toda, pois a exploração sexual compromete de forma geral as vítimas causando desestrutura física, psicológica, espiritual, moral e social.

2.1 POLÍTICAS DE ENFRENTAMENTO E PROTEÇÃO LEGAL

É fundamental observar que o trato deste problema social tão delicado só foi possível a partir da abertura política na década de 1980, do fortalecimento do debate acerca da democracia e da consolidação dos debates sobre os direitos das crianças e dos adolescentes. Bem como de seu reconhecimento como sujeitos sociais entre os profissionais que atuavam na área da infância e da juventude. A culminância desses debates foi a aprovação da Lei nº 8.069, 13 de julho de 1990, conhecida como o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, que regulamentou o artigo 227, da Constituição Federal. Trata-se de legislação que atinge cerca de quarenta por cento da população brasileira (os menores de 18 anos). Pelo ECA, considera-se criança a pessoa entre zero e 12 anos de idade, e adolescente aquele que tem entre 12 e 18 anos.

Nesta recente perspectiva formalizaram-se “os direitos e deveres individuais e coletivos e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em condição peculiar de desenvolvimento” que necessitam de cuidados e de proteção adequados à sua idade por parte do Estado, da família e da sociedade para crescerem e se desenvolverem livres de toda forma de violência e opressão (ECA, Art. 6º).

A Constituição Federal de 1988 em seu artigo 227 determina que deve-se:

[...] assegurar à criança e ao adolescente, com prioridade absoluta, direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de resguardá-lo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão é dever da família, da sociedade e do Estado.

O artigo 5 do ECA repete a segunda parte do artigo 227 da Constituição e prevê ainda que "será punido na forma da lei qualquer atentado por ação ou omissão aos direitos fundamentais". A artigo 18 também do ECA dispõe que "é dever de todos zelar pela dignidade e pôr a salvo crianças e adolescentes de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor".

Na mesma lei, no artigo 82, há a preocupação de que criança ou adolescente não se hospede em hotel, motel, pensão ou estabelecimento congênere

desacompanhado dos pais ou responsável, sendo permitida sua estadia somente se autorizada ou acompanhada pelos pais. O artigo 250 prevê multa de dez a cinquenta salários de referência para quem desrespeitar o artigo 82 e, em caso de reincidência, a autoridade judiciária poderá determinar o fechamento do estabelecimento por até quinze dias.

O artigo 240 do ECA prevê reclusão de dois a seis anos e multa a quem produz ou dirige qualquer tipo de representação (teatral, cinematográfica), atividade fotográfica ou outro meio visual utilizando-se de criança e adolescente em cena pornográfica, de sexo explícito ou vexatória. A mesma pena é aplicada a quem, nas condições deste artigo, contracenar com criança ou adolescente.

Apresentar, produzir, vender, fornecer, divulgar ou publicar por qualquer meio de comunicação, inclusive pela *internet*, fotografias ou imagens com pornografia ou cenas de sexo explícito envolvendo criança ou adolescente incorre em reclusão de dois a seis anos e multa. A mesma pena é válida para quem agencia, autoriza, facilita ou, de qualquer modo, intermedia a participação de criança ou adolescente em produção dessa natureza; àqueles que armazenam ou asseguram os meios desse armazenamento de fotografias, cenas ou imagens, e ainda aos que asseguram por qualquer meio o acesso na rede mundial de computadores esse tipo de material. O artigo 241 do ECA prevê também reclusão de três a oito anos caso o agente cometa o crime no exercício de seu cargo ou função ou para obter para si ou para outrem vantagem patrimonial.

Submeter criança ou adolescente à prostituição ou à exploração sexual, de acordo com o artigo 244-A do ECA tem como pena reclusão de quatro a dez anos e multa. Incorrem nas mesmas penas o proprietário, o gerente ou o responsável pelo local onde a criança ou adolescente estiver submetido a esse tipo de prática. É cassada a licença de localização e de funcionamento do estabelecimento.

É dever do médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche comunicar à autoridade competente casos de suspeita ou confirmação de maus tratos contra criança ou adolescente sob pena de multa de três a vinte salários de referência. Tratando-se de reincidência a multa é aplicada em dobro (Art. 245 do ECA).

O Código Penal – CP tipifica os crimes e estabelece penalidades. De acordo com o Código, são crimes sexuais no Brasil: corrupção de menores – art. 218; favorecimento da prostituição – art. 228; casa de prostituição – art. 229; rufianismo –

art. 230; tráfico de pessoas – art. 231; pornografia – art. 234. Esses crimes são ainda mais graves se praticados contra crianças e adolescentes com idade inferior a 14 anos ficando configurada situação de violência presumida (art. 224 do CP).

Em 1993 a partir do relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito ocorreu a conscientização, a mobilização e a ação de setores engajados da sociedade civil, dos poderes executivo, legislativo e judiciário, da mídia e de organismos internacionais para o enfrentamento do problema social em questão. Essa mobilização resultou:

[...] numa maior visibilidade do fenômeno, na definição de estratégias, na implantação de programas e na realização de pesquisas, campanhas, notícias e reportagens na mídia, criação de bancos de dados, programas de atendimento, prevenção, defesa e responsabilização, formação de agentes sociais, atuação de policiais especializados na área de proteção ao segmento infanto-juvenil e monitoramento legislativo. Tratava-se... de enfrentar o desafio através da elaboração de um plano nacional integrado e orgânico (MJ/SEDH/DCA, 2001, p. 9).

Em 2000, a sociedade e o governo brasileiro com o apoio do Unicef estruturaram o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. No mesmo ano esse documento foi referendado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), fruto do compromisso firmado no “I Congresso Mundial contra Exploração Sexual Comercial de Crianças”, em Estocolmo. Este Plano realiza sistematicamente a Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial no Brasil – PESTRAF – que concluiu pelo seguinte quadro:

[...] a maioria das mulheres, crianças e adolescentes são traficadas por redes organizadas, através de rotas internacionais, intermunicipais e interestaduais. Tais caminhos são estrategicamente desenhados para atender sexualmente diferenciados modelos de clientela ao longo do trajeto. A PESTRAF apontou 241 rotas de tráfico no Brasil. Destas, 131 levam garotas e mulheres para o exterior, principalmente para a Espanha. Nas demais 110 rotas transitam principalmente adolescentes traficadas entre municípios e estados brasileiros. As rotas de tráfico para a exploração sexual engrossam as estimativas do UNICEF sobre o número de crianças que desaparecem todos os anos, que pode chegar a um milhão (FALEIROS, 1997, p. 15).

O Plano Nacional Brasileiro foi estruturado a partir de seis eixos fundamentais: análise da situação; mobilização e articulação; defesa e responsabilização; atendimento; prevenção; e protagonismo infanto-juvenil.

A mobilização e articulação visam a fortalecer as articulações em âmbito nacional, regional e local de combate e eliminação da violência sexual, garantindo a participação da sociedade nesse processo. São exemplos: Campanhas de Conscientização e o Programa Turismo Sustentável e Infância.

Como defesa e responsabilização há a previsão de atualizar a legislação sobre crimes sexuais, combater a impunidade e capacitar profissionais da área jurídico-policia no enfrentamento do problema. Tem como prioridade a implementação dos Conselhos Tutelares, do Sistema de Informação para a Infância e a Adolescência (Sipia) e das delegacias especializadas em crimes contra crianças e adolescentes. Outra iniciativa de grande importância é o Disque Denúncia Nacional (disque 100) que é coordenado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos.

O atendimento visa garantir amparo especializado e em rede às crianças e aos adolescentes vítimas de violência sexual, e também às suas famílias. Entre as ações propostas estão: serviço sentinela; programas de atendimento por ONG's; orientação e acompanhamento jurídico; serviços médicos; entrada ou retorno à escola; ingresso ao mundo do trabalho através de curso profissionalizante; atividades de esporte e lazer.

As ações preventivas contra a exploração educam crianças e adolescentes para desenvolverem capacidade de autodefesa através de programas como o "Escola que Protege" coordenado pelo Ministério da Educação.

O protagonismo infanto-juvenil busca promover a participação ativa de crianças e adolescentes na defesa de seus direitos, comprometendo-os com o monitoramento da execução do Plano Nacional de Enfrentamento. É importante reconhecer a atuação da sociedade civil, pois além das políticas governamentais, as organizações não governamentais atuam no combate, atendimento e reintegração social das vítimas e ocupam um papel fundamental no monitoramento das políticas públicas voltadas à proteção e garantia dos direitos da criança e do adolescente.

Dentre as ações governamentais destaca-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – CPMI da Exploração criada no ano de 2003 com a finalidade de investigar as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil. O relatório final foi publicado em julho de 2004, com seguintes Projetos de Lei – PL:

- PL nº 4125 de 2004, que obriga estabelecimentos públicos a exibirem avisos informando que Abuso Sexual e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes são crimes, como determina o artigo 244-A do ECA. Este projeto foi aprovado em 10/05/07 na Câmara dos Deputados e seguiu para o Senado Federal.
- PL nº 4850 de 2005, que altera o Código Penal, especifica e aumenta a pena de quem comete crime de tráfico para fins de exploração sexual contra criança e adolescente; institui a ação penal pública para todos os delitos sexuais cometidos contra crianças e adolescentes; cria o crime de "Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável" no Código Penal. Atualmente a tipificação dessa conduta só existe no ECA, por meio do artigo 244-A.

No campo da proteção e do atendimento das pessoas envolvidas e/ou vitimizadas, a CPMI apresentou sugestões de aprimoramento de políticas públicas em várias áreas, como Saúde, Assistência Social, Sistema de Garantia de Direitos Humanos, Educação e do Turismo. No que se referem à Educação as propostas são: ampliar acesso à educação infantil; assegurar ensino público de qualidade e capacitar os professores para trabalhar a temática da violência sexual. Na área do Turismo foram: promover, incentivar e construir pactos de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes nas unidades federadas com os vários segmentos que compõem a rede de turismo dos respectivos Estados; realizar uma campanha nacional para orientar e conscientizar os turistas sobre o caráter criminoso da exploração sexual; empreender esforços para que todos os estados brasileiros adotem um código de ética do turismo.

Apesar da gravidade do fenômeno apresentado, é difícil o seu enfrentamento em função da organização da rede de exploração sexual de seres humanos, da desinformação de profissionais de áreas diversas e do medo do cidadão brasileiro de denunciar casos ou suspeitas de casos de quaisquer expressões da violência sexual, posto que a exploração sexual de crianças e adolescentes não se configura em sua maioria como uma relação individual do explorador contra sua vítima. Como afirma Faleiros (1997) ela se constitui em rede, na busca de clientes para um mercado do corpo, visando o lucro e a mercantilização da infância.

O mercado da exploração sexual é formado por redes, organizações, agentes de exploração do corpo que alcançam o lucro de diferentes formas:

[...] compra e venda de crianças, leilões de virgindade, pornoturismo, bordéis, tráfico, pornografia.

[...] Usam-se hotéis, motéis, agências de turismo, rede de tráfico, internet, agentes da noite, centros de diversão, comércio de saunas e massagens, pontos de bares e restaurantes, funcionários de empresas, policiais. As redes envolvem grupos de aficionados ou viciados, pedófilos, não raro de altas camadas sociais (FALEIROS, 1997, p. 19).

2.2 TURISMO E MOTIVAÇÃO SEXUAL

Ao fenômeno turístico está associado turistas altamente interessados em aproveitar a visita e toda a diversidade de atrativos, práticas e experiências que a localidade oferece. Traz também turistas com motivação sexual. Conforme Piscitelli (2004) "há pessoas que viajam com a motivação principal de fazer sexo, e esta motivação determina o destino da viagem".

O desenvolvimento não controlado de certas práticas turísticas pode ocasionar efeitos sociais. A Organização Mundial do Turismo define o "turismo sexual" como viagens organizadas internamente no setor turístico ou fora dele – usando as estruturas e redes do setor – com o objetivo primário de efetivar a relação comercial sexual do turista com os residentes, no destino. Isto determina consequências negativas tanto sociais como culturais para a atividade, especialmente quando são explorados diferentes gêneros, idades, situações econômicas e sociais, nas destinações visitadas (SILVA, 2009).

De acordo com Barretto e Banducci (2005 apud SILVA, 2009 p. 24).

A prostituição, a dependência econômica, a desestruturação de valores e práticas culturais, que mercantiliza as pessoas e suas culturas, rompem a estrutura das comunidades receptoras e beneficiam as empresas voltadas para o turismo e as grandes corporações. Neste sentido, é importante entender que o debate sobre o turismo sexual e a exploração de crianças e adolescentes se dá, hoje, em um contexto de reconhecimento de direitos, mas também em um momento de fortes mudanças nas práticas sociais em que se recoloca.

Sobre essa abordagem Davidson e Taylor (2007, p. 122-123) exemplificam que a demanda do "turismo sexual" pode existir em diversos tipos de destinos turísticos.

Há igualmente uma associação direta entre a viagem e o sexo, tanto em países ricos como em países economicamente subdesenvolvidos. Alguns destinos europeus são conhecidos pelo nível elevado da interação entre turistas e o turismo sexual; os turistas e os homens de negócios estrangeiros representam um segmento significativo da demanda para a prostituição na maioria das principais cidades do mundo, sendo que algumas cidades europeias e americanas têm nos setores do sexo, as atrações turísticas em si (por exemplo, Amsterdã, Copenhague e Las Vegas).

No que diz respeito à motivação sexual em viagens Oppermann (apud GABRIELLI, 2006, p. 68), acrescenta que:

Este caráter multi-proposital do turismo aliado às múltiplas atividades que o compõem, aponta para o fato de que o turista não precisa viajar somente em busca de sexo, ou que numa situação de turista sexual, as pessoas envolvidas tenham somente sexo em mente. [...] Muitos turistas experimentam encontros sexuais simplesmente porque a oportunidade aparece ou porque eles conhecem indivíduos atraentes. Em outros casos, eles simplesmente sentem-se sozinhos e sexualmente privados, e usam a oportunidade de ser um "estranho desconhecido".

Bem (2005) cita Fanon (1969) alertando para o perigo dos países em desenvolvimento "[...] vir a se transformar num bordel para os países industrializados". A mesma reflexão é apresentada por outros autores embasados em pesquisas como é o caso de Gabrielli (2006) quando cita Oppermann (1999), entendendo o turismo com motivação sexual como uma nova forma de exploração colonial, na qual a tradicional exportação de recursos materiais é substituída pela importação de turistas com interesse em "consumir" as pessoas nativas.

Em seu aspecto decadente, a burguesia nacional será consideravelmente auxiliada pelas burguesias ocidentais que se apresentam como turistas enamorados do exotismo, das caçadas, dos cassinos. A burguesia nacional organiza centros de repouso e recreação, lugares de divertimento da burguesia ocidental. Essa atividade tomará o nome de turismo e será equiparada a uma indústria nacional. Se deseje uma prova desta eventual transformação dos elementos da burguesia ex-colonizada em organizadores de *parties* para a burguesia ocidental, vale a pena evocar o que se passou na América Latina. Os cassinos de Havana, do México, as praias do Rio, as meninas brasileiras, as meninas mexicanas, as mestiças de treze anos. Acapulco, Copacabana, são estigmas dessa depravação da burguesia nacional. Porque não tem ideias, porque está encerrada em si mesma, separada do povo, minada por sua incapacidade congênita para pensar no

conjunto dos problemas em função da totalidade da nação, a burguesia nacional assumirá o papel de gerente das empresas do Ocidente e praticamente converterá seu país em lupanar da Europa (OPPERMANN, 1979, p. 127 apud GABRIELLI, 2006 p.71- 2).

Posicionamento semelhante é defendido por Bem (2005) quando se refere às preferências dos turistas por determinados destinos e à publicidade produzida sobre a imagem desses locais, baseada na "sensualidade" da mulher brasileira. Nesse processo, a ideia da menina jovem e adolescente ganha atenção e atração de determinado tipo de turista.

As preferências físicas, associadas a características do temperamento e das especificidades culturais, constroem cenários imaginários e fantasias que participam mesmo das definições dos roteiros turísticos, indicando se a viagem será feita para a Ásia, para a África ou para a América Latina. Tais discursos estão presentes nos roteiros turísticos publicados, nas representações midiáticas em geral, na presença "confirmadora" de integrantes de minorias étnicas e até mesmo no marketing institucional realizado por alguns países (BEM, 2005, p. 56).

Observa-se maior incidência no Brasil, do turismo com motivação sexual, quando na Ásia este tipo de atividade começa a saturar. Nesse mesmo período, começam as propagandas e o grande incentivo do governo brasileiro. Um exemplo muito conhecido de propaganda, veiculada no tempo da ditadura militar brasileira, pode ilustrar a forma direta de anunciar "o produto" de exportação nacional, a mulata brasileira: *"... As praias ensolaradas, mulatas soltam ginga de amor. A mão de Deus abençoou, em terras brasileiras vou plantar amor. Eu te amo, meu Brasil, eu te amo..."*.

Muitos são os fatores determinantes para a proliferação do turismo com motivação sexual. A convivência das autoridades nacionais é um deles, mas há mais. A imagem de sensualidade, erotismo e liberdade sexual veiculada tanto nas propagandas turísticas quanto na literatura é outro fator. E há ainda o processo de erotização do cotidiano e a banalização do sexo por meio da mídia, tão crescente na sociedade de mercado e na cultura brasileira. Para além dos aspectos culturais, há fatores do próprio mercado de trabalho informal e excludente e a situação econômica e social do País. Isso favorece a inclusão de atividades sem especialização na atividade do turismo, formando redes de agenciadores e facilitadores que passam a trabalhar diretamente com o turista.

Para Ribeiro (1998), o "turismo sexual" no Brasil se utiliza de uma rede de relações, na qual se identifica a presença de agentes internacionais, que organizam excursões específicas cujo destino inclui as cidades litorâneas do Nordeste. "A atividade do turismo, mesmo informalmente, exercem [...] através de seus clientes nacionais e internacionais certa influência na configuração e organização espacial da prostituição feminina" (CORIOLANO, 1998, p. 146)

A prática do turismo com motivação sexual pode ser fornecida através de pacotes turísticos, vendidos por agências de turismo, no Brasil e no exterior, que incluem a companhia de mulheres jovens ou não podendo ser escolhidas previamente por meio de foto ou vídeo, como também a oferta informal. Quando não ocorre a escolha antecipada da acompanhante utiliza-se de informações fornecidas pelos funcionários de hotéis, guias de turismo, taxistas e outros.

A nova modalidade de pacote turístico, muito utilizada hoje, proporciona ao turista, além da passagem aérea e a estadia, o direito a uma ou várias acompanhantes no país de destino. Esses turistas, em sua maioria, casados, exigem discrição total, hospedando-se em locais com infraestrutura e garantia de privacidade. Além disso, existem turistas que não fazem distinção de idade na escolha da acompanhante, já outros preferem crianças e adolescentes.

É uma prática que tem produzido um impacto nefasto nas comunidades onde se constroem complexos turísticos, determinando ali, entre as jovens, o desejo por objetos que ganharão de presente, alimentando falsos sonhos de mudança de vida. Como Ouriques (2005, p. 103) enfatiza no contexto histórico das civilizações.

O turismo sexual, portanto, expressa em sua particularidade o traço essencialmente colonialista do turismo nos países periféricos: se outrora os conquistadores europeus pilhavam as riquezas naturais e estupravam as mulheres; no presente, expressam a dominação diretamente pelo dinheiro que carregam, que compra inclusive a virgindade de crianças e adolescentes na Ásia, África e América Latina.

Ainda no que se refere ao turismo como motivação sexual, a escolha do destino turístico agrega características culturais arraigadas no inconsciente da maioria dos turistas como entende Sánchez Taylor (apud OURIQUES, 2005) "não é somente sexo barato o que buscam":

Os turistas sexuais também gostam de viajar a países do terceiro mundo, porque sentem que se restaura de alguma maneira a ordem apropriada

entre os gêneros e as raças. As mulheres e garotas estão prontas para satisfazê-los; os negros, latinos e asiáticos os servem, lustram seus sapatos, limpam seus quartos, etc. Tudo como deve ser (SÁNCHEZ TAYLOR *apud* OURIQUES, 2005, p. 107)

Do ponto de vista econômico, o turismo com motivação sexual é um problema. É uma prática clandestina, muitas vezes associada ao crime internacional, inclusive ao consumo e tráfico de drogas. Além disso, produz retração de demanda turística de consumidores de outros seguimentos turísticos que evitam visitar localidades estigmatizadas pela imagem negativa que fica associada aos lugares de grande movimento do turismo com motivação sexual.

A pesquisa sobre Exploração Sexual de Meninos, Meninas e Adolescentes na América Latina e Caribe, realizada em 1999 pelo Centro de Referência, Estudos e Ações sobre a Criança e o Adolescente – CECRIA, aponta que nas principais capitais brasileiras a atividade turística está inserida como facilitadora das redes de exploração, apresentando como principais os seguintes setores da cadeia produtiva do turismo: hotéis, agências de viagens, bares e centros de lazer.

Em entrevista realizada sobre a Exploração Sexual Internacional, a Subprocuradora-Geral da República Ela Wiecko Volkmer de Castilho afirma que grande parte no turismo com motivação sexual está atrelada à exploração sexual e explica que:

[...] o turismo sexual nos países asiáticos e na América Latina visa, em grande parte, a exploração sexual infanto-juvenil. O controle migratório existente em todos os países dificulta o tráfico internacional de crianças e adolescentes, por isso os consumidores precisam ir aos países onde crianças e adolescentes não são suficientemente protegidos (LEITE, 2008).

Ainda no aspecto da motivação dos turistas pelo sexo, ao se analisar a demanda turística com a proximidade de megaeventos, verifica-se o aumento no percentual de turistas do sexo masculino que viajam sozinhos ou em grupo. Esse fato certamente ocorreu durante a realização de eventos como a Copa das Confederações de 2013, ocorrerá na Copa do Mundo de 2014 e nas Olimpíadas de 2016, no Brasil.

De acordo com Miranda (2003), em 2002, avaliações sobre o número de crianças e adolescentes explorados no país chegaram a uma média de 100 mil. Este problema ocorria com mais frequência nas intermediações dos hotéis, nas fronteiras e nas estradas. No entanto, verifica-se que a exploração e o turismo sexual eram

banalizados (MIRANDA, 2003). Pode-se notar que não é apenas o "turismo sexual" o indicador principal do problema. Há uma gama de questões que favorecem o seu crescimento como, por exemplo, quando a criança sofre com a negligência, o abuso sexual, a pobreza, ausência da escola e outros.

Exploração sexual de crianças e adolescentes é crime e a lei brasileira não penaliza somente quem pratica, mas também quem facilita ou age como intermediário. É inaceitável, portanto, que os equipamentos do turismo sejam utilizados por pessoas dispostas a explorar sexualmente crianças e adolescentes. Os agentes do setor (empresas, órgãos de governo, profissionais, sindicatos, associações, organizações não governamentais, comunidade) devem, sim, atuar como agentes de proteção de crianças e adolescentes, especialmente das vítimas da exploração sexual no turismo (PROGRAMA TURISMO SUSTENTÁVEL E INFÂNCIA, 2008).

Durante os megaeventos, aproximadamente 600 mil turistas, segundo estimativa do Ministério do Turismo – MTur, a maioria homens com dinheiro em busca de diversão, irão circular em todo território brasileiro, caracterizado pela significativa disparidade econômica e social. Essa desigualdade influencia diretamente no acesso à vida digna, levando-nos à compreensão da amplitude da problemática da exploração sexual de crianças e adolescentes no Turismo. Estereótipos utilizados para descrever o “diferencial” da mulher brasileira, ou pensando de forma mais ampla o “diferencial” da raça brasileira; há por outro lado uma criança ou adolescente, cuja quase totalidade de direitos sociais e políticos foram negados em sua existência e que vê na exploração sexual uma forma de mobilidade social, de realização de seus desejos financeiros e emocionais – em muitos casos o sonho de sair do país, constituir uma família e possuir uma vida digna. Vislumbram a possibilidade de concretização desses sonhos no encontro com turistas que, talvez em sua maioria enxerguem essas crianças como mercadorias.

Com o objetivo de mitigar os efeitos da ação dessa rede de exploração o Ministério do Turismo lançou em 2004, no “I Fórum Mundial de Turismo para a Paz e o Desenvolvimento Sustentável”, o Programa Turismo Sustentável e Infância que desenvolve ações de enfrentamento ao problema posto. Neste evento, o MTur afirmou seu compromisso com a proteção de crianças e adolescentes do Brasil. Os objetivos desta iniciativa são: sensibilizar, mobilizar e qualificar a cadeia produtiva do Turismo para a prevenção da exploração sexual de crianças e adolescentes. Para isso, é necessária a obtenção de parcerias com empresários e outras instituições do setor turístico para executar campanhas de esclarecimento, treinamentos e

produção de materiais, a fim de orientar os profissionais da área para a prevenção do problema. Além disso, busca-se esclarecer os turistas sobre seus direitos e deveres em relação à cultura do lugar e especificidades da comunidade local.

Segundo dados do programa, no Brasil, a exploração sexual de crianças e adolescentes ocorre nas regiões de praia, nas fronteiras estaduais e internacionais e em áreas com intenso movimento de pessoas, como nas grandes capitais. O que pode ser identificado no Quadro abaixo:

REGIÃO	DESTINOS TURÍSTICOS	CASOS DE EXPLORAÇÃO	PERCENTUAL
Norte	120	1.308	10,9
Nordeste	436	4.995	11,4
Sudeste	317	4.619	14,5
Centro-Oeste	188	1.522	8,1
Sul	453	2.485	5,5

Quadro 2 – Dados de casos de exploração no Brasil

Fonte: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH) e Ministério do Turismo - (Turismo e Infância, 2008)

De acordo com a coordenação do programa, em 2009 foram capacitados 850 jovens a serem inseridos no mercado de trabalho do Turismo em 12 cidades brasileiras. Foram realizadas no mesmo período campanhas de comunicação e divulgação do disque-denúncia nacional 100 com aproximadamente 475 mil materiais de promoção distribuídos junto ao *trade* turístico e à sociedade civil; realizaram-se 52 seminários em todo o Brasil que incentivaram o empresariado a prevenir e denunciar qualquer forma de exploração à pessoa humana nos equipamentos turísticos; o programa esteve presente em edições do Salão do Turismo apresentando um documentário e dois filmes de curta-metragem; participou de reuniões internacionais e realizou parcerias, convênios e cooperações técnicas, como, por exemplo, as realizadas entre o Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília e o MTur objetivando realizar cursos, oficinas e treinamentos diversos sobre o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes nas cidades sede da Copa do Mundo de 2014.

Corroborando com os dados apresentados pelo Ministério, pode-se citar também a pesquisa da Matriz Intersetorial de Enfrentamento à Exploração Sexual

de Crianças e Adolescentes, de 2011, que destaca que nas capitais mais desiguais e turísticas concentram-se os casos de exploração. Com base em dados do disque 100 no período de 2005 a 2010, a pesquisa mostrou que foram registrados ao menos 1.803 casos de exploração sexual de crianças e adolescentes na Bahia, 1.616 no Rio de Janeiro e 1.326 no Ceará. O nordeste é a região com maior incidência: 37% de denúncias.

Verifica-se que os programas e ações de políticas públicas no Brasil atuam na luta para coibir o problema da exploração sexual de crianças e adolescentes, inclusive no Turismo. Isso demonstra que tanto o Governo, como a sociedade civil organizada estão buscando fazer a sua parte, conscientizando a todos sobre os problemas da existência dessas atividades ilícitas e prejudiciais às crianças e adolescentes, mas também para os próprios destinos turísticos.

É importante destacar, porém, que tanto o turismo como a desigualdade social não podem ser considerados como únicos fatores impulsionadores da exploração de crianças e adolescentes. Existem autores como Davidson e Taylor (2007, p. 121), que afirmam que "[...] não há uma associação direta entre pobreza e prostituição infantil (nem todas as crianças pobres vendem o sexo)".

Bem (2005, p. 78) refere-se à questão da desigualdade social como "[...] uma das causas fundamentais para o surgimento e estabilização do turismo com motivação sexual nos países receptores[...]". O autor afirma que a desigualdade é de fato um fator potencial, porém não único, pois outros fatores, tanto podem impulsionar como bloquear o fenômeno. "[...] se tais interpretações monocausais tivessem validade inquestionável, então, teríamos no Brasil uma sociedade altamente "prostituinte"" (BEM, 2005, p. 78).

A Organização Mundial do Turismo – OMT identifica o perfil do turista explorador como, em sua maioria, homens de classe média, desacompanhados, na faixa etária entre vinte a quarenta anos. No caso de turistas estrangeiros a maior incidência ocorre entre os italianos, portugueses, holandeses e norte americanos. Os destinos preferidos para a exploração sexual de crianças e adolescentes são a Ásia, especialmente a Tailândia, América Central com destaque para México e Cuba e América do Sul que é o caso do Brasil.

Já no que diz respeito à existência do "turismo sexual" como prática turística nas sociedades contemporâneas Bem (2005, p. 19) relata que "[...] Sua existência reflete, de fato, a preexistência de problemas bem mais profundos, os quais, por sua

vez, estão ancorados no coração das sociedades receptoras e emissoras de turistas".

Essa afirmação permite uma ampliação da relação entre o impacto da pobreza e outras desigualdades estruturais no aumento da exploração sexual de crianças e adolescentes na atividade turística. Essa configuração social específica, que abarca as cidades turísticas brasileiras, uma cultura de violação infantil aliada à pobreza, defrontada com o turismo fundado em uma base erótica, resumem o cenário ideal para a exploração sexual de crianças e adolescentes na atividade turística.

Em muitos casos, o aliciamento de menores ocorre com anuência da própria família que também vê no turista a "salvação" de toda uma família em estado de vulnerabilidade social e econômica. Essa prática denota violência contra a criança, piora a imagem do país e reproduz sequelas emocionais por toda uma vida ou geração.

Observando estes desdobramentos, compreende-se que a realização da atividade turística em um país com grande desigualdade social e econômica, tem um impacto negativo na vida de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade no turismo. Segundo Bem (2005) a exclusão social e a ausência de serviços essenciais a comunidades, conduzem à exposição física e sexual que por sua vez causam uma situação de diferença. Para o autor, a exclusão social pode ser:

[...] responsabilizada pela vulnerabilização de grandes setores da população brasileira, lançando-os em um permanente processo de risco social, bastante visível nas grandes cidades brasileiras, que são também, preponderantemente, os espaços de visitação turística. (BEM, 2005 p. 85)

Dentro dessa perspectiva, de inserção social verifica-se a importância do acesso garantido à saúde, à educação e ao lazer, das comunidades situadas ou não em espaços de interesse turístico. Porém no que se refere a localidades conhecidas como destinos turísticos o trabalho de proteção de crianças e adolescentes precisa ser analisado também do ponto de vista do visitante que se desloca com motivação sexual. Para atender essa necessidade, a educação profissional na formação de profissionais da área de turismo, hospitalidade e lazer em especial no nível técnico, destaca-se como fundamental no processo de

construção de uma consciência crítica sobre o assunto nos estudantes e futuros profissionais da área.

3 A DIMENSÃO SOCIAL DO TURISMO

Este capítulo propõe apresentar o aspecto social do turismo, uma vez que os impactos decorrentes dessa atividade recaem sobre a comunidade que recebe o turista. Dessa forma, entende-se a necessidade de definição de estratégias que possam incorporar uma dimensão social na educação e na formação profissional dos responsáveis pelas diversas atividades da cadeia produtiva do turismo, focalizando o turismo como um fenômeno social.

Para dar suporte ao estudo que permeia a relação entre a formação profissional e a sua influência no desenvolvimento do fenômeno turístico, a discussão teórica sobre a dimensão social do turismo toma como base a teoria defendida por Krippendorf (2003, p. 10) quando afirma que:

O ser humano não nasceu turista, mas dotado de uma curiosidade e de um sentimento um tanto nostálgico quanto aos países longínquos que gostaria de conhecer. Em todas as épocas, isso esteve entre as suas necessidades básicas e imediatas. A dinâmica de tais atributos determinou as refinadas viagens da aristocracia até o fim do século XX. Mas o que impulsiona milhares de pessoas hoje em dia para longe de suas casas não é a necessidade. Ao observar como viajam as pessoas, quais são as suas principais ocupações nas férias e os assuntos conversados, chega-se a seguinte conclusão: viajar deixou de ser na maioria das vezes, o desejo de fazer descobertas e de realmente aprender alguma coisa.

Para o autor as atuais viagens ocorrem, sobretudo, por uma necessidade de fuga da sociedade de seu cotidiano, da rotina do dia a dia do trabalho e dos espaços de monotonia. Segundo ele, as pessoas viajam para "[...] encontrar uma compensação para tudo que nos falta no cotidiano, para tudo que desapareceu [...]" e continua: "[...] Com efeito, viajamos para viver, para sobreviver [...]" (KRIPPENDORF, 2003, p. 28).

Outra abordagem, de Urry (2001), diz respeito ao olhar do turista e suas modificações relacionadas, sobretudo, aos diferentes grupos sociais e períodos históricos:

Não existe um único olhar do turista enquanto tal. Ele varia de acordo com a sociedade, o grupo social e o período histórico. Tais olhares são construídos por meio da diferença. Com isso quero dizer que não existe apenas uma experiência universal verdadeira para todos os turistas, em todas as épocas. Na verdade, o olhar do turista, em qualquer período

histórico é construído em relacionamento com seu oposto, com formas não turísticas de experiência e de consciência social: o que faz com que um determinado olhar do turista dependa daquilo com que ele contrasta; quais são as formas de uma experiência não turística. Esse olhar pressupõe, portanto, um sistema de atividades e signos sociais que localizam determinadas práticas turísticas, não em termos de algumas características intrínsecas, mas através dos contrastes implicados com práticas sociais não-turísticas, sobretudo aquelas baseadas no lar e no trabalho remunerado (URRY, 2001, p. 16).

Gottlieb (apud URRY, 2001, p. 27) "[...] é de opinião que aquilo que se procura, nas férias e feriados, é a inversão da vida de todos os dias [...]". Os autores destacados abordam de formas diferentes a questão da presença do turista, seus interesses, olhares e percepções relacionados ao ato de viajar.

Para Urry (2001, p. 28) ainda sobre a busca do turista nos locais visitados "[...] as pessoas precisam vivenciar prazeres particularmente distintos, que envolvam diferentes sentidos, ou que se situem em uma escala diferente daquela com que se deparam em sua vida cotidiana".

O outro lado da medalha é apresentado por Krippendorf (2003) quando se refere aos moradores de localidades turísticas e o sentimento de muitos em relação à prática social dessa atividade em seu habitat:

Os habitantes das regiões visitadas começam a sentir, também, um certo rancor em relação aos efeitos negativos do êxodo das massas turísticas. Essas populações têm, cada vez mais, a impressão de que são invadidas por esse desenvolvimento e, ao mesmo tempo, dele excluídas. Não percebemos que os autóctones estão cansados, talvez até mesmo enfasiados do turismo? Eles desejam libertar-se do jugo turístico, assumir seu destino, determinar pessoalmente o seu desenvolvimento, dele participando. Eles desejam voltar a considerar a região onde vivem como o seu próprio espaço vital, sua pátria e não ter de transformá-la em local de repouso ou quadra de esportes reservados aos outros (KRIPPENDORF, 2003, p. 15)

Porém, apesar das críticas apresentadas ao turismo moderno, os autores citados concordam que a atividade é um fenômeno que há muito tempo se tornou uma realidade mensurável, com inserção social, econômica e política de grande importância no cenário mundial. Não obstante, deve-se observar que quando uma atividade começa a trazer além das vantagens esperadas, uma gama de inconvenientes ao indivíduo e a sociedade, é necessário que se iniciem as críticas e em particular as reflexões.

Sobre essa perspectiva, Krippendorf (2003, p. 17) afirma que:

Se estudarmos a questão com cuidado, considerando todos os fatores, certamente constatamos que, num grande número de setores, o custo suportado pela sociedade, pela economia e pelo meio ambiente ultrapassa largamente os benefícios adicionais alcançados.

Essa constatação pode ser aplicada ao setor do turismo e é nesse sentido que se aprofundam as discussões sobre o impacto da atividade nas comunidades receptoras e, portanto, o valor cobrado da sociedade que recebe tais impactos.

Entende-se que a educação é uma das estratégias possíveis para contribuir no desenvolvimento do senso de humanidade e responsabilidade social na formação de profissionais aptos a atuar no mundo do trabalho, em especial nos equipamentos turísticos, corroborando com o desenvolvimento sustentável da atividade.

3.1 ÉTICA E FORMAÇÃO CIDADÃ

Na filosofia, o campo que se ocupa da reflexão sobre a moralidade humana recebe a denominação de ética. Os termos ética e moral têm significados próximos e, em geral, referem-se ao conjunto de princípios ou padrões de conduta que regulam as relações dos seres humanos com o mundo em que vivem.

No que concerne à ética e ao comportamento dos sujeitos, percebe-se no decorrer da história a relação entre o tema e o problema da violência e de como fazer para evitá-la. Os valores éticos foram instituídos, segundo Chauí (2005, p. 95) “[...] como padrões de conduta, de relações intersubjetivas e interpessoais, de comportamentos sociais [...]”. O objetivo principal da institucionalização de tais padrões era garantir a segurança física e psíquica da sociedade. A autora afirma ainda, que a definição de violência estando diretamente relacionada com a sociedade e a cultura e que o que uma sociedade julga violento pode não ser assim considerado por uma outra. O que também significa que certos aspectos da violência sejam percebidos de forma diferente dependendo da cultura em que se manifestam, formando a base dos valores éticos de uma sociedade.

Boff (2010, p. 76) busca a etimologia da palavra salientando que:

Ethos; ética, em grego; designa a morada humana. O ser humano separa uma parte do mundo para, moldando-a ao seu jeito, construir um abrigo

protetor e permanente. A ética, como morada humana, não é algo pronto e construído de uma só vez. O ser humano está sempre tornando habitável a casa que construiu para si. Ético significa, portanto, tudo aquilo que ajuda a tornar melhor o ambiente para que seja uma moradia saudável: materialmente sustentável psicologicamente integrada e espiritualmente fecunda.

Os autores possuem visão similar no que se refere à importância da definição dos valores éticos para a construção de elementos definidores de relações saudáveis, dando significado à ética como um comportamento social. "A definição do que é mal para o indivíduo determina os valores negativos e contrariamente são determinados os valores positivos, como barreiras éticas contra a violência" (CHAUI, 2005, p. 308).

Chauí (2005, p. 308) entende a violência em nossa cultura como:

[...] violação da integridade física e psíquica de alguém, da sua dignidade humana. Eis porque o assassinato, a tortura, a injustiça, a mentira, o estupro, a calúnia, a má fé, o roubo são considerados violência, imoralidade e crime. [...] Do ponto de vista ético, somos pessoas e não podemos ser tratados como coisas, isto é, como seres inertes, irracionais, destituídos de linguagem e de liberdade. Os valores éticos se oferecem, portanto, como expressão e garantia de nossa condição de seres humanos ou de sujeitos racionais e agentes livres, proibindo moralmente a violência, isto é, tudo que nos transforme em coisa usada e manipulada por outros.

Pode-se sustentar, então, que quando uma sociedade define as formas de violência, esclarece o que deve ser respeitado por seus membros. Com isso, se torna conhecido o que é permitido e o que é proibido. "A ética é normativa exatamente porque as suas normas determinam permissões e proibições e visam impor limites e controles ao risco permanente da violência" (CHAUI, 2005, p. 308).

O exercício da conduta ética perpassa prioritariamente pelo conhecimento, ou seja, o indivíduo que recebe uma formação ética torna-se um agente consciente, capaz de diferenciar entre o bem e mal, certo e errado, permitido e proibido. Para além da consciência, esse cidadão também poderá julgar as condutas e agir em conformidade com os valores morais. Isso significa também que essa aptidão não nasce com o ser humano, mas precisa ser adquirida; as pessoas precisam ser educadas para os valores morais da sua sociedade.

Uma educação ancorada em tais princípios, de acordo com Puig (1998, p. 15), deve converter-se em "um âmbito de reflexão individual e coletiva que permita elaborar racionalmente e autonomamente princípios gerais de valor, princípios que

ajudem a defrontar-se criticamente com realidades como a violência, a tortura ou a guerra". De forma específica, para esse autor, a educação ética e moral deve ajudar na análise crítica da realidade cotidiana e das normas sociomorais vigentes de modo que contribua para idealizar formas mais justas e adequadas de convivência.

Trigo (2001, p. 27) em seu artigo *As Possibilidades da Filosofia* explica que a Ética é uma questão filosófica que está ligada à teoria dos valores, e exemplifica a falta de ética em vários segmentos demonstrando a importância de discutir sobre a sociedade e o mundo dos negócios contemporâneos. Neste sentido percebe-se que a ética precisa ser apresentada como um conteúdo que possibilita ao estudante ter uma maior compreensão da sociedade e do seu papel.

Os parâmetros curriculares nacionais – PCN fazem referência à Constituição brasileira para auxiliar na formação ética dos estudantes apresentando valores expressos nesse documento norteador e apontando a importância do educador na contribuição da elaboração do pensamento ético da sociedade. Ressalta que:

[...] ética trata de princípios e não de mandamentos. Supõe que o ser humano deva ser justo. Porém, como ser justo? Ou como agir de forma a garantir o bem de todos? Não há resposta predefinida. É preciso, portanto, ter claro que não existem normas acabadas, regras definitivamente consagradas. A ética é um eterno pensar, refletir, construir. E a escola deve educar seus alunos para que possam tomar parte nessa construção, serem livres e autônomos para pensarem e julgarem (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL, p. 69-73).

Dentro dessa perspectiva de compromisso com a formação ética na escola, Lodi e Araújo (2007) defendem o ensino de valores e atitudes como agir com respeito, solidariedade, responsabilidade, justiça, não-violência, aprender a usar o diálogo nas mais diferentes situações e comprometer-se com o que acontece na vida coletiva da comunidade e do país. Destacam dois fatores como necessários para que o estudante possa aprender a assumir princípios éticos, sendo eles:

[...] 1) os princípios se expressem em situações reais, nas quais possam ter experiências e nas quais possam conviver com a sua prática; 2) que haja um desenvolvimento da sua capacidade de autonomia moral, isto é, da capacidade de analisar e eleger valores para si, consciente e livremente. (LODI; ARAÚJO, 2007, p. 71).

Os autores consideram também importante o papel ativo dos sujeitos da aprendizagem, estudantes e docentes, interpretando e conferindo sentido aos

conteúdos trabalhados na escola. “[...] o trabalho educativo é o ato de produzir, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens” (SAVIANI, 1994, p. 24).

[...] A melhor forma de ensiná-los, portanto, é estimulando reflexões e vivências. Mais do que os discursos, são as práticas, o exemplo, a convivência e a reflexão, em situações reais, [...]. [Por fim] é necessário introduzir tais conteúdos e preocupações como temas transversais, que perpassam o universo dos conteúdos trabalhados nas escolas (LODI; ARAÚJO, 2007, p. 73).

Colaborando com a abordagem da educação como processo de humanização Pires (1997) explica que:

[...] para que a educação seja um instrumento do processo de humanização, o trabalho deve aparecer como princípio educativo. Isto quer dizer que a educação não pode estar voltada para o trabalho de forma a responder às necessidades adaptativas, funcionais, de treinamento e domesticação do trabalhador, exigidas em diferentes graus, pelo mundo do trabalho na sociedade moderna, mas sim que a educação pode ter como preocupação fundamental o trabalho em sua forma mais ampla. Analisar o processo educacional a partir de reflexões empírico-teóricas para compreendê-lo em sua concretude, significa refletir sobre as contradições da organização do trabalho em nossa sociedade, sobre as possibilidades de superação de suas condições adversas e empreender, no interior do processo educativo, ações que contribuam para a humanização plena do conjunto dos homens em sociedade (PIRES, 1997, p.38).

É claro que em alguns momentos do processo educacional, especialmente no que diz respeito à formação profissional, à aprendizagem de habilidades, práticas e ações imediatas são necessárias, mas o que aqui se quer destacar, como contribuição à educação, é que o processo educacional é mais amplo. Ele não se esgota na dimensão prática, exige a construção da formação em sua totalidade, tem que contribuir para a formação de homens plenos, plenos de humanidade.

3.2 A ÉTICA NO TURISMO

A questão ética tem importância na sociedade contemporânea. Quando se fala em ética e responsabilidades relacionadas ao turismo pensa-se em sua maioria nas questões ambientais. É notório que a atividade turística depende de sua base

que, a princípio é formada pelos recursos naturais, históricos e culturais, mas, em contrapartida, depende e gera impactos significativos também na esfera econômica e social. Desenvolver a atividade de maneira ética e socialmente responsável perpassa pela educação e formação recebida pelo profissional.

Para se compreender a função da ética no turismo, é necessário verificar como este conceito é abordado nos documentos que direcionam eticamente o "fazer turismo". Alguns códigos de ética e/ou conduta foram criados para balizar as formas de atuação dos profissionais da área de Turismo Hospitalidade e Lazer. Entre eles destacam-se: o Código de Ética do Bacharel em Turismo, criado pela Associação Brasileira dos Bacharéis em Turismo – ABBTUR, o Código de Ética dos Agentes de Viagem, criado pela Associação Brasileira das Agências de Viagens – ABAV, o Código de Ética dos Meios de Hospedagem, criado pela Associação Brasileira da Indústria Hoteleira, o Código de Ética do Guia de Turismo, o Código de Ética da Associação Brasileira de Empresas de Eventos, criado pela Associação Brasileira de Empresas de Eventos – ABEOC e por fim o Código Mundial de Ética do Turismo, elaborado pela Organização Mundial de Turismo – OMT, que é o instrumento norteador de todos os outros códigos. Esse código cria um marco de referência para o desenvolvimento responsável e sustentável do turismo mundial no início do novo milênio.

O texto está inspirado nas diversas declarações e códigos profissionais mundiais e tem como objetivo minimizar os efeitos negativos do turismo no meio ambiente e no patrimônio cultural. Objetiva aumentar os benefícios para os residentes, receptores dos destinos turísticos, deixando claro que a atividade turística é instrumento de desenvolvimento individual e coletivo, podendo contribuir para a compreensão e respeito mútuo entre homens e sociedade.

Badaró (2012, p. 51) esclarece o caráter jurídico do documento ressaltando que:

[...] o Código Mundial de Ética do Turismo teve por substrato diversos tratados internacionais de característica legislativa, bem como outros instrumentos obrigatórios e não obrigatórios, clara foi a intenção da OMT em estabelecer uma *soft norm* (norma não restritiva, que contém expressões vagas e conceitos imprecisos com implantação voluntária), visando deflagrar um processo de regulação do setor, bem como garantir a proteção do futuro do turismo e contribuir para a prosperidade econômica, a paz e o entendimento entre todas as nações.
[...] em suma, o Código Mundial de Ética do Turismo, enquanto *soft norm*, deve ser compreendido não sob a ótica de seu conteúdo normativo em

sentido estrito, mas como uma etapa entre a inexistência de um quadro normativo por falta de contexto político de positivação de normas rígidas e a existência de um direito obrigatório.

No que se refere ao tema exploração sexual de crianças e adolescentes, o Código Mundial de Ética do Turismo em seu artigo 2º trata do turismo como vetor de desenvolvimento individual e coletivo; esclarece em um de seus princípios o posicionamento de seus membros no que se refere à exploração sexual de crianças e adolescentes. Afirma que:

A exploração de seres humanos sob todas as suas formas, principalmente sexual e especialmente no caso das crianças, vai contra os objetivos fundamentais do turismo e constitui a sua própria negação. Portanto, e em conformidade com o Direito Internacional, deve ser rigorosamente combatida com a cooperação de todos os Estados envolvidos e sancionada sem concessões pelas legislações adicionais, quer dos países visitados, quer dos países de origens dos atores desses atos, mesmo quando estes são executados no estrangeiro (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO, 1999, p. 7).

Esse documento é uma referência para o desenvolvimento sustentável, sadio e responsável do turismo em âmbito mundial. Seus dez artigos foram aprovados por unanimidade na assembleia Geral da Organização Mundial do Turismo realizada em Santiago do Chile, em outubro de 1999, e são direcionados a todos os setores ligados ao turismo, enunciando regras a serem respeitadas. O Código ainda prevê um Comitê Mundial de Ética do Turismo, constituído por representantes de cada uma das regiões do mundo e de cada um dos grandes grupos de agentes do setor turístico: governo, setor privado, trabalhadores e organizações não governamentais.

Outro instrumento já utilizado por muitos estados e instituições brasileiras são os Códigos de Conduta Ética, documento de caráter social pautado na ética, com poder de coerção moral, que tem como objetivo agrupar e sensibilizar todos os que trabalham com o turismo e orientar o turista no combate à exploração sexual de crianças e adolescentes. Representa uma ação conjunta do Governo, da sociedade civil, e de organizações nacionais e internacionais na proteção da criança e do adolescente contra a exploração sexual, que requer, além de vontade política, instrumentos, equipamentos sociais e recursos públicos que garantam um trabalho sistemático de defesa dos direitos de crianças e adolescentes. Mais ainda, requer que todos os cidadãos, sociedade civil organizada, setores público e privado,

incorporem a cultura da proteção integral e da prioridade absoluta para a efetivação desses direitos.

Com a aceitação do Código de conduta, as empresas, pessoas, agentes públicos e entidades civis vinculados à atividade turística comprometem-se com o desenvolvimento de práticas e políticas éticas consistentes contra qualquer forma de exploração sexual envolvendo crianças e adolescentes. Comprometendo-se a consolidá-las na imagem, na filosofia e nos procedimentos da empresa e/ou instituição. Em sua maioria as empresas que aderem a códigos de conduta se obrigam a:

- Informar, sensibilizar e orientar os diversos segmentos da atividade turística, situados na origem e/ou nas cidades e regiões de destino turístico, sobre os termos pactuados;
- Agir permanentemente contra todo ato que caracterize exploração sexual de criança e adolescente, denunciando os fatos e atos suspeitos, assim como possíveis envolvidos, a seus superiores hierárquicos e às autoridades públicas;
- Estabelecer cláusulas nos contratos existentes nos diversos segmentos prestadores de serviços do setor ou de alguma forma a elas vinculada, declarando explicitamente a rejeição a qualquer forma de exploração sexual contra crianças e adolescentes;
- Repudiar qualquer publicidade que estimule a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes.

Além dessas práticas, acima de tudo, o empreendimento deve estar capacitado para a percepção das possíveis situações de exploração sexual de crianças e adolescentes e se sentir comprometido a denunciar ou se articular a órgãos responsáveis pela proteção e responsabilização.

Contudo, percebe-se que mais importante do que formar profissionais atuantes nos diversos setores do turismo, certamente, é formar cidadãos que se preocupam e estão capacitados para desenvolver a atividade para a qual estão sendo habilitados, de forma ética, responsável e, ainda, sustentável.

4 METODOLOGIA DA PESQUISA

4.1 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

Compreender a relação sujeito-objeto é compreender como o ser humano se relaciona com as coisas, com a natureza, com a vida. Este problema, central em todas as ciências, pode ser compreendido a partir de diferentes abordagens. A dialética pode ser uma delas, assim como, mais especificamente, o materialismo histórico-dialético, ou a dialética marxista.

Novelli e Pires (1996) explicam que a dialética que aparece no pensamento de Marx surge como uma tentativa de superação da dicotomia, da separação entre o sujeito e o objeto. No entanto, a dialética surgiu, na história do pensamento humano, muito antes de Marx. Em suas primeiras versões, a dialética foi entendida, ainda na Grécia antiga, como a arte do diálogo, a arte de conversar. Filósofos como Sócrates e Platão se utilizaram desse conceito para desenvolver sua filosofia. Platão utiliza, abundantemente, a dialética em seus diálogos, pois entende que a verdade é atingida pela relação de diálogo que pressupõe minimamente duas instâncias, e que o diálogo acontece sob um princípio de identidade, entre os iguais. Entretanto, tal posicionamento foi precedido por uma visão distinta encontrada principalmente em Heráclito, filósofo grego que viveu de 530 a 428 a.C. Para este, a conversa existe somente entre os diferentes. A diferença é constituidora da contrariedade e do conflito (NOVELLI; PIRES, 1996).

Mas é com Hegel, filósofo alemão que viveu de 1770 a 1831, que a dialética retoma seu lugar como preocupação filosófica, como importante objeto de estudo da filosofia. Partindo das ideias de Kant (1724-1804) sobre a capacidade de intervenção do homem na realidade, sobre as reflexões acerca do sujeito ativo, Hegel tratou da elaboração da dialética como método, desenvolvendo o princípio da contrariedade afirmando que uma coisa é e não é ao mesmo tempo e sob o mesmo aspecto. Por isso Hegel preconiza o princípio da contradição, da totalidade e da historicidade (NOVELLI; PIRES, 1996).

A lógica formal não consegue explicar as contradições e amarra o pensamento impedindo-lhe o movimento necessário para a compreensão das coisas. Se o mundo é dialético (se movimenta e é contraditório) é preciso um Método, uma teoria de interpretação, que consiga servir de instrumento para a sua compreensão, e este instrumento lógico pode ser o método dialético tal qual pensou Marx (PIRES, 1997, p. 85).

A dialética é o método de interpretação da realidade, visão de mundo e práxis. A reinterpretação da dialética de Hegel, diz respeito, principalmente, à materialidade e à concreticidade. Para Marx, Hegel trata a dialética idealmente, no plano do espírito, das ideias, enquanto o mundo dos homens exige sua materialização. É com esta preocupação que Marx deu à ética o caráter material (os homens se organizam na sociedade para a produção e a reprodução da vida) e o caráter histórico (como eles vêm se organizando através de sua história).

Isto posto, compreender o Método é instrumentalizar-se para o conhecimento da realidade, no caso, a realidade educacional.

O método materialista histórico-dialético caracteriza-se pelo movimento do pensamento através da materialidade histórica da vida dos homens em sociedade, isto é, trata-se de descobrir (pelo movimento do pensamento) as leis fundamentais que definem a forma organizativa dos homens durante a história da humanidade (PIRES, 1997, p. 86).

Por propor investigar as contribuições da educação profissional para a prevenção da exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo, na presente pesquisa utilizou-se como quadro interpretativo a dialética uma vez que como afirma Demo (2011) “[...] a mesma é conveniente para o estudo da realidade social” (DEMO, 2011, p. 88).

Posicionamentos semelhantes são defendidos por Konder (1981) quando afirma que a lógica dialética é uma possibilidade de compreensão da realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação, em contraposição à lógica formal, estática, que não aceita a contradição e o conflito.

Dentro dessa perspectiva entende-se que o princípio da contradição indica que para pensar a realidade é preciso aceitar a contradição, caminhar por ela e apreender o que dela é essencial. Neste caminho, movimentar o pensamento significa refletir sobre a realidade partindo do empírico (a realidade dada, o real aparente) e, por meio de elaborações do pensamento, reflexões, teoria, chegar ao concreto. Assim, a diferença entre o empírico (real aparente) e o concreto (real pensado) são as abstrações (reflexões) do pensamento que tornam mais completa a

realidade observada. Aqui, percebe-se que a lógica dialética do método não descarta a lógica formal, mas lança mão dela como instrumento de construção e reflexão para a elaboração do pensamento pleno, concreto. Desta forma, a lógica formal é um momento da lógica dialética; o importante é usá-la sem esgotar nela e por ela a interpretação da realidade.

Saviani (1994), discutindo a necessidade de o educador brasileiro passar do senso comum para a consciência filosófica na compreensão de sua prática educativa, aponta o método materialista histórico dialético como instrumento desta prática e explica:

Com efeito, a lógica dialética não é outra coisa senão o processo de construção do concreto de pensamento (ela é uma lógica concreta) ao passo que a lógica formal é o processo de construção da forma de pensamento (ela é, assim, uma lógica abstrata). Por aí, pode-se compreender o que significa dizer que a lógica dialética supera por inclusão/incorporação a lógica formal (incorporação, isto quer dizer que a lógica formal já não é tal e sim parte integrante da lógica dialética). Com efeito, o acesso ao concreto não se dá sem a mediação do abstrato (mediação da análise como escrevi em outro lugar ou “detour” de que fala Kosik). Assim, aquilo que é chamado lógica formal ganha um significado novo e deixa de ser a lógica para se converter num momento da lógica dialética. A construção do pensamento se daria pois da seguinte forma: parte-se do empírico, passa-se pelo abstrato e chega-se ao concreto (SAVIANI, 1991, p. 11).

Triviños (2011) faz referência à dialética como a ciência filosófica do marxismo que estuda as leis sociológicas que caracterizam a vida da sociedade, sua evolução histórica e a prática social dos homens no desenvolvimento da humanidade. O autor chama a atenção para as categorias, entendidas como “formas de conscientização dos conceitos dos modos universais da relação do homem com o mundo, destacando que as mesmas refletem as propriedades e leis da natureza, da sociedade e do pensamento” (TRIVIÑOS, 2011, p. 54).

As categorias da dialética refletem a contradição que se apresenta na realidade objetiva. Sob a luz da dialética foram estabelecidas para esta pesquisa categorias *a priori* que irão investigar a teoria e a prática, a criticidade e a alienação, a subjetividade e objetividade. Como categorias *a posteriori*: a educação profissional, o turismo e a exploração sexual.

Para realizar este estudo, foi adotada a pesquisa qualitativa participante de nível exploratório explicativo com aplicação da técnica de triangulação na coleta de dados.

Para Demo (2011) a pesquisa qualitativa está dentro do mesmo paradigma da pesquisa participante; centra-se no tratamento metodológico da dimensão qualitativa da realidade social. A pesquisa qualitativa participante é uma auto avaliação dentro de uma perspectiva metodológica.

Ainda no que se refere à pesquisa qualitativa, relacionando-a com o ensino Triviños (2011, p. 125) afirma que:

[...] o ensino apesar de manifestar-se frequentemente através de medições, de quantificações sempre caracterizou-se pela abordagem qualitativa. As pesquisas de natureza qualitativa não precisam apoiar-se na informação estatística. Isto não significa que sejam especulativas. Elas tem um tipo de objetividade e de validade conceitual, que contribuem decisivamente para o desenvolvimento do pensamento científico.

Como abordagem qualitativa Richardson (1999, p. 80) explica:

[...] as investigações que se voltam para uma análise qualitativa tem como objeto situações complexas ou estritamente particulares. [...] podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a intervenção de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos.

Entretanto nesta pesquisa foi utilizada uma abordagem qualitativa com enfoque crítico - participativo e visão histórico estrutural que parte da necessidade de conhecer a realidade através de percepções, reflexões e intuições para então transformá-la em processos dinâmicos complexos.

[...] a pesquisa participante que, em torno dos aspectos teóricos e práticos, avança em seus delineamentos sistemáticos apresenta em nosso meio tentativas muito valiosas, frente aos problemas da pesquisa qualitativa e na busca de alternativas metodológicas para a investigação (TRIVIÑOS, 2011, p.118).

4.2 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

No que se refere à coleta de dados a técnica utilizada foi a triangulação, utilizada com objetivo de analisar com a máxima amplitude a descrição, explicação e compreensão do fenômeno estudado. Esta técnica permite ao pesquisador utilizar-

se de diversos meios, abordagens e fontes para compreender e explicar um dado fenômeno (TRIVIÑOS, 2011).

O autor, ao explicar a técnica da triangulação dos dados, ressalta que o pesquisador qualitativo considera a participação do sujeito como um dos elementos de seu fazer científico, apoiando-se em técnicas e métodos com características peculiares.

Parte de princípios que sustentam que é impossível conceber a existência isolada de um fenômeno social, sem raízes históricas, sem significados culturais e sem vinculações estreitas e essenciais com uma macrorrealidade social (TRIVIÑOS, 2011, p. 138).

Atualmente, o lugar no qual a “triangulação de métodos” mais ganha destaque é o da avaliação de políticas públicas e programas sociais. Ou, como atesta Minayo (2006, p. 362), “a triangulação de métodos é particularmente recomendada para estudos de avaliação”. Na sua ótica a “superação dialética”, reúne, portanto, na mesma tarefa investigativa, “dados subjetivos e dados objetivos”, no qual o poder de explicação de cada um não desaparece, mas é subsumido na explicação triangulada (MINAYO, 2005, p. 31).

O Quadro 3, a seguir, representa sob a ótica de uma visão esquemática e segundo a técnica da triangulação, as etapas, abordagens e instrumentos da pesquisa, que permitem a análise dos dados com foco no sujeito.

TÉCNICA DA TRIANGULAÇÃO	Processos e produtos centrados no sujeito
	Elementos produzidos pelo meio do sujeito
	Processos e produtos originados pela estrutura sócio econômica e cultural do macro organismo social do sujeito

Quadro 3 - Técnica da Triangulação
Fonte: TRIVIÑOS (2011, p. 140).

A figura a seguir demonstra de forma hierárquica a produção dos dados utilizados na pesquisa e a forma como cada sujeito se relaciona com esses dados.

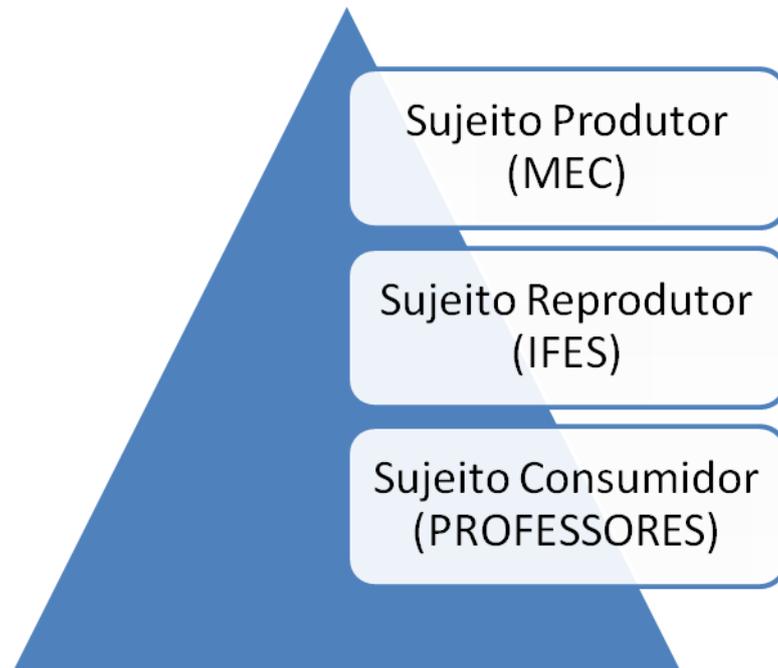


Figura 2: Triangulação da pesquisa.
Fonte: Elaboração da autora.

É deste modo que a análise da tríade composta, pelos documentos federais norteadores da educação profissional, os documentos construídos pelos Institutos Federais de Ensino e a prática pedagógica dos docentes que ministram aula nos cursos técnicos do eixo tecnológico Turismo, Hospitalidade e Lazer indicou a medida de contribuição desses sujeitos na prevenção da exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo nos estados pesquisados.

Para este estudo foram utilizadas a pesquisa bibliográfica, documental e observação livre participativa.

A pesquisa bibliográfica forneceu embasamento teórico para explicar, compreender e dar significado aos fatos que se investigam. Hayman (apud TRIVIÑOS, 2011, p. 99) ressalta que "[...] A revisão da literatura lhe permitirá familiarizar-se, em profundidade, com o assunto que lhe interessa".

A pesquisa documental foi executada a partir do levantamento dos documentos legais e oficiais norteadores da educação profissional elaborados pelo Ministério da Educação por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC, assim como documentos internos e externos produzidos pelos institutos pesquisados e instrumento aplicado pela pesquisadora (Questionário

– Apêndice A). Este tipo de pesquisa difere da bibliográfica por usar documentos que não recebem tratamento analítico ou que não podem ser reelaborados.

No que se refere à observação livre participativa, Trivínos (2011) ressalta que é uma técnica aplicada em pesquisas qualitativas, para explicar o ato de observar. Para o autor:

[...] Observar é destacar de um conjunto (objetos, pessoas, animais etc.) algo especificamente, prestando, por exemplo, atenção em suas características (cor, tamanho etc.). Observar um "fenômeno social" significa, em primeiro lugar, que determinado evento social, simples ou complexo, tenha sido abstratamente separado de um contexto para que, em sua dimensão singular, seja estudado em seus atos, atividades, significados, relações etc. Individualizam-se ou agrupam-se os fenômenos dentro de uma realidade que é indivisível, essencialmente para descobrir seus aspectos aparentiais e mais profundos, até captar, se for possível, sua essência numa perspectiva específica e ampla, ao mesmo tempo, de contradições, dinamismos, de relações etc (TRIVIÑOS, 2011, p. 153).

O autor chama atenção também para a importância da amostragem de tempo utilizada na técnica de observação livre, uma vez que o pesquisador deve determinar o período de tempo suficiente para analisar o que pretende ser estudado e verificado.

A observação livre participativa foi utilizada nesta pesquisa, uma vez que a pesquisadora faz parte do quadro efetivo de docentes de um dos institutos pesquisados, o Instituto Federal de Brasília – IFB, proporcionando à pesquisa o viés participativo e observacional das ações da área de Turismo, Hospitalidade e Lazer com o tema pesquisado.

4.2.1 Situando o universo da pesquisa

Para dar início a esta etapa foi necessário realizar o recorte espacial da pesquisa identificando as instituições pesquisadas. Objetivando compreender a dinâmica do tema de forma ampla, porém atrelada à educação profissional, foram pesquisados os cursos de nível técnico do eixo tecnológico Turismo, Hospitalidade e Lazer ofertados pelos por vinte e um Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Após a definição do recorte da pesquisa foram aplicados às coordenações de área dos institutos que ofertam cursos inseridos no recorte, questionários com perguntas abertas e fechadas, com a finalidade de obter, de maneira sistemática e organizada informações referentes ao nível e tipo de envolvimento desses institutos com a pesquisa em questão (Apêndice A).

O questionário buscou revelar, para além dos documentos analisados, de que forma o tema pesquisado é abordado no contexto interno e externo à sala de aula, verificando se é abordado, identificando ações realizadas, os principais envolvidos, os resultados obtidos, se foram organizados projetos práticos, parcerias com empresas privadas. Verificou-se também a existência de componentes curriculares que tratam o tema, exploração sexual no turismo, entre outras questões que demonstrem o nível de envolvimento e contribuição da educação profissional na prevenção do tema pesquisado.

4.2.2 Definição da Amostra

A amostragem é a coleta de dados relativos a alguns elementos da população e sua análise, o que pode proporcionar informações relevantes sobre toda a população, possibilitando melhor delineamento da pesquisa e maior validade dos dados coletados (MATTAR, 1996).

Os relatórios do disque denúncia fornecidos pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República dos anos de 2011 e 2012, demonstram o quanto essa problemática está presente no país.

O disque denúncia nacional, ou disque 100, é um serviço de proteção de crianças e adolescentes com foco em violência sexual, vinculado ao Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, da SPDCA/SDH. O serviço é coordenado pela Secretaria de Direitos Humanos – SDH, executado em gestão compartilhada com o Centro de Referência, Estudos, e Ações sobre Crianças e Adolescentes – CECRIA em parceria com a Petrobras.

O serviço foi criado em 1997 por organizações não governamentais que atuam na promoção dos direitos das crianças e dos adolescentes. Porém em 2003 passou a ser de responsabilidade do governo federal. A coordenação e execução do

disque 100 ficou então a cargo da Secretaria de Direitos Humanos, criada no mesmo ano, vinculada à Presidência da República.

Com a transferência de responsabilidade, o disque 100 deixou de ser apenas um canal de denúncia, pois passou a articular, a partir de casos concretos, uma rede de retaguarda de serviços e parceiros em todo o país. Desde 2003, o número de denúncias recebidas vem aumentando gradativamente. Naquele ano, eram cerca de doze por dia. Em 2006, quando o número 100 foi adotado, houve um salto para 37 denúncias diárias. Já em 2009, esse número chegou a 82, o que demonstra uma maior conscientização da população sobre o tema.

O disque 100 funciona diariamente das 8h às 22h, inclusive nos finais de semana e feriados. Trata-se de um canal de comunicação da sociedade civil com o poder público, que possibilita conhecer e avaliar a dimensão da violência contra crianças e adolescentes e o sistema de proteção, bem como orientar a elaboração de políticas públicas.

As denúncias recebidas são analisadas e encaminhadas aos órgãos de proteção, defesa e responsabilização, de acordo com a competência e as atribuições específicas, priorizando o Conselho Tutelar como porta de entrada, no prazo de 24 horas, mantendo em sigilo a identidade da pessoa denunciante.

Para ampliar o atendimento às vítimas, são realizadas campanhas nacionais e regionais de informação e sensibilização do grande público, em especial no período que antecede o carnaval e durante o evento. Ressalta-se que os dados gerados pelo serviço são fundamentais para o mapeamento de regiões críticas.

4.3 INSTRUMENTOS

Esta etapa representa o tratamento do material documental e de campo, subdividido em: ordenação, classificação, análise e tabulação dos dados. De acordo com Minayo (2006) “[...] o tratamento do material irá conduzir a pesquisa, produzindo um confronto entre a abordagem teórica e a investigação de campo” (MINAYO, 2006, p.26).

a) Análise documental

Levantamento documental para obtenção de informações do Ministério da Educação por intermédio da SETEC, sobre os cursos técnicos ofertados no eixo tecnológico Turismo, Hospitalidade e Lazer; da tipologia dos cursos; das possibilidades de temas sugeridos para abordagem; e da carga horária total.

Análise dos documentos do serviço de proteção de crianças e adolescentes com foco em violência sexual da Secretaria de Direitos Humanos, vinculada à Presidência da República.

b) Questionário

Foram enviados vinte e um questionários (Apêndice A) por *e-mail* às coordenações do eixo tecnológico Turismo, Hospitalidade e Lazer, com perguntas abertas e fechadas objetivando a obtenção de informações relativas aos cursos ofertados nas diversas regiões do país. Do total de questionários enviados, doze institutos responderam o instrumento de pesquisa, colaborando dessa forma com o estudo em questão.

5 EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO TURISMO: UMA QUESTÃO DE TODOS

Um aspecto fundamental observado no decorrer dessa pesquisa refere-se à importância do trabalho em rede para o favorecimento da proteção de crianças e adolescentes. Na área de turismo, essa lógica deve ser a mesma, uma vez que todos os envolvidos com ela, desde a formação dos profissionais até os prestadores de serviço, devem ser parte atuante dessa rede. Neste sentido, o presente capítulo analisa o questionário aplicado às coordenações da área Turismo, Hospitalidade e Lazer e apresenta os dados do serviço de denúncia, disque 100, representados nos quadros 4 a 8 que se seguem.

As denúncias, referentes à exploração sexual e exploração sexual no turismo nos anos de 2011 e 2012, foram divididas por região/estado. É importante ressaltar que a pesquisa mencionada é mais ampla em sua origem, pois define os tipos de violação recorrentes em crianças e adolescente, o número de denúncias por Unidade da Federação, por tipo de violação, perfil da vítima e sua respectiva faixa etária e sexo; o perfil, sexo e faixa etária do suspeito, a relação do demandante com a vítima e o local da violação.

Porém com o objetivo de direcionar os dados ao foco da pesquisa, priorizou-se apresentar e analisar os números relativos à violação sexual: exploração e exploração no turismo.

REGIÃO NORTE				
Estados	Exploração Sexual - 2011	Exploração Sexual - 2012	Exploração Sexual no Turismo - 2011	Exploração Sexual no Turismo - 2012
Acre	51	45	0	0
Amazonas	356	319	0	0
Amapá	29	31	0	0
Pará	419	304	2	4
Rondônia	143	119	2	1
Roraima	9	14	0	0
Tocantins	80	48	0	1

Quadro 4: Incidência de violência sexual região Norte.

Fonte: Elaboração da autora. (Relatório Disque 100, 2011-2012)

REGIÃO NORDESTE				
Estados	Exploração Sexual - 2011	Exploração Sexual - 2012	Exploração Sexual no Turismo - 2011	Exploração Sexual no Turismo - 2012
Alagoas	187	153	1	0
Bahia	1076	906	2	3
Ceará	393	386	1	5
Maranhão	457	380	0	0
Paraíba	392	225	1	1
Pernambuco	509	478	2	5
Piauí	163	150	0	1
Rio Grande do Norte	346	234	5	3
Sergipe	96	1	75	2

Quadro 5: Incidência de violência sexual região Nordeste.

Fonte: Elaboração da autora. (Relatório Disque 100, 2011-2012)

REGIÃO SUL				
Estados	Exploração Sexual - 2011	Exploração Sexual - 2012	Exploração Sexual no Turismo - 2011	Exploração Sexual no Turismo - 2012
Paraná	411	371	0	6
Rio Grande do Sul	487	396	0	4
Santa Catarina	250	261	0	4

Quadro 6: Incidência de violência sexual região Sul.

Fonte: Elaboração da autora. (Relatório Disque 100, 2011-2012)

REGIÃO SUDESTE				
Estados	Exploração Sexual - 2011	Exploração Sexual - 2012	Exploração Sexual no Turismo - 2011	Exploração Sexual no Turismo - 2012
Espírito Santo	251	191	1	3
Minas Gerais	691	647	1	5
Rio de Janeiro	976	767	5	5
São Paulo	883	801	0	3

Quadro 7: Incidência de violência sexual região Sudeste.

Fonte: Elaboração da autora. (Relatório Disque 100, 2011-2012)

REGIÃO CENTRO OESTE				
Estados	Exploração Sexual - 2011	Exploração Sexual - 2012	Exploração Sexual no Turismo - 2011	Exploração Sexual no Turismo - 2012
Distrito Federal	126	197	0	0
Goiás	300	296	0	7
Mato Grosso do Sul	191	175	0	0
Mato Grosso	167	137	0	1

Quadro 8: Incidência de violência sexual região Centro Oeste.

Fonte: Elaboração da autora. (Relatório Disque 100, 2011-2012)

Os dados, apresentados nos quadros demonstram que todos os estados nos anos de 2011 e 2012 apresentam denúncias de exploração sexual de crianças e adolescentes. Porém, convém ressaltar, ser possível que o número de denúncias esteja diretamente relacionado com o quantitativo populacional dos estados e que os movimentos de mobilização e sensibilização organizados por diversos organismos de proteção à criança e ao adolescente, apresentados nesta pesquisa, assim como as políticas de enfrentamento iniciadas a partir dos anos 1980 contribuam com o aumento do número de denúncias.

Neste sentido, quando são comparados os números de denúncias relativas à exploração sexual, com o quantitativo de denúncias de exploração sexual no turismo, observa-se a discrepância entre os dois índices. Do mesmo modo, nos casos de estados de que não constam registros, pode-se inferir que apesar das campanhas de conscientização ocorridas nos últimos anos, ainda é difícil se identificar a origem da exploração. Também é necessário ressaltar que o fato de não existirem denúncias não significa a inexistência da exploração. Pois, conforme dito anteriormente, Piscitelli (2006) afirma que "há pessoas que viajam com a motivação principal de fazer sexo, e esta motivação determina o destino da viagem".

Em todo caso os dados apresentados corroboram com a pesquisa demonstrando que a problemática estudada se encontra presente em todo o território nacional, merecendo, portanto ser discutida não só no âmbito do turismo e da educação, como também nos demais setores ativos da sociedade.

Os números de denúncias por unidades da federação, assim como a categorização do que foi denunciado como casos de exploração sexual ou

exploração sexual no turismo, serviram de base para exemplificar o quanto esta pesquisa é atual no que se refere à problemática enfrentada nas diversas regiões brasileiras, bem como a necessidade do tema ser trabalhado nos cursos de formação profissional da área de turismo, uma vez que, todos somos responsáveis em denunciar atos criminosos.

5.1 RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS OBTIDOS

Os dados obtidos através dos questionários aplicados foram trabalhados pela visão global do objeto pesquisado e do contexto que o circunda, buscando absorver dos documentos e respostas todos os aspectos importantes que contribuíram para a pesquisa, como também para a compreensão do fenômeno.

A partir das respostas obtidas, as informações coletadas através dos questionários respondidos foram categorizadas e codificadas para serem posteriormente passíveis de tabulação. Com isso, foram definidas duas categorias de análise para organizar os dados. A primeira refere-se às perguntas fechadas e a segunda analisa as perguntas abertas e os depoimentos.

Nas questões fechadas, com a ajuda do programa Excel, foi possível tabular as informações e demonstrá-las em gráficos com porcentagem.

Nas questões abertas a análise de conteúdo foi utilizada para descrever e comparar os pensamentos dos coordenadores de curso dos *Campi* pesquisados a respeito do que os coordenadores entendem sobre exploração sexual no turismo, como o tema é tratado e sua relação com o eixo tecnológico que coordenam.

Como dito anteriormente foram enviados vinte e um questionários e recebidas doze respostas. Responderam ao questionário os coordenadores de área dos seguintes Institutos Federais: Instituto Federal Fluminense, *Campus* Cabo Frio; Instituto Federal de São Paulo, *Campus* Barretos; Instituto Federal do Pará, *Campi* Bragança e Belém; Instituto Federal de Roraima, *Campus* Boa Vista; Instituto Federal de Tocantins, *Campus* Palmas; Instituto Federal do Ceará, *Campus* Quixadá; Instituto Federal de Pernambuco, *Campus* Barreiros; Instituto Federal do Paraná, *Campus* Curitiba; Instituto Federal de Santa Catarina, *Campus* Continente e o Instituto Federal de Brasília, *Campus* Brasília.

Neste momento é importante retomar o problema da pesquisa que foi definido com a seguinte pergunta: de que forma a Educação Profissional ofertada pelos Institutos Federais de Educação contribui em suas práticas pedagógicas para a prevenção da exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo?

O Gráfico 1 representa, através de uma questão de múltipla escolha, as respostas dos coordenadores de área quando questionados sobre os tipos de cursos técnicos de nível médio, ofertados pelo *Campus*.

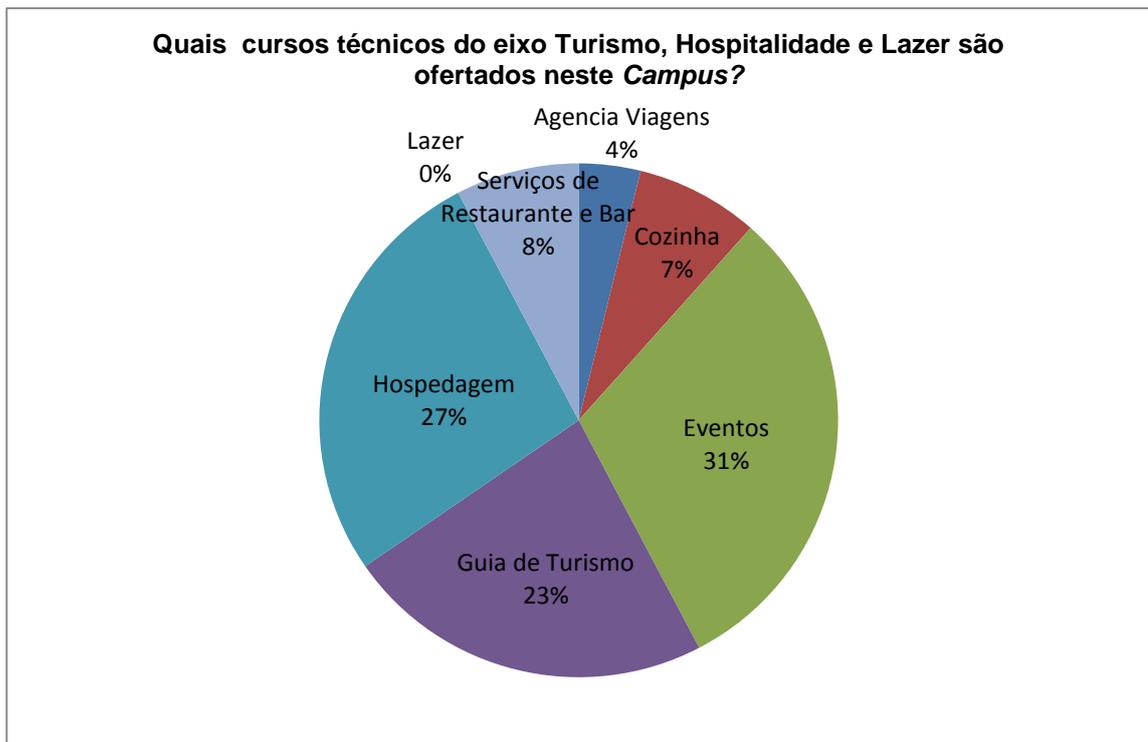


Gráfico 1: Cursos ofertados no *Campus*.
Fonte: Elaboração da autora.

A análise deste gráfico revela que os cursos técnicos que prevalecem nos institutos pesquisados são os de Eventos e Hospedagem, seguidos do de Guia de Turismo, Serviço de Restaurante e Bar e Cozinha. Dos cursos citados, observa-se que em especial nos de Hospedagem, Eventos e Guia de Turismo os técnicos atuantes nessas áreas muitas vezes se confrontam com turistas interessados em adquirir serviços sexuais nas localidades visitadas. Muitas vezes os serviços oferecidos são de crianças e adolescentes usados por redes de exploração ou pelas próprias famílias.

O segundo gráfico apresenta as modalidades de cursos ofertadas no âmbito dos Institutos Federais de Educação pesquisados.

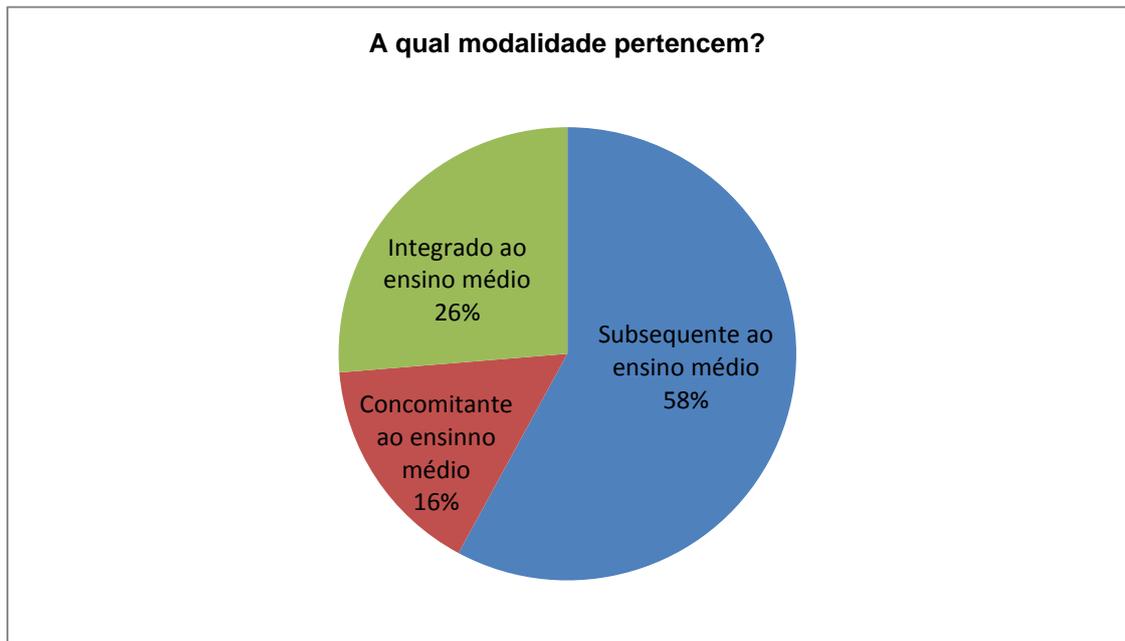


Gráfico 2: Modalidade dos cursos técnicos.
Fonte: Elaboração da autora.

No que se refere à modalidade ofertada, como dito anteriormente, a Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008, em seu artigo 2º determina que:

Os Institutos Federais são instituições de ensino superior, básica e profissional, pluricurriculares e *multicampi*, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas (BRASIL, 2010, p.18).

Nos casos dos cursos técnicos de ensino médio, os Institutos Federais de Educação possuem três formas de oferta:

- a) o curso técnico integrado ao ensino médio, onde ocorre a integração de componentes curriculares obrigatórias no ensino médio integradas às componentes técnicas do curso escolhido. O egresso desse curso sairá com dois diplomas: o de ensino médio e o de técnico.
- b) a modalidade subsequente ao ensino médio que atualmente é a mais trabalhada pela rede federal e que foi refletida nesta pesquisa. Neste caso o aluno deve ter concluído o ensino médio para ingressar no curso técnico pretendido.
- c) a concomitante ao ensino médio, onde o estudante deve estar cursando em outra instituição de ensino o nível médio e fará no instituto o curso técnico. Nesta modalidade não existe uma relação entre as

duas escolas - os cursos são independentes, e o que se observa nas experiências de oferta desta modalidade é que o índice de evasão dos cursos técnicos é muito alto, uma vez que os alunos que não conseguem um bom nível de aproveitamento em ambos os cursos, optam por concluir o curso de nível médio, requisito necessário para concorrer ao vestibular.

No terceiro gráfico é apresentado o tempo de implantação dos cursos pesquisados.

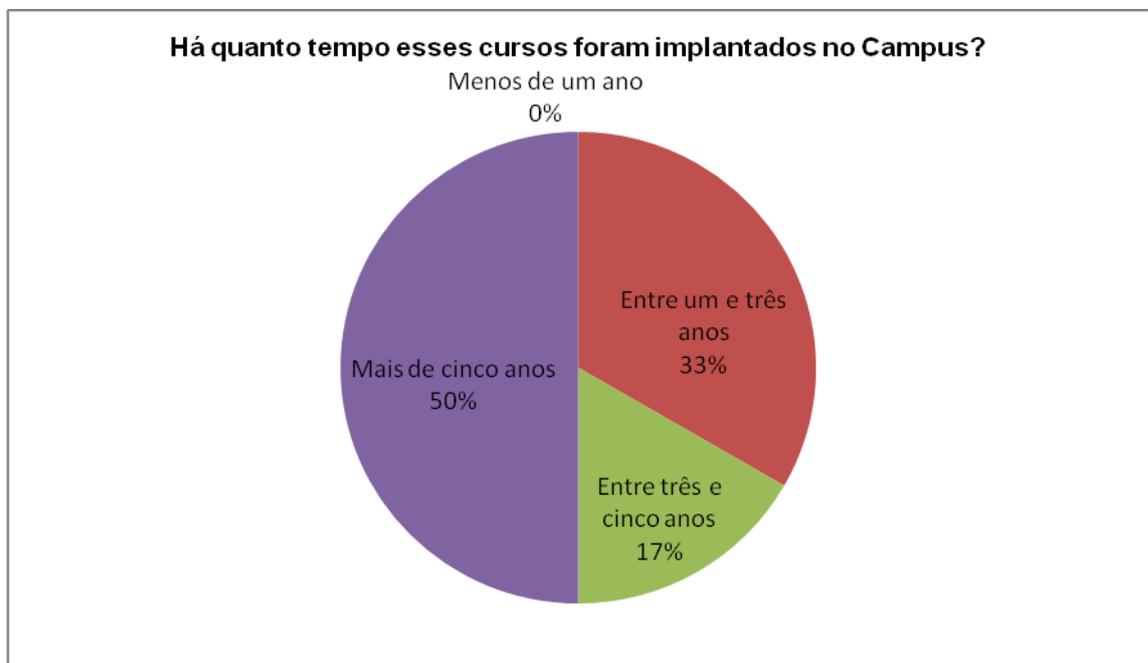


Gráfico 3: Tempo de implantação do curso técnico.
Fonte: Elaboração da autora.

A análise dos dados desse gráfico reflete no ano de 2013, todo o processo de expansão da rede federal de educação que se iniciou em 2004 e tem continuidade até a presente data. Mais de cinquenta por cento dos institutos pesquisados tiveram seus cursos implantados há mais de cinco anos e em muitos casos as próprias escolas foram fundadas no mesmo período, ou seja, há poucas exceções de IF centenários, como é o caso do Instituto Federal de São Paulo. Contudo mesmo os institutos com mais tempo de fundação, tiveram novos *Campi* abertos a partir de 2008. Atualmente a rede se encontra, segundo o Ministério da Educação, em sua terceira fase do plano de expansão da Rede Federal de

Educação Profissional com a previsão de até o final de 2014, possuir 562 unidades com capacidade para 600 mil matrículas.

O amadurecimento dos cursos da área de Turismo, Hospitalidade e Lazer tem ocorrido juntamente com a expansão dos institutos, fazendo com que os cursos e suas propostas necessitem de análises e avaliações objetivando adequar o ensino à realidade do mundo do trabalho, assim como, às peculiaridades existentes em todas as profissões.

O próximo gráfico refere-se à matriz curricular dos cursos técnicos.

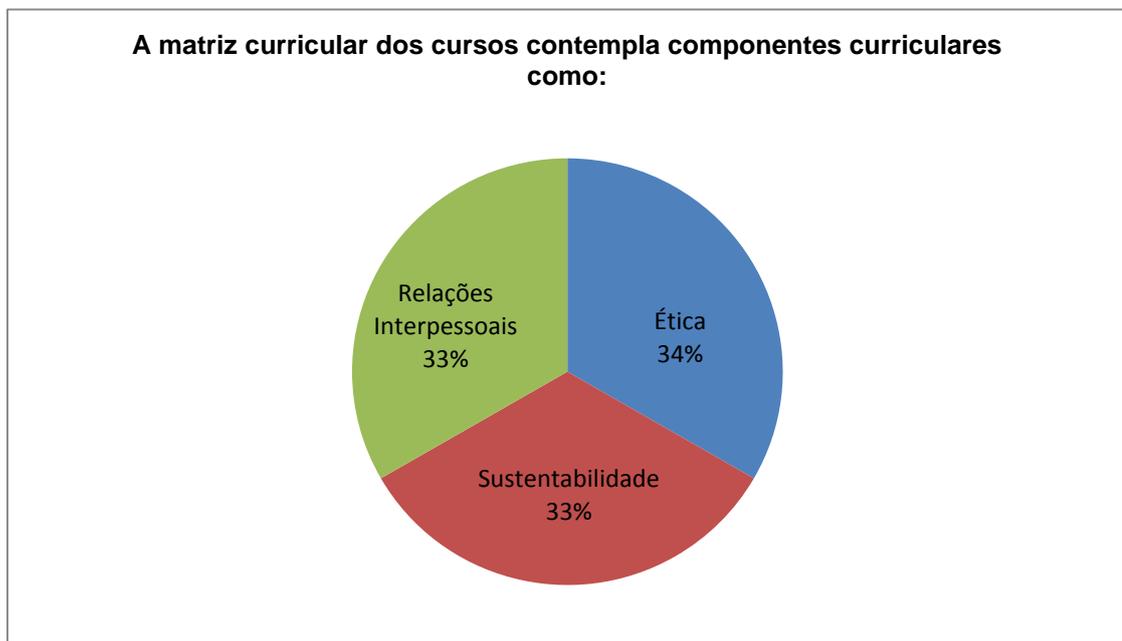


Gráfico 4: Componentes ofertadas no curso.
Fonte: Elaboração da autora.

Silva (2009) esclarece que o currículo da educação profissional é desenvolvido e deve ser assumido como um meio estratégico para que o cidadão possa desenvolver competências profissionais que lhe possibilitem mobilizar, articular e praticar habilidades e valores, adquirindo autonomia intelectual em relação ao objeto do saber e ao próprio trabalho que desenvolve.

De acordo com o pensamento do autor, os cursos ofertados nos Institutos Federais seguem a orientação do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos anteriormente apresentado nesta pesquisa. Observa-se um equilíbrio entre os componentes curriculares questionados, uma vez que a organização curricular dos cursos é norteadada pelas possibilidades de temas sugeridos pelo Ministério da Educação.

Na análise do referido documento (Quadro 1), observa-se que somente o curso técnico Serviço de Restaurante e Bar possui como sugestão de temas, o componente relações interpessoais. Apesar disso, todos os Institutos pesquisados ofertam em seus cursos pelo menos um componente dos questionados (Ética, Relações Interpessoais e Sustentabilidade). Como essa pergunta é de múltipla escolha, somente um coordenador informou ofertar somente ética em seus cursos. As demais coordenações de curso afirmaram ofertar os três componentes nos cursos da área de Turismo, Hotelaria e Lazer.

Esse dado corrobora com a visão de autores que relacionam a ética e o comportamento dos sujeitos, como é o caso de Puig (1998) que acredita em uma educação ancorada em princípios que estimulem a reflexão individual e coletiva, contribuindo para um mundo mais justo.

Essa ideia também é estimulada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, quando apontam que:

[..] ética trata de princípios e não de mandamentos. Supõe que o ser humano deva ser justo. Porém, como ser justo? Ou como agir de forma a garantir o bem de todos? Não há resposta predefinida. É preciso, portanto, ter claro que não existem normas acabadas, regras definitivamente consagradas. A ética é um eterno pensar, refletir, construir. E a escola deve educar seus alunos para que possam tomar parte nessa construção, serem livres e autônomos para pensarem e julgarem (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL, p. 69 - 73).

Neste sentido, este questionamento demonstra que os projetos de cursos são elaborados com a preocupação de aliar a competência técnica com o olhar crítico e reflexivo sobre os relacionamentos profissionais, por meio do estudo de teorias embasadas na ética, sustentabilidade e relacionamento interpessoal, mesmo não existindo uma obrigatoriedade do órgão responsável em elaborar o documento norteador dos cursos.

Porém é importante ressaltar que o fato dos cursos possuírem em sua organização curricular tais componentes, não significa que o tema exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo seja abordado, o que explica a formulação da questão seguinte.

O quinto gráfico questiona a inserção do tema pesquisado nos componentes (Ética, Sustentabilidade e Relações Interpessoais).

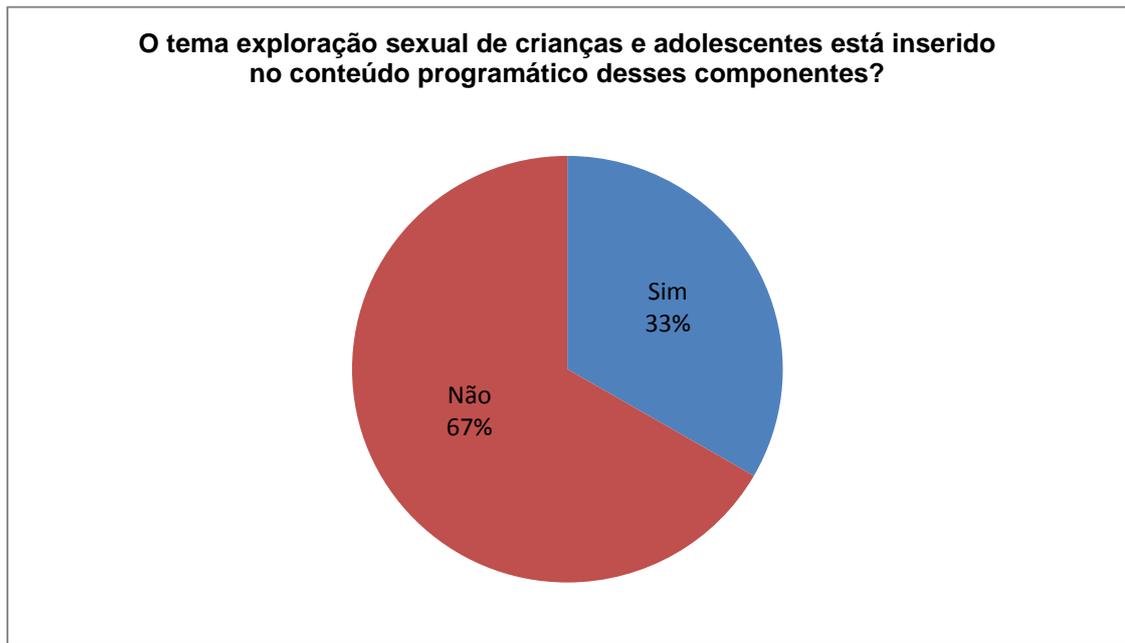


Gráfico 5: Inserção do tema exploração sexual de crianças e adolescentes nos componentes do curso

Fonte: Elaboração da autora.

Conforme relatado na análise anterior, a pesquisa aponta que somente 33% dos coordenadores dos institutos pesquisados, afirmam trabalhar o tema exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo como conteúdo programático de ao menos um dos três componentes curriculares (Ética, Relações interpessoais e Sustentabilidade).

A ausência do tema nesses componentes reflete-se na possibilidade de sua discussão e debate com os futuros profissionais do setor, o que pode comprometer sua formação. É importante reforçar o que diz Faleiros (1997), quando se refere à organização da rede de exploração sexual:

[...] Usam-se hotéis, motéis, agências de turismo, rede de tráfico, internet, agentes da noite, centros de diversão, comércio de saunas e massagens, pontos de bares e restaurantes, funcionários de empresas, policiais. As redes envolvem grupos de aficionados ou viciados, pedófilos, não raro de altas camadas sociais (FALEIROS, 1997, p. 19).

Essa rede bem organizada está presente em diversos estabelecimentos prestadores de serviços turísticos, como relatado pela autora e demonstrado em diversas pesquisas sobre o tema, o que aponta para a direção da necessidade de uma forte formação ética, como também consciente de um turismo pautado em relações sustentáveis e responsáveis.

O sexto gráfico abre a possibilidade de trabalho do tema pelos docentes da área, questionando sobre a existência de outro componente curricular que desenvolva o assunto com os estudantes.

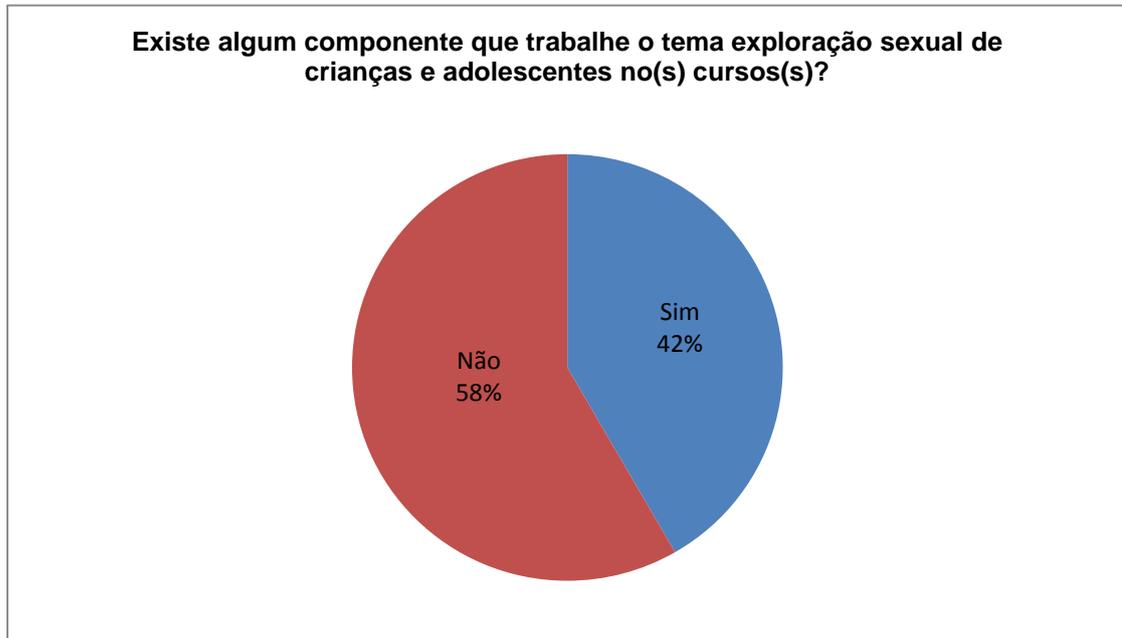


Gráfico 6: Componentes curricular específico para o tema.
Fonte: Elaboração da autora.

Do total de entrevistados, 42% informaram que seu Instituto possui ao menos um componente curricular que trabalha o tema exploração sexual de crianças e adolescentes. De acordo com os depoimentos descritos abaixo, diversos outros componentes, são responsáveis por abordar o tema nos cursos.

No início do curso o componente Fundamentos do Turismo e Hospitalidade trabalha as questões de impactos do turismo e neste momento é apresentado e discutido com os alunos a questão da prostituição. No segundo período também é trabalhado com eles na disciplina de Relações Humanas e posteriormente, no componente de Gestão Ambiental no 3º período (QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA, 2013).

Neste depoimento observa-se que ainda existe uma falta de informação até mesmo dos docentes, no que se refere à clareza da diferença entre prostituição e exploração sexual de crianças e adolescentes. Também são apresentados componentes curriculares que podem trabalhar o tema, pois de alguma forma possuem relação com o ele, porém, na análise do que foi relatado, não se percebe um comprometimento do componente com o conteúdo em questão.

Em Guia de Turismo e Hospedagem, ambas no primeiro período na matéria de Fundamentos do Turismo (QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA, 2013).

Este relato é importante, pois exemplifica e representa outras respostas que afirmam que o tema é ministrado no primeiro período do curso no componente curricular Fundamentos do Turismo, presente na maioria dos cursos técnicos do eixo de Turismo, Hospitalidade e Lazer, em especial nos cursos de Guia de Turismo, Hospedagem e Eventos. Essa componente geralmente é responsável por trabalhar conceitos e segmentos entre outras questões básicas relativas ao fenômeno turístico.

Atividade complementar: palestras e oficinas; também incluímos o bullying, [...] hoje em nossa matriz curricular, atividade complementar recebe conceito, ou seja, é obrigatório para todos os alunos [...] Dessa forma, usamos essas atividades para complementar os temas não trabalhados em sala de aula, o que permite ao professor realizar com mais facilidade outros métodos e técnicas além da sala de aula. Assim vários temas que podem se tornar de difícil diálogo, conseguem "Sair do cantinho escuro" para uma visão mais ampla dos alunos e professores (QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA, 2013).

Outra forma interessante para desenvolvimento do tema é apresentada neste relato, dentro da perspectiva da transdisciplinaridade citada nesta pesquisa, como uma possibilidade viável para o desenvolvimento de atividades que estimulem a ponte entre o conhecimento técnico e teórico aprendido na escola com a realidade vivenciada no mundo do trabalho. Como ensina Santos (2008), o desenvolvimento da transdisciplinaridade não exclui a disciplinaridade.

[...] o conhecimento transdisciplinar associa-se à dinâmica da multiplicidade das dimensões da realidade e apoia-se no próprio conhecimento disciplinar. Isso quer dizer que a pesquisa transdisciplinar pressupõe a pesquisa disciplinar, no entanto, deve ser enfocada a partir da articulação de referências diversas. Desse modo, os conhecimentos disciplinares e transdisciplinares não se antagonizam, mas se complementam. (SANTOS, 2008, p. 75)

O que significa que o fato do desenvolvimento de atividades complementares, conforme relatado, não exclui o embasamento teórico e disciplinar, ou seja, ambos podem e devem ser incentivados pois segundo Moraes (2013) para o desenvolvimento de um diálogo competente é necessária a construção de bases conceituais. Esses embasamentos são construídos no interior da "sala de aula" e

fortalecidos em atividades que complementam em compartilham tais conhecimentos. Neste sentido o autor afirma que é necessário:

[...] clareza epistemológica para que possamos incentivar diálogos mais competentes entre sujeito e objeto, entre ciência, cultura e sociedade, entre indivíduo e contexto, educador e educando, ser humano e natureza e para a construção de uma base conceitual mais sólida para o desenvolvimento de conversações e de novos estilos de negociação de significados, a partir da maneira como observamos a realidade e construímos o mundo ao nosso redor. Daí toda nossa preocupação anterior em relação à necessária abertura de nossas gaiolas epistemológicas, para que possamos transcender a lógica binária, superar os dualismos e perceber a complementaridade dos processos envolvidos (MORAES, 2013).

Outras coordenações de curso também indicaram componentes como: Ética e Postura Profissional e Direito e Legislação Aplicado a Hotelaria, como responsáveis por trabalhar a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Turismo, uma vez que o tema em questão, possui atualmente um forte embasamento jurídico e legal que possibilita esta relação interdisciplinar. Segundo Mendonça (2003) “[...] a interdisciplinaridade além de justapor, provoca a colaboração entre as disciplinas plurais no estudo de um objeto, de um campo do saber ou em um objetivo, e há transferência de métodos de uma disciplina para outra [...]” (MENDONÇA, 2003, p. 52).

O próximo gráfico representa uma questão que auxilia na avaliação do compromisso dos cursos e professores com o tema pesquisado, pois o plano de ensino é o documento que "amarra" o conteúdo que será trabalhado durante o período em que o componente será ministrado. O que não está registrado no plano de ensino não necessariamente será trabalhado, tornando opcional ao docente o desenvolvimento de determinado conteúdo, o que também está atrelado à disponibilidade de carga horária.

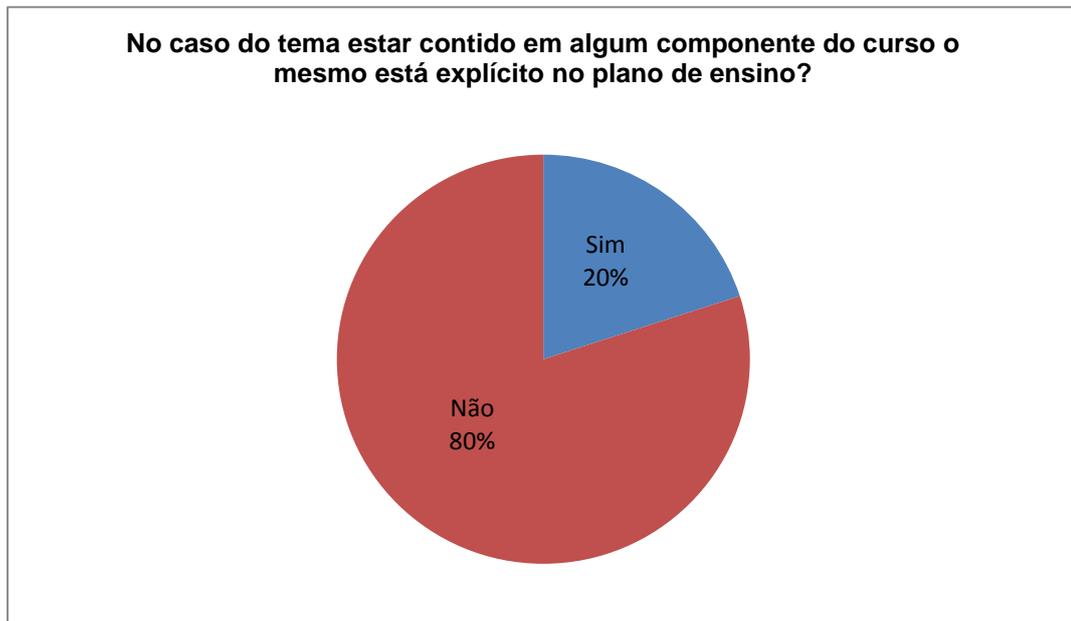


Gráfico 7: Registro do tema no plano de ensino.
Fonte: Elaboração da autora.

Essas informações confirmam que somente 20% dos docentes registram em seus planos de ensino a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Turismo como conteúdo programático. Esta realidade evidenciada ocasiona, em casos de troca do professor grande possibilidade da não continuidade deste conteúdo no curso técnico.

No oitavo gráfico, foram verificadas outras formas de abordagem do tema pesquisado, pois por se tratar de um tema transversal pode ser trabalhado em atividades internas e externas à escola.

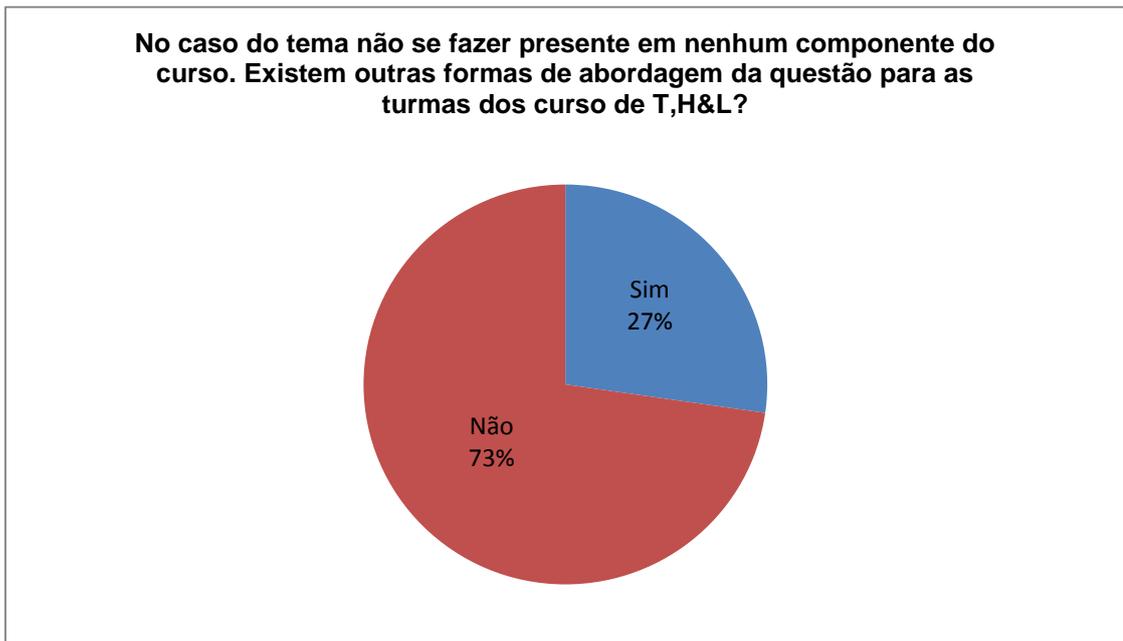


Gráfico 8: Formas de abordagem do tema pela instituição de ensino.
Fonte: Elaboração da autora.

Os coordenadores que responderam positivamente a essa questão (27%) explicaram nas próximas cinco de que forma o tema é trabalhado.



Gráfico 9: Exemplos de abordagens.
Fonte: Elaboração da autora.

A organização de eventos é a forma mais utilizada entre as instituições pesquisadas para abordagem do tema, seguida pela realização de visitas técnicas,

projetos em sala de aula e por projetos interdisciplinares fora de sala de aula. Essas atividades são caracterizadas em muitas instituições como atividades complementares ao ensino, ou seja, fornecem suporte ao conhecimento adquirido durante as aulas. Há um consenso entre diversos autores citados nesta pesquisa, sobre a importância da realização de determinadas atividades no ambiente escolar, com o intuito de apresentar ao estudante a realidade do mundo e do mundo do trabalho.

No próximo gráfico, investigou-se se existe uma regularidade no trabalho do tema nos cursos técnicos dos institutos pesquisados.

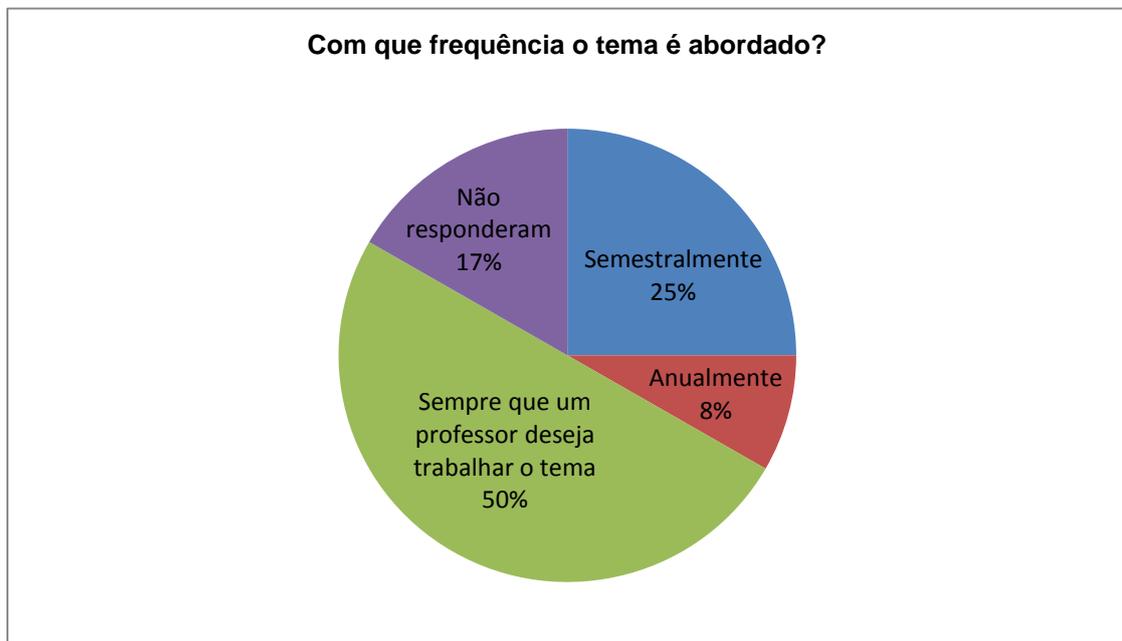


Gráfico 10: Frequência da abordagem.
Fonte: Elaboração da autora.

Quando questionados sobre a frequência em que o tema é abordado, observa-se que não existe nos cursos pesquisados uma regularidade. Ou seja, nos Institutos que promovem atividades relacionadas ao tema, estas não são realizadas de forma sistemática, como por exemplo, no dia do combate a exploração sexual de crianças e adolescentes, ou no dia mundial do turismo, datas em que o tema poderia ser lembrado e debatido.

Esse dado também demonstra que mesmo transversalmente o tema só é abordado quando algum professor é sensível à questão e deseja sensibilizar a comunidade acadêmica.

Tendo em vista, a importância social do tema, entende-se que o trabalho regular e sistemático seria mais apropriado, uma vez que, na maioria dos Institutos Federais de Educação, o ingresso de novos alunos ocorre de forma semestral, assim como a conclusão de turmas.

No gráfico seguinte, procuraram-se informações relativas ao público envolvido nas atividades propostas. Essa questão também tinha o intuito de investigar se o tema ultrapassa os muros dos institutos, ou se é direcionado somente ao público interno.



Gráfico 11: Público alvo das ações.
Fonte: Elaboração da autora.

A análise do gráfico demonstra que as propostas são direcionadas aos alunos e professores dos cursos técnicos da área com 42%. Somente 17% dos respondentes disseram que as atividades se destinam a toda a comunidade acadêmica; 8% afirmam que a comunidade em geral participa e 33% não responderam.

Diante de tais informações, observa-se que na maioria dos institutos pesquisados tais ações possuem como público somente os alunos e professores do eixo Turismo, Hospitalidade e Lazer. Isso significa que os esforços, por exemplo, para a organização de um evento, indicado como uma das formas mais utilizadas de trabalho do tema, poderiam ser otimizados atingindo um maior número de pessoas, inclusive do *trade* turístico. Isso, porém, não ocorre, provavelmente por uma falta de

articulação entre os institutos e o mercado profissional, o que é indicado na questão seguinte, em que as coordenações foram questionadas sobre a realização de parcerias.



Gráfico 12 - Parcerias envolvidas nas ações.
Fonte: Elaboração da autora.

No posicionamento dos entrevistados constata-se que 46% não contam com parcerias na realização das ações relativas ao tema; 18% responderam que sim e citaram as principais instituições parceiras, conforme relatos.

Ressalta-se a defesa de Miranda (2006) a respeito da importância do trabalho em conjunto para a diminuição dos casos de exploração e abuso sexual. No caso da atividade turística, o pensamento deve ser o mesmo, uma vez que, existem programas em âmbito federal e estadual que realizam campanhas de conscientização e proteção de crianças e adolescentes como é o caso do Programa Turismo Sustentável e Infância do Ministério do Turismo.

Outra característica importante a ser ressaltada é a relação percebida entre as instituições situadas nas pequenas cidades, que demonstram em seus depoimentos maior aproximação com outras instituições o que acarreta em trabalho de parceria, o que não foi identificado na maioria dos institutos pertencentes a grandes metrópoles, onde observou-se um distanciamento entre as organizações, resultando em um isolamento dos projetos.

Para compreender melhor essa parceria com outras instituições, faz-se necessário apresentar alguns relatos que evidenciam essa aproximação:

Sempre contando com nossas parcerias: SEBRAE, DETUR, SESC entre outras...

Reunião do Fórum Estadual de Turismo – Secretaria de Turismo de Estado – Empresa Sergipana de Turismo (QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTAS, 2013).

De acordo com Miranda (2006), os casos de abuso sexual podem ser resolvidos a partir de parcerias entre instituições públicas e privadas, como o apoio do poder municipal, Ministério Público, Conselho Tutelar, da mídia, de associações, ONGs, escolas, igrejas, dentre outros. Nessa atuação, o importante é conscientizar e tentar coibir tal crime.

Em relação aos casos de enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes, a autora destaca que, além da atuação das instituições, é necessário que ocorram parcerias entre Ministérios do Desenvolvimento Social, do Turismo, da Justiça, do Esporte, da Integração Nacional e das Comunicações, tendo ainda a atuação das Secretarias Especiais de Direitos Humanos, Mulheres, Igualdade Racial, empresas nacionais como a Petrobras, os Correios, as Universidades e a extensa rede de ONGs – o que acaba exigindo mais trabalho do poder público.

No gráfico seguinte avaliou-se a receptividade do público participante, assim como o entendimento sobre a importância dessa pauta para os estudantes e demais pessoas envolvidas no setor turístico ou não.

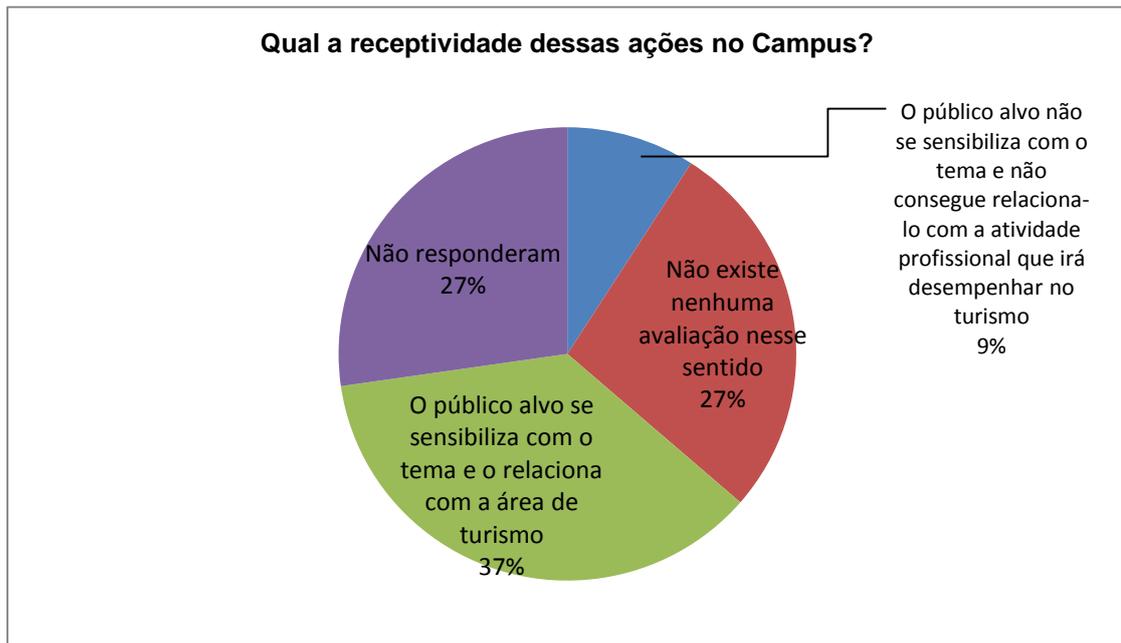


Gráfico 13: Avaliação das ações pelo público alvo.
Fonte: Elaboração da autora.

O gráfico demonstra que 37% dos Institutos pesquisados realizam avaliação das atividades e que o público alvo se sensibiliza com o tema e consegue relacioná-lo com a área de Turismo, 27% não realizam nenhuma avaliação.

O próximo gráfico demonstra de forma unânime, o pensamento dos respondentes quando questionados sobre a importância do tema ser trabalhado nos cursos técnicos da área Turismo, Hospitalidade e Lazer.

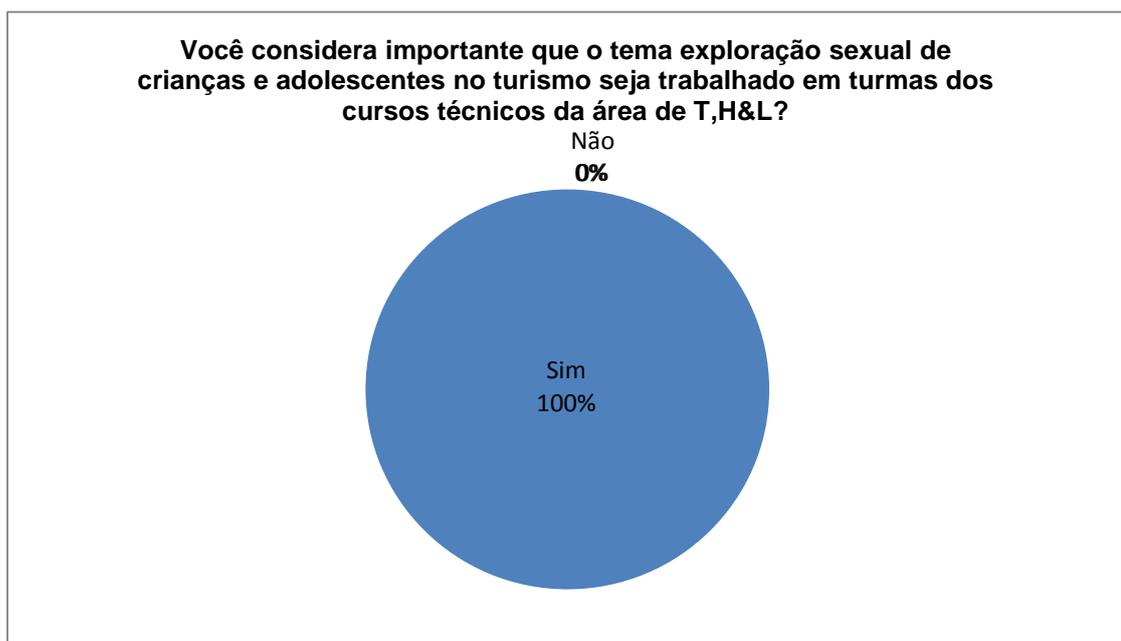


Gráfico 14: Relevância do tema.

Fonte: Elaboração da autora.

Este dado demonstra que apesar de nem todos os IF's possuírem o tema como pauta de suas atividades e também como conteúdo programático de suas componentes curriculares, seus coordenadores consideram o tema importante para a área em que estão inseridos. Conforme pode ser observado nos depoimentos em destaque, os entrevistados demonstraram conhecer a problemática e sua relação com o fenômeno turístico. Grande parte expôs que enquanto educadores são responsáveis por informar seus alunos e esclarecer conceitos que são utilizados de forma errônea, formando cidadãos conscientes de que esta prática é considerada crime e deve ser denunciada.

Outra questão relevante levantada foi o impacto negativo da exploração sexual na imagem do destino turístico e a importância de se promover um turismo socialmente justo e sustentável.

As opiniões das coordenações expuseram ainda o aspecto da faixa etária dos alunos integrantes dos cursos técnicos, que, em muitos casos, são adolescentes em fase de formação dos seus valores éticos e morais e que precisam se apropriar do tema em questão por meio de conteúdos e práticas educativas desenvolvidas durante a formação técnica. Dessa forma a escola estaria contribuindo na construção de cidadãos com uma formação integral.

[...] Infelizmente esta é uma triste realidade que devemos nos atentar cada vez. Somos nós enquanto educadores e público do turismo no Brasil que temos a obrigação de denunciar (caso presenciarmos tal crime), assim como informar o maior número de pessoas possível, neste caso nossos alunos.

É indispensável que o tema seja abordado para que o discente da área esteja cientes da diferença básica que existe entre TURISMO e EXPLORAÇÃO SEXUAL, pois é frequente ouvirmos o termo "turismo sexual", como se este se tratasse de uma modalidade do turismo, e não é. É exploração sexual e os discentes em posse desse conhecimento, possam compreender a situação e contribuir na divulgação e denúncia de exploração sexual em, sua área de atuação.

Inicialmente, para desmistificar que é a atividade turística que propicia ou conduz diretamente para o "turismo sexual", visto que trata-se de uma condição sócio, econômico e cultural de nossas sociedades. Posteriormente, para esclarecer como a exploração traz repercussões negativas para todos: sociedade, atividade profissional, turismo etc. Creio que cursos voltados diretamente ao turismo devam ser mais ressaltados [...].

A exploração sexual de crianças e adolescentes é uma temática muito importante a ser trabalhada nos cursos da área de Turismo, Hospitalidade e

Lazer, para que os nossos alunos entendam essa problemática e possam contribuir para a diminuição desses casos no setor e assim promover um turismo socialmente sustentável

[...] orienta a conduta ética dos alunos junto ao mercado de trabalho à proteção à criança e ao adolescente, sensibilizando-os a orientar os diversos segmentos da atividade turística.

Existe uma preocupação do Governo e da sociedade em combater a exploração sexual, pois é evidente a existência desta prática no setor que envolve o Turismo, Hospitalidade e Lazer. Faz parte do papel da educação conscientizar os valores morais e éticos da profissão em questão. Os princípios da educação é trabalhar a formação social do indivíduo como parte integrante da comunidade. Portanto, para formar um profissional envolvendo todas as competências é necessário sim discutir temas de conflitos sociais relevantes que são manifestados no setor.

Este tema impacta diretamente na imagem do destino turístico [...].

Considero importante o tema exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo, pois é uma forma de alertar aos alunos sobre o que acontece dentro da área de atuação e contribuir para a formação de cidadãos responsáveis e críticos.

A faixa etária dos alunos dos cursos integrados é de 16 a 17 anos no 1 ano do curso, dessa forma, necessitam de todo apoio social e pedagógico [...] (QUESTIONÁRIOS DE ENTREVISTAS, 2013).

Conforme demonstrado no Quadro 1, referente ao Eixo Tecnológico Turismo, Hospitalidade e Lazer, dentre as possibilidades de temas a serem abordados na formação técnica não consta como determinação, tão pouco, sugestão, a questão da exploração sexual de crianças e adolescentes, problemática comprovadamente presente na realidade da atividade turística e no âmbito familiar, segundo dados da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República apresentados nesta pesquisa.

A visão particularizada de todas as coordenações pesquisadas demonstra que são sensíveis ao tema e acreditam que deva ser desenvolvido e debatido no âmbito escolar. Vale ressaltar que os Institutos Federais de Educação propagam o esforço para formar profissionais que atuem em diferentes setores da economia, buscando a técnica por excelência porém sem perder de vista todos os fundamentos éticos em que estão embasadas as profissões.

Contudo, os currículos desenvolvidos pelos diversos *Campi* da rede federal são baseados em documentos norteadores elaborados pelo MEC, ou seja, os projetos pedagógicos dos cursos refletem o que sugere o Ministério como conteúdo fundamental que deve ser ofertado. Baseados nisso são elaborados os currículos dos cursos. É fato que existe liberdade para inclusão de conteúdos considerados

fundamentais que atendam às especificidades das áreas. Contudo, percebe-se que a flexibilidade e liberdade possibilitada pelo Ministério da Educação não é suficiente para incentivar às equipes responsáveis pela elaboração dos planos de cursos a inclusão do tema pesquisado como conteúdo programático de componentes curriculares próximos.

A última questão refere-se à inclusão do tema Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Turismo, no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos da SETEC/MEC.

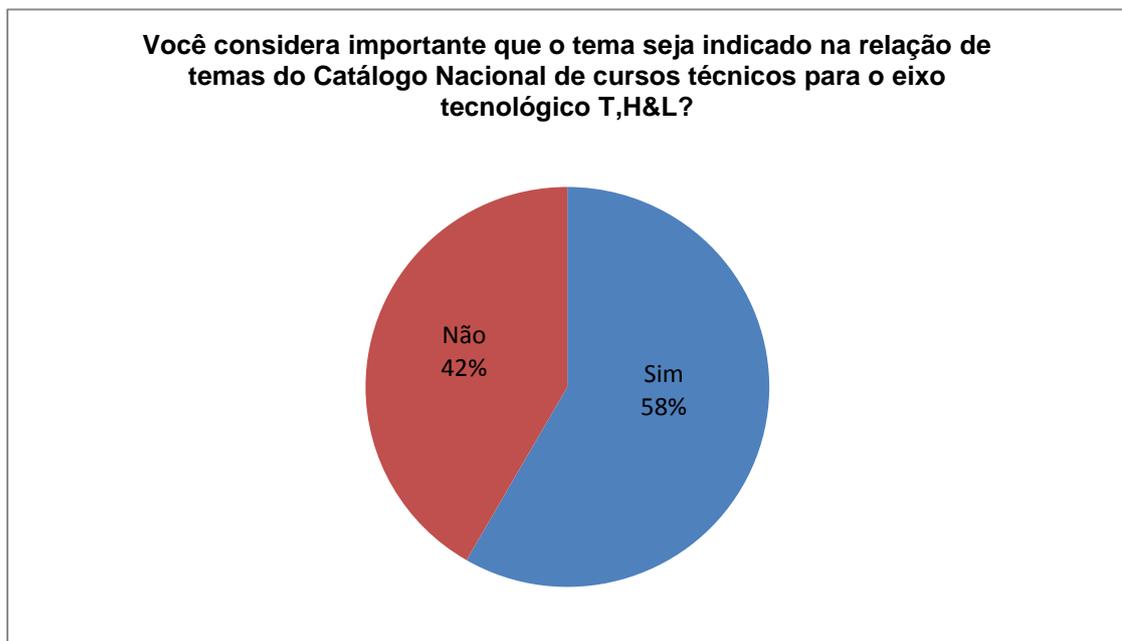


Gráfico 15: Relevância do tema no catálogo nacional de cursos técnicos.
Fonte: Elaboração da autora.

Nesta questão, identifica-se 58% de respostas favoráveis à inclusão do tema Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Turismo no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos da SETEC/MEC e 42% contrários.

[...] que profissional deseja-se formar; qual será o seu perfil; onde atuará - em que lugar e em que momento do processo produtivo; que conhecimentos tecnológicos e científicos são necessários a esse profissional; quais valores éticos e estéticos orientam a conduta da sociedade de que esse profissional faz parte? (SILVA, 2009, p.23).

Os depoimentos primeiramente destacados apresentam justificativas contrárias à inclusão do tema no Catálogo:

Não penso que seja algo a ser inserido no catálogo, pois o vejo como tema transversal, mas isso não diminui sua relevância.
 Por ser muito específico... Podendo ser trabalhado como conteúdo em diversos componentes curriculares ao longo do curso.
 Acredito que constar nas discussões dos componentes curriculares que tenha relação já é suficiente (QUESTIONÁRIOS DE ENTREVISTAS, 2013).

A análise dos depoimentos contrários, indica que o fato dos respondentes serem contrários à inclusão do tema, não significa que o percebam como de menor importância e, sim, que acreditam no trabalho desenvolvido de forma transversal, presente em diferentes disciplinas, como também em atividades e projetos extra classe.

Apostam que o trabalho e a sensibilização ocorrerão independentes da obrigatoriedade ou indicação como sugestão das instituições responsáveis em nortear o trabalho do educador.

Em contraponto são apresentados os depoimentos das coordenações favoráveis à inclusão do tema no Catálogo Nacional.

Por se tratar de uma condição sócio, econômico e cultural de nossas sociedades e também para esclarecer como a exploração traz repercussões negativas para todos: sociedade, atividade profissional, turismo etc.
 É uma realidade que precisa ser apresentada e discutida com os possíveis novos profissionais da área. Como instituição de educação temos a obrigação de informar e trabalhar a questão da ética profissional, a cidadania e a preservação da vida (QUESTIONÁRIOS DE ENTREVISTAS, 2013).

As respostas conduzem ao entendimento de que, identifica-se por parte das coordenações de curso um senso de responsabilidade, necessário a todo educador, em especial no caso dos cursos técnicos e preparam os futuros profissionais que irão atuar diretamente com o turista e os prestadores de serviços turísticos.

Segundo uma das coordenações de curso entrevistadas, o tema deve ser tratado em todos os níveis da educação justamente para acabar com esta mistificação e conceitos errados. Assim poder-se-á estudar a fundo esta prática e perceber que o turismo aplicado na sua essência verdadeira é capaz de reverter esta triste prática da exploração sexual de crianças e adolescentes atrelada ao turismo.

A inserção do tema no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos para o eixo tecnológico Turismo, Hospitalidade e Lazer irá incentivar e acima de tudo justificar sua abordagem em âmbito escolar.

É importante salientar que, muitos relatos afirmaram que a simples leitura do questionário incentivou o debate do tema nos colegiados de curso, e conseqüentemente a reflexão do que está sendo feito pelo *Campus*, para contribuir no combate dessa prática. Serviu também para aguçar a curiosidade das coordenações de curso, sobre como a rede federal, ou seja, os demais *Campi* pesquisados visualizam o tema e quais as formas de seu manejo.

Com certeza isso, de certa forma, já recompensa o trabalho e o tempo destinado à pesquisa, comprovando sua relevância para a sociedade e todos os comprometidos com o ensino técnico integral dos futuros profissionais da setor turístico no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONTRIBUIÇÕES

O processo de construção de uma educação de qualidade perpassa pela observação das mazelas apresentadas em nossa sociedade. A história da humanidade deixa clara a necessidade da educação como possibilidade ampla e fundamental para uma sociedade mais justa e equitativa.

A exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo se enquadra como um dos problemas acarretados pelo fenômeno turístico, que precisa ser enfrentado de forma organizada e sistemática por todos os envolvidos diretamente na questão.

Nesta perspectiva, este estudo buscou investigar as contribuições dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, na formação de profissionais cidadãos nos cursos técnicos da área de Turismo, Hospitalidade e Lazer acreditando que um prestador de serviços turísticos não pode se limitar à figura de um profissional simpático e prestativo que trata questões como a exploração sexual de crianças e adolescentes com desconhecimento ou de forma superficial. Sua formação precisa abarcar as problemáticas existentes na atividade em que atua, capacitando-o para que, diante da complexidade desse mundo, saiba se posicionar e orientar suas opções e ações para questioná-lo, reformá-lo ou intervir no sentido de revolucioná-lo.

Do ponto de vista curricular, percebe-se na educação profissional um esforço na construção dos projetos pedagógicos de cursos elaborados sob uma perspectiva coesa. Desta forma relaciona as diretrizes apresentadas no Catálogo de Cursos Técnicos (bases tecnológicas, habilidades e competências necessárias para a formação profissional de determinado curso técnico) com os arranjos produtivos locais.

Porém, a iniciativa de incluir temas como a prevenção da exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo nos programas dos componentes curriculares ou realizar ações que discutam essa problemática ainda permanece um desafio para a maioria das instituições de ensino técnico. Tal fato foi comprovado pela pesquisa realizada em doze institutos da rede.

Ficou evidente que existe uma compreensão por parte dos docentes da realidade da exploração sexual de crianças e adolescentes na atividade turística e

que é papel dos educadores, contribuir na formação de técnicos mais conscientes dessa problemática e prontos a coibir, dentro de suas possibilidades profissionais, esta prática criminosa.

Entretanto a pesquisa demonstrou que o tema não é tratado, na maioria dos casos, enquanto conteúdo programático presente nos componentes dos cursos técnicos da área e por esse motivo, é trabalhado de forma esporádica, tangencial à formação técnica.

Existem sim, propostas e ações bem sucedidas, realizadas com parcerias, através de projetos complementares ao ensino ou trabalhando o tema como conteúdo de componentes curriculares como ética, relações interpessoais, sustentabilidade e fundamentos do turismo. Porém constatou-se que a minoria dos docentes que afirmaram debater sobre o assunto em suas aulas, o incluem nos planos de ensino de seus componentes, fato que preocupa, pois demonstra o quanto o tema ainda não está verdadeiramente inserido no contexto do ensino técnico, ofertado pelos Institutos Federais.

As reflexões feitas no decorrer desta pesquisa, já trazem em seu bojo, uma carga de recomendações implícitas. Mas para reforçar, finalizo com a sugestão expressa e urgente de revisão do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, elaborado e organizado pelo Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (sujeito produtor) que norteia os conteúdos e condições para abertura de cursos técnicos profissionais nos diversos eixos tecnológicos, principalmente no que concerne ao eixo Turismo, Hospitalidade e Lazer e a possibilidade de temas a serem abordados na formação.

Para que o tema Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes seja efetivamente inserido como conteúdo programático das componentes curriculares dos sete cursos técnicos do eixo tecnológico dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (sujeito reprodutor) e a partir desta iniciativa, não fique à mercê da sensibilidade ou consciência de alguns educadores (sujeito consumidor) comprometidos com um tema que comprovadamente ocorre de forma ampla e organizada em todo território nacional, inviabilizando a sustentabilidade do fenômeno turístico nos destinos e comprometendo o futuro sadio de meninos e meninas, seres humanos, que serão a sociedade produtiva deste país.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, José Vicente de. **Turismo Fundamentos e Dimensões**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1995.

AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo (Org). **Crianças Vitimizadas: a síndrome do pequeno poder**. São Paulo: Iglu, 2007.

BARRETTO, Margarida. **Discutindo o ensino universitário de turismo**. Campinas, SP: Papyrus, 2004.

BEM, Arim Soares do. **A Dialética do turismo sexual**. Campinas, SP: Papyrus, 2005.

BENI, Mario Carlos. **Globalização do turismo: megatendências do setor e a realidade brasileira**. São Paulo: Aleph, 2003.

BOFF, Leonardo. **A águia e a galinha: a metáfora da condição humana**. 50 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. SETEC. **Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília, 2008.

_____. **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia: um novo modelo de educação profissional e tecnológica: concepção e diretrizes**. Brasília: MEC, 2010.

BRASIL. Ministério da Justiça. SEDH/DCA. **Plano nacional de enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil**. Brasília: MJ/SEDH/DCA, 2001.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo: Uma Viagem de Inclusão 2007/2010**. Brasília, 2007.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa Turismo Sustentável e Infância**. Brasília, 2008.

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo, Roteiros do Brasil**. Brasília, 2007.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo social: uma viagem de inclusão**. Rio de Janeiro: IBAM, 2006.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008. **Diário Oficial da União**, 30 ago. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em: 22 fev 2013.

CARVALHO, Olgamir Francisco de. **Educação e formação profissional**: trabalho e tempo livre. Brasília: Plano Editora, 2003.

CHAUI, Marilena. **Convite a Filosofia**. São Paulo: Ática, 2005.

CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO, 23., 2003, Recife (PE). **Coletânea**. São Paulo: Roca, 2004.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília: CONANDA, 1997.

CORIOLOANO, Luzia Neide Menezes Teixeira. **Do local ao global**: o turismo litorâneo cearense. Campinas: Papirus, 1998.

CRESWELL, J.W. **Projeto de Pesquisa**: Métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2. ed. Porto Alegre: Artmad, 2007.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

FALEIROS, Vicente de Paula e FALEIROS, Eva Teresinha Silveira (coords.). **Fundamentos e políticas contra exploração e abuso sexual de crianças e adolescentes**: relatório de estudos. Brasília: MJ/SNDF/DCA/CECRIA, 1997.

FLORES, Zamora Renato. Exploração e violência sexual contra crianças e adolescentes no Pará. In: LEAL, Maria de Fátima Pinto; CÉSAR, Maria Auxiliadora (Org.). **Indicadores de violência intrafamiliar e exploração sexual comercial de crianças e adolescentes**. Brasília: CECRIA, 1998. p. 24-40.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

GABRIELLI, Cassiana P. **Das “vergonhas” das índias descritas por Caminha, ao turismo sexual**: o uso de imagens femininas atreladas ao desenvolvimento turístico do Brasil. 2006. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Santa Cruz.

GASTAL, Suzana et al. **Turismo, investigação e crítica**. São Paulo: Contexto, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HAZEU, Marcel; FONSECA, Simone. Exploração e violência sexual contra crianças e adolescentes no Pará. In: LEAL, Maria de Fátima Pinto; CÉSAR, Maria Auxiliadora (Org.). **Indicadores de violência intrafamiliar e exploração sexual comercial de crianças e adolescentes**. Brasília: CECRIA, 1998. p. 57-67.

LEITE, Maria Jaqueline de Souza. **Turismo Sexual**. 2008. (Blog). Disponível em: <<http://turismosexualtrabalhofacu.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 20 fev. 2013.

LODI, Lucia Helena; ARAÚJO, Ulisses Ferreira. Ética, cidadania e educação. In: BRASIL. Ministério da Educação. **Ética e cidadania: construindo valores na escola e na sociedade**. Brasília: Ministério da Educação, 2007.

JORNAL DE TURISMO. Disponível em <<http://www.jornaldeturismo.com.br>>. Acesso em 19 de março de 2010.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do Turismo** : para uma nova compreensão do lazer e das viagens. 3. ed. São Paulo: Aleph, 2003.

KUENZER, A.Z. O Ensino Médio agora é para a vida: Entre o pretendido, o dito e o feito. **Educação & Sociedade**, ano 21, n. 70, abr. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v21n70/a03v2170.pdf>>. Acesso em: 15 mai. 2013.

KONDER, L. **O que é dialética**. São Paulo: Brasiliense, Primeiros Passos, 1981.

LEAL, Maria de Fátima Pinto; CÉSAR, Maria Auxiliadora (org.). **Indicadores de violência Intra familiar e exploração sexual comercial de crianças e adolescentes**. Brasília: CECRIA, Ministério da Justiça, CESE, 2001.

LEAL, Maria Lúcia Pinto. **A Exploração Sexual Comercial de Meninos, Meninas e Adolescentes na América Latina e Caribe**: Relatório Final – Brasil. Brasília: CECRIA, IIN, Ministério da Justiça, UNICEF, CESE, 1999. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/sedh/spdca/T/RELATORIO%202011%20_agosto_.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2012.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing**. São Paulo: Atlas, 1996.

MENDONÇA, Rita; NEIMAN, Zysman. **A sombra das árvores: transdisciplinaridade e educação ambiental em atividades extraclasse**. São Paulo: Cronos, 2003. (Coleção Tempo de Aprender).

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde**. 9a ed. revista e aprimorada. São Paulo: Ed. Hucitec, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; ASSIS, Simone Gonçalves de; SOUZA, Edinilsa Ramos de (Orgs.). **Avaliação por triangulação de métodos: Abordagem de programas sociais**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

MOESCH, Marutschka Martini. **A produção do saber turístico**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (Brasil). **Rede federal completa 102 anos vivendo processo de expansão**. [Brasília]: MEC, 2011. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17084:red-e-federal-completa-102-anos-vivendo-processo-de-expansao&catid=209&Itemid=86>. Acesso em: 9 de jun. 2013.

_____. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos**. Disponível em <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em 20 de fevereiro de 2012.

_____. Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. [Brasília]: MEC, [2013]. Disponível em: <<http://www.redefederal.mec.gov.br>>. Acesso em: 05 jun 2011.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Portal. [Brasília]: MTur, [2013]. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br>>. Acesso em: 28 jan. 2010.

MIRANDA, Adriana Costa de. **De casa à escola: caminho fecundo para o enfrentamento da violência doméstica contra a criança**. 2003. 230 f. Dissertação – Universidade de Brasília, Brasília. 2003.

MORAES, Maria Cândida. Transdisciplinaridade e educação. **Rizoma Freireano**, v. 6, 2010. Disponível em: <<http://www.rizoma-freireano.org/index.php/transdisciplinaridade-e-educacao--maria-candida-moraes>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

_____. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NICOLESCU, Basarab. **Manifesto da transdisciplinaridade**. Nova York: Universidade Estadual de Nova York Press, 2002.

NOVELLI, P. G. A., PIRES, M.F.C. **A dialética na sala de aula**. Botucatu: UNESP, 1996. (Mimeografado)

OLIVEIRA, Antônio Pereira. **Turismo e Desenvolvimento: Planejamento e Organização**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO. **Guia de desenvolvimento sustentável**. Porto Alegre: Bookman, 2003.

_____. **Código Mundial de Ética do Turismo**. [Genebra]: OMT, 1999.

OURIQUES, Helton Ricardo. **A produção do turismo: fetichismo e dependência**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2005.

PIRES, M. F. C. O materialismo histórico-dialético e a Educação . **Interface: Comunicação, Saúde, Educação**, v. 1, n. 1, 1997.

PISCITELLI, Adriana. **Sexualidade e Saberes, convenções e Fronteiras**. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

PUIG, J. M. **A construção da personalidade moral**. São Paulo: Ática, 1998.

QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA. Brasília, 2013. (Instrumento de coleta de dados)

REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO, v. 13, n. 37, jan./abr. 2008.

REVISTA JURÍDICA CONSULEX, v. 22 , n. 376, out. 2012.

RIBEIRO, Miguel Angelo. Espaços da prostituição feminina e turismo na cidade do Rio de Janeiro. In: CORIOLANO, Luiza Neide M. T. **Turismo com Ética**. Fortaleza: Funece, 1998. (pp.139-147).

RICHARDSON, R. et al. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo, Atlas, 1999.

RUSCHMANN, Dóris. **Turismo no Brasil: análise e tendências**. São Paulo, Atlas, 2002.

SANTOS, Akiko. Complexidade e transdisciplinaridade em educação: cinco princípios para resgatar o elo perdido. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro. v. 13, n. 37, jan. 2008.

SAVIANI, D. Introdução. In: _____. **Educação**: do senso comum à consciência filosófica. São Paulo: Cortez, 1986.

_____. **Pedagogia histórico crítica**: primeiras aproximações. São Paulo: Autores Associados, 1994.

_____. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro. v. 12, n. 34, abr. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2013.

SECRETÁRIA DE DIREITOS HUMANOS. **Disque Denúncia**: o que somos?. [Brasília]: Presidência da República, [2012]. Disponível em: <http://www1.direitoshumanos.gov.br/clientes/sedh/sedh/spdca/exploracao__sexual/Acoes_PPCAM/disque_denuncia>. Acesso em: 10 jan. 2012.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **Ética e cidadania**: construindo valores na escola e na sociedade. Brasília: MEC, 2007. Disponível em: <<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000015509.pdf>>. Acesso em 15 set. 2012.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Parâmetros curriculares nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997.

SILVA, Tatiana Amaral. **A Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Turismo**: uma análise da atuação da rede de enfrentamento em Porto Seguro. 2009. 163f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Turismo) - Universidade Estadual de Santa Cruz, Bahia. 2009.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2011.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Grupo de Pesquisa sobre Violência, Exploração Sexual e Tráfico de mulheres, crianças e adolescentes. **Tráfico de Pessoas e Violência sexual**. Brasília, 2007.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Matriz Intersetorial de Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. **Apresentação**. Brasília: UnB, [2011]. Disponível em: <https://www.violes.unb.br/matriz2011/apresentacao_oqueematriz.html>. Acesso em: 20 jan. 213.

URRY, John. **O olhar do turista**: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

ZARIFIAN, P. **O modelo de competência**: trajetória histórica, desafios atuais e propostas. São Paulo: Senac Ed., 2003.

APÊNDICE A: Questionário



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO
MESTRADO PROFISSIONAL EM TURISMO

Instrumento de pesquisa junto aos coordenadores da área de Turismo, Hospitalidade e Lazer dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Prezado Coordenador:

A presente pesquisa investiga a organização dos cursos de formação profissional de nível técnico da Rede Federal de Educação, com vistas a identificar de que forma os cursos da área de Turismo, Hospitalidade e Lazer tem tratado o tema exploração sexual de crianças e adolescentes na formação de seus estudantes.

A sua colaboração é muito importante, para esta pesquisa, por isso, desde já agradeço!

Instituição:

Campus:

1. Quais cursos técnicos do eixo Turismo, Hospitalidade e Lazer são ofertados neste *Campus*?

() Agenciamento de Viagens

() Cozinha

() Eventos

() Guia de Turismo

() Hospedagem

() Lazer

() Serviço de restaurante e bar

2. A qual modalidade pertencem?

() subsequente ao ensino médio

() concomitante ao ensino médio

() integrado ao ensino médio

3. Há quanto tempo esses cursos foram implantados no *Campus*?

() menos de um ano

entre um e três anos

entre três e cinco anos

mais de cinco anos

4. A matriz curricular do(s) curso(s) contempla componentes curriculares como:

Ética

Sustentabilidade

Relações Interpessoais

5. O tema exploração sexual de crianças e adolescentes está inserido no conteúdo programático desses componentes ?

sim

não

6. Existe algum componente que trabalhe o tema exploração sexual de crianças e adolescentes no(s) curso(s) ?

sim

não

Qual ?

7. No caso do tema estar contido em algum componente do curso o mesmo está explícito no plano de ensino ?

sim

não

8. No caso do tema não se fazer presente em nenhum componente do curso. Existem outras formas de abordagem da questão para as turmas dos cursos de Turismo, Hospitalidade e Lazer?

sim

não

CASO SUA RESPOSTA SEJA SIM, responda as questões 10,11, 12, 13 e 14

9. De que forma o tema é abordado ?

eventos específicos

- projetos em sala de aula
- projetos interdisciplinares fora de sala de aula
- visitas técnicas
- outro. Qual?

10. Com que frequência o tema é abordado ?

- semestralmente
- anualmente
- sempre que um professor deseja trabalhar o tema

11. Quem é o público alvo dessas ações ?

- toda a comunidade acadêmica do *Campus*
- somente os alunos e professores dos cursos técnicos da área de Turismo, Hospitalidade e Lazer
- comunidade em geral

12. Essas ações são realizadas com algum tipo de parceria (instituições do governo, empresas privadas, universidades) ?

- sim
- não

Quais ?

13. Qual a receptividade destas ações no *Campus*?

- o público alvo não se sensibiliza com o tema e não consegue relaciona-lo com a atividade profissional que irá desempenhar no turismo
- o público alvo se sensibiliza com o tema e o relaciona com a área de turismo
- não existe nenhuma avaliação neste sentido

14. Você considera importante que o tema exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo seja trabalhado em turmas dos cursos técnicos da área de Turismo, Hospitalidade e Lazer ?

- sim
- não

Justifique sua resposta

15. Você considera importante que o tema exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo seja indicado na relação de temas do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos para o eixo tecnológico Turismo, Hospitalidade e Lazer ?

() sim

() não

Justifique sua resposta

16. Há alguma outra consideração que você gostaria de fazer sobre esse assunto?
